



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - TRÁFICO DE ANIMAIS E PLANTAS SILVESTRES		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1110/02	DATA: 13/12/02
INÍCIO: 15h41min	TÉRMINO: 21h38min	DURAÇÃO: 05h07min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 05h06min	PÁGINAS: 105	QUARTOS: 62
REVISÃO: Andréa Macedo, Gilberto, Lia, Marlúcia, Mesquita, Monica, Paulo Domingos, Rosa Aragão		
CONCATENAÇÃO: Luci		

DEPOENTE/CONVIDADO – QUALIFICAÇÃO
ANTÔNIO D'ÁVILA DE SOUZA NEVES – Delegado Federal de Agricultura do Estado do Pará DOM JOSÉ LUIZ AZCONA HERMOSO – Bispo da Paróquia São José de Queluz ANA CRISTINA BARROS – Diretora-Executiva do IPAM — Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia PAULO BARRETO – Diretor-Executivo do IMAZON — Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia PETER MANN DE TOLEDO – Diretor do Museu Emílio Goeldi

SUMÁRIO: Esclarecimentos sobre o tráfico de animais e plantas silvestres da fauna e flora brasileiras. Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES
Reunião realizada na Assembléia Legislativa de Belém do Pará. A reunião foi suspensa e reaberta. Há exibição de imagens. Há intervenções inaudíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Declaro abertos os trabalhos da 14ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico ilegal de animais e plantas silvestres da fauna e flora brasileiras. Solicito ao Deputado Asdrubal Bentes que tome assento à mesa como Relator Substituto e ao Deputado Antonio Feijão que também tome assento à Mesa. Esta reunião foi convocada para realização de audiência pública para tomada de depoimento de várias pessoas, autoridades ou não, membros de organizações não-governamentais, pessoas da sociedade civil organizada, que vão prestar esclarecimentos e colaborar com os trabalhos de nossa CPI. Solicito ao Sr. Antônio D'Ávila de Souza Neves, Delegado Federal de Agricultura do Pará, que tome assento à nossa direita e advirto à segurança da Casa que imagens do depoente não serão permitidas. Advirto a imprensa também. Se houver necessidade e quiserem, temos Deputados para prestar esclarecimentos, até porque, principalmente no caso do Sr. Antônio, ele propôs-se a vir, e uma imagem pode ser interpretada de outra maneira. Isso é uma coisa que realmente não queremos que aconteça.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Pois não. Deputado Asdrubal Bentes para sua questão de ordem.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Eu sou extremamente democrata. Não entendo em que fundamento, qual artigo do Regimento Interno prevê esta proibição de qualquer depoente não ter a sua imagem veiculada, uma vez que ele veio a uma audiência pública espontaneamente, não está vindo sob vara. Então, creio que seria até uma forma de cerceamento da imprensa, que aqui nos prestigia e que é importante e fundamental para o êxito do nosso trabalho. Gostaria de solicitar a V.Exa. que, após uma melhor discussão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Podemos discutir agora. Na realidade, no caso do Sr. Antônio, ele veio convidado, e nós estamos numa CPI que levantou expectativas, como toda CPI levanta, principalmente quando se desloca, levanta expectativas de descobrir, punir, prender. Como em Manaus foi feito e vai ser — não é regimental, mas é tradicional desta Comissão — os convidados podem prestar qualquer esclarecimento à imprensa após o depoimento à CPI. Podem



inclusive copiar o que o depoente vai falar, o convidado vai falar; podem entrevistá-lo após a CPI, mas eu não vou, já usando a minha prerrogativa de Presidente, permitir que, principalmente nesta fase inicial, a imprensa tome imagens do depoente. Então, não é regimental, mas já é tradicional dos nossos deslocamentos. Já é o terceiro deslocamento, e em todos esses deslocamentos eu tive esse cuidado. Imagens mal colocadas e embaixo escrito numa televisão "CPI" podem levar a constrangimentos, o que não é o nosso objetivo, até porque o Sr. Antônio pediu um espaço para estar aqui. Após o depoimento dele, na sala de imprensa ao lado, ele pode ser tranqüilamente entrevistado, mas já na condição correta de convidado que prestou seu esclarecimento, que foi até a CPI espontaneamente, que quis dar suas declarações.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Sr. Presidente, embora V.Exa. tenha argumentos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Fortes argumentos.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - ... até agora, não me convenceu da legitimidade, ou da legalidade, ou da sua fundamentação num determinado artigo do Regimento Interno que convalide esta decisão. De maneira que, como sou democrático...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - O senhor faça o seu recurso.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Eu sou extremamente prático e objetivo. Vou recorrer a quem? Ao Bispo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - O senhor vai recorrer à Secretaria, e a Presidência, depois, encaminhará a quem de direito.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Eu gostaria de fazer um apelo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Como apelo, eu aceito.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Eu sou da região, sou do Estado do Pará, e não gostaria que no Estado do Pará se passasse a idéia de que a Câmara dos Deputados, através de uma das suas Comissões, cerceia o direito da imprensa exercer o seu trabalho. Eu faria o apelo a V.Exa. que consultasse o depoente. Talvez ele concordasse que suas imagens não fossem vedadas, e a imprensa poderia trabalhar livremente, e aí estaríamos prestando um relevante serviço à comunidade do Pará e do Brasil.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Enquanto nós consultamos o depoente, continua valendo a decisão da Presidência, cabendo, com certeza, recurso após a consulta, de que os convidados... Em Brasília, nós tivemos testemunhas e a imprensa teve absoluto acesso. O senhor sabe. Que fique bem claro: as pessoas são convidadas. Nesse caso específico, ele pediu espaço à CPI para escutá-lo. Até pela face democrática desta Presidência e em respeito ao Deputado Asdrubal, a Secretaria da Comissão consultou o convidado, e ele prefere que não façam imagens, mas se colocará à disposição ao lado, como nós falamos, para ser entrevistado.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Sr. Presidente, não vou recorrer exatamente porque sou prático e objetivo. Vou recorrer hoje para um fato e amanhã não vai ter nenhum resultado positivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas cabe recurso, Deputado.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Esse recurso, no meu entender, não vai trazer nada de positivo à nossa Comissão, e eu me sujeito à decisão de V.Exa., embora com ela não concorde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É um privilégio seu, Deputado, discordar desta decisão. Deixo esclarecido que cabe recurso a ela, encaminhado à Mesa da CPI. O Sr. Antônio D'Ávila de Souza solicitou um espaço para que, com seus esclarecimentos, possa auxiliar de alguma maneira o trabalho da CPI. O Sr. Antônio é Delegado de Agricultura do Estado do Pará. O senhor tem, vinte minutos para sua exposição.

O SR. ANTÔNIO D'ÁVILA DE SOUZA NEVES – Exmo. Sr. Luiz Ribeiro, Presidente desta ilustre Comissão, realmente, meu nome é Antônio D'Ávila de Souza Neves. Atualmente, sou Delegado Federal de Agricultura, sou pesquisador da CEPLAC com Mestrado na área de Manejo e Conservação do Solo e vim prestar meu depoimento, mas não como delegado, nem como engenheiro agrônomo, nem como mestrado, mas como filho de uma região, que é o oeste do Pará, conhecido por Baixo Amazonas. Eu me considero um representante deles porque fui pescador até 19 anos, sou filho de pescador, tenho acesso mensalmente a esses pescadores e agricultores, e eu acho que esta é a oportunidade de poder contribuir com esta ilustre Comissão. Primeiramente, o que me trouxe aqui é para... Tive um privilégio



grande: eu fiz levantamento pelo Projeto RADAM de toda a Amazônia brasileira e isso me deu, além do conhecimento do Baixo Amazonas, oportunidade de andar em todas as regiões da Amazônia trabalhando diretamente com levantamento de solos e também entrando em contato com nossos caboclos da Amazônia. Eu estou aqui em nome dos sem-voz, que são os nossos caboclos, que não têm oportunidade de chegar. E antes de eu iniciar, eu quero fazer um convite, já como delegado, para esta egrégia Comissão. Se ela quiser conhecer um pouco lá e conversar com esses caboclos, nós temos em Santarém, o Ministério da Agricultura tem um barco que tem um conforto, com suítes e ar-condicionado, que coloco à disposição para poder...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Solicito ao Deputado Asdrubal que assuma a Presidência. Vou ter que ir na sala conversar com o próximo depoente.

O SR. ANTÔNIO D'ÁVILA DE SOUZA NEVES – Bem, nós vamos agora contestar alguns dados, não contestar, mas pedir mais esclarecimentos sobre alguns dados e dar algumas sugestões. A questão da legislação hoje, ela não deixa muita abertura para se sair do tráfico de animais e de biopirataria dos nossos vegetais. Por que não? Porque a nossa legislação hoje é específica para grandes projetos. Ela não dá oportunidade para o pequeno agricultor, ou pescador, ou criador, que queira ter um projeto. Por quê? Veja bem, na minha região, no Tapaná, nós poderíamos estar criando tartaruga, tracajá, capivara, uma gama de animais para poder vender, mas não é permitido porque, quando você chega no IBAMA, ele faz uma exigência desde o veterinário. Você não tem condições, você logo está fora, você já ficou fora desse projeto. Segundo, você vai na feira aqui, em qualquer feira aqui da Região Amazônica você vê periquito australiano, você vê canário belga, você vê marreco de Pequim. Por que nós não podemos fazer criação para exportar? A gente acaba com o tráfico, nós acabamos com o tráfico se nós fizermos como os outros países desenvolvidos fazem: usar seu recurso natural de maneira de conservação, não de preservação, porque, da maneira que está ficando, nós, caboclos da Região Amazônica, não vamos ter com o que sobreviver. Nós extraímos de onde? Quando eu falo nós, eu estou um pouco fora porque hoje eu estou em outro cargo, mas já fui e tem milhares de pessoas que estão nessas condições que eu tenho contato diário. Outra coisa, quando se aplica uma multa, se pegar um caboclo com dez ovos,



vamos dizer, de pato-do-mato, ele vai pagar cinco mil reais, ele vai ser multado em cinco mil reais. Ele paga? Não paga. Por quê? Porque, no máximo, o que ele tem é uma renda mensal de 50 a 80 reais. Ele não pode pagar. Pergunto: Grandes empresas pagam? Eu não sei. Essas multas que são aplicadas, por exemplo, à PETROBRAS, será que paga? Quer dizer, são legislações inviáveis, não aplicáveis, fora da realidade da nossa região. Eu estou falando isso porque eu tenho na minha mesa pilhas de pessoal que é multado porque pegou peixe fora... Num caboclo que conheço da minha região, do Tapará, foi aplicado mil reais. Ele disse: Eu não tenho nem dez. Levem tudo meu porque eu não posso pagar. Outro questionamento que nós temos para fazer: quando se diz o tráfico de animais está na segunda, depois do narcotráfico, de onde provêm esses dados? Eu sou pesquisador, agora falo como pesquisador: de onde vieram? Eu, como pesquisador, quero analisar, quero ver, porque alguém diz e aí começa a ser divulgado, passa a valer isso, e não é verdade. De onde provêm? Eu duvido que aqui alguém tenha a fonte que foi feita uma pesquisa, ou foi dito aleatoriamente e passaram a ser divulgados. Essas indagações, eu estou deixando porque é para realmente, numa CPI, podermos começar a questionar. Nós queremos aqui na Região Amazônica uma política ambiental, não uma polícia ambiental. Eu nunca vi nosso caboclo destruir. Eu também nunca vi... Os sem-terra têm um representante, têm advogado, têm tudo — não que eu seja contra; é um direito constitucional — e por que o nosso caboclo não tem? Então, ele hoje é o mais abandonado, mais do que o índio, porque o índio tem. Quero alertar o que está ocorrendo na Região Amazônica, por exemplo, eu convido, quando chegar em novembro, todos os Deputados ambientalistas a visitarem perto de Forlândia, em que eu já estive, onde é a desova das tartarugas. O que está ocorrendo lá é uma superpopulação em que uma tartaruga bota em cima da outra. Já não pode porque está sendo prejudicial. O que o IBAMA faz? Em determinado momento, quando a praia está cheia, não tem mais onde colocar, ele bota uma rede, que é para ela não passar, e ela bota dentro d'água, na beira... Aquilo está se perdendo. O que é isso? Isso é superpopulação porque não tem... Quando se fala no excesso de criação... Jacaré. O que nós temos hoje é praga. Para nós, é praga. Por quê? Compete com o caboclo diretamente. Se ele bota o espinhel, ele pega um surubim. Quando chega de manhã, já está comido. E aquilo, para ele, é competição.



Nós devemos fazer o quê? Autorizar criatórios ou abate seletivo. Isso é feito em todos os países do mundo; só na Região Amazônica é que está uma política de preservação total, ou seja, uma política de deixar só para uma emissora de televisão filmar, mostrar, divulgar e ganhar dinheiro. E nós vamos viver de quê? Alguém vai escutar eles lá? Não vai. Eles têm tempo de vir aqui prestar um depoimento? Não têm. Mas se for um representante — vejam bem, eu não sou contra — mas se for de órgãos organizados, vai ter representante aqui para falar. Nós temos muito problema agora na área de pescada. Nós estamos organizando, compete ao Ministério da Agricultura a organização da área do pescada. Nós temos aproximadamente na Região Amazônica 150 mil pescadores. Destes 150 mil, não tem 1% que pegue o seguro-desemprego na época do defeso. Está todo mundo fora porque ele não se legaliza. Nem a terra dele é legalizada. Eu duvido que o caboclo da Amazônia, aquele que nasceu e se criou aqui, que ele tenha documento da terra dele. Não tem. Se ele vai, por exemplo, no banco para abrir uma conta, não tem ninguém... Ninguém fala por ele. Quem deve falar por ele são seus representantes. Diga-se de passagem, a nossa região hoje é muito pouco representada. Estou falando da região do Baixo Amazonas, onde eu convivo. Nós estamos pretendendo fazer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Essa pouca representação que o senhor está colocando é não ter Vereadores, Deputados.

O SR. ANTÔNIO D'ÁVILA DE SOUZA NEVES – Vereadores tem. É Deputados Estaduais, Deputados Federais, Senadores, para irem lá falar, porque eu acho que, se nós tivéssemos quem conhecesse a região, eu não estaria aqui. Eu fui muito questionado: Por que você vai lá? Eu acho que Deus me deu esta oportunidade de eu estar como delegado, sair daqui e ver uma Comissão desta, mesmo no final de uma transição, pelo menos ter gente que vai saber o que está acontecendo na Região Amazônica.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Permite-me?

O SR. ANTÔNIO D'ÁVILA DE SOUZA NEVES – Pois não.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Daí surgir a onda de separação, surgir a onda de criação do Estado de Tapajós, do Estado de Carajás. Na realidade, essas regiões mais longínquas não sentem a presença do Governo, sequer têm seu representante aqui para defendê-las. Então, num Estado continente como é o Pará e



dentro desta onda de redivisão territorial que assola não apenas a Amazônia, mas o Brasil, eu creio que é uma necessidade premente a criação desses novos Estados para que vocês possam ter mais justiça, mais segurança, mais infra-estrutura, de forma a atender àquele caboclo sofrido, que é esquecido do Poder Central hoje em dia.

O SR. ANTÔNIO D'ÁVILA DE SOUZA NEVES – É muito boa a sua colocação, Deputado. Eu faria uma proposta. Eu leio muito e acompanho. Tem determinados navios de pesquisa de ONGs que passam lá. É fazer uma troca: bota o caboclo dentro do navio com a alimentação que tem lá dentro, com os recursos que têm lá dentro, e vai ficar no lugar dele pescando, fazendo, tirando, preservando. É fácil! É fácil você estar bebendo o seu whisky e não deixar o caboclo nem beber água! É muito, é muito prático. Então, nós temos que encontrar um meio termo. Primeiro ponto: nós temos é que encontrar alternativas para a nossa região amazônica. Nós temos que encontrar alternativas para o pescador, nós temos que encontrar alternativas para o madeireiro, nós temos que encontrar alternativas para diversas pessoas, até quem trabalha, porque eu não acredito nesses dados enquanto não me mostrarem. Estou falando como pesquisador, eu não estou falando como Neves, estou falando como pesquisador. Eu, como pesquisador, analiso dados e não vi dado nenhum. Eu só vejo os jornais publicarem: o tráfico de animais e não sei o que... é o segundo. Cadê dados? É muito fácil criar dados. Está certo? Qualquer um pode. Mas vamos ao ponto. O sistema que funciona no baixo e médio Amazonas... Nós somos muito influenciados não pela maré, mas pelas enchentes. Nós começamos a trabalhar em julho, quando as águas desceram, e a terra está de fora. Nós plantamos a melancia, tudo daquela de meio hectare, ou seja, cinquenta metros por cinquenta...cinquenta por cem, meio hectare. Você planta a melancia, planta o feijão, planta o milho. Depois, o que ocorria depois? Você tirava isso, você entrava com a fibra de juta, que, nessa época, a juta — eu trabalhei muito cortando juta —, ela ia até o início da enchente. Depois, na enchente, ele passava, porque não tem o que fazer, não pode fazer nada na agricultura, ele passava quatro meses e ia para a pesca. Depois, com a queda da fibra, quando entrou a fibra sintética, ele ficou sem poder trabalhar nesse período! Ele não pode. O que ele faz? Está-se direcionando tudo para a área de pesca. Aí ele tem que sobreviver. Aí o



IBAMA proíbe a comercialização. Eu pergunto: quatro meses ou cinco meses que alguém não tem um ganho, não pode plantar, porque a terra está inundada, não pode comercializar peixe, de que vai viver? É só pensar: de que essa pessoa vai viver? De que essa família vai viver nesses meses? Não tem condições. Ou ele passa a capturar, para a burlar, querer burlar a lei, passa a receber multas astronômicas, que não paga... Eu digo para eles: olha, não recorre. Tu pegas no banco? Tu tens conta no banco? Não tem. Tu estás preocupado que o seu nome vai para o SERASA? Não tem. Então, deixa te multarem! Tu não vai poder pagar cinco mil, dez mil! É esse, quer dizer, eu estou dizendo que ele não tem condições de pagar, e eu não posso pagar. Eu não sei quanto tempo ainda tenho para...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor tem mais cinco minutos.

O SR. ANTÔNIO D'ÁVILA DE SOUZA NEVES – Bem, só aproveitando esses cinco minutos, nós estamos trabalhando em cima de alguns projetos. Um é para tentar legalizar esses pequenos, muito pequenos criadores que querem ser. Vou dar um exemplo prático. Aqui em Belém, recentemente, foi autorizada a criação de curió em cativeiro. Agora, se vocês verem, a infra-estrutura é muito boa, muito grande. A partir disso, quem quiser ter curió tem que passar por lá ou tem que comprar lá. Passou a tem um filho de curió, quinhentos reais. Eu pergunto: qual é o garoto que gosta de ter o seu curió? Qual é o homem que pode dar quinhentos reais por um filho de curió? Agora, se ele pudesse, ele pudesse, não eles, acompanhado por uma instituição que desse assistência técnica para ele, fizesse, elaborasse um projeto, acompanhasse, ele teria muito mais barato, e acabaria, tenho quase que certeza, totalmente não, mas 80, 90% do tráfico de animais, acabaria. Vamos para o tráfico dos nossos recursos naturais. O que ocorre é que várias e várias empresas de pesquisa, públicas ou privadas ou ONGs, muitas e muitas vezes, para pegar recursos internacionais, se sujeitam a...: “Olha, precisa enviar tal material, precisa enviar...”. Isso aconteceu, por exemplo, quando nós estávamos... eu fui coordenador de pesquisa da CEPLAC, e nós temos um campo de genoplasma da CEPLAC que foi dos nossos genes coletados na Amazônia; estava indo tudo para a Bahia. Eu tomei uma decisão: não, só vai em contrapartida, porque todos os genes que nós tínhamos de material que era resistente, porque o cacau é nativo da região



amazônica, eu estava mandando, estava indo para a Bahia. O que eu fiz? “Não, corta, vamos ver o que é feito, para onde está indo, se é só para ficar dentro do Brasil.” Isso gerou uma polêmica muito grande, mas nós agüentamos e, com apoio, foi implementado. Então, quero deixar claro aqui para a Comissão que nós temos saída para acabar com o tráfico. Nós não concordamos com esses dados aí de que nós somos o segundo, animais do segundo, depois do entorpecente, o tráfico. É só pedir os dados e pedir a relação dos animais que são apreendidos e fazer um cálculo de quanto que está saindo para ver, que eu acho que talvez não dê nem 10%. E que o nosso caboclo, ele não sabe fazer tráfico, não; ele está querendo sobreviver. Ele não tem uma máquina de filmar para vender a vida dele para fora. Ele precisa de trabalhar. E que nós estamos prontos para contribuir com projetos, sentar na mesa, discutir, apresentar propostas. Como conhecedor da região amazônica, eu desafio a maioria das pessoas que tiveram oportunidade de trabalhar na região amazônica como eu trabalhei. Eu conheço, eu sei onde estão todos os solos bons da Amazônia. Andei Roraima, Acre, todos os Estados; Pará, Amazonas até Mato Grosso, essa alta floresta, tudo nosso, que fomos uns privilegiados que iniciamos a colonização lá, dizendo aonde era para plantar cacau, em Rondônia também. Estamos à disposição da Comissão. Estamos à disposição de qualquer ONG e qualquer empresa para discutir a apresentação de projetos que a gente possa viabilizar a sobrevivência do nosso caboclo da Amazônia. Meu muito obrigado, e estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Obrigado ao senhor, Sr. Antônio. Agora entraremos no período específico de perguntas. Os Deputados terão três minutos para suas perguntas, e o senhor, Sr. Antônio, três minutos para a resposta. Isso é o que diz o Regimento, mas é evidente que, se o senhor precisar de mais tempo para externar o seu raciocínio, não se prenda aos três minutos. A Presidência sempre lhe avisará o tempo que resta e o tempo que o senhor pode ter, sem problemas. Com a palavra o Deputado Asdrubal Bentes, nosso Relator substituto.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Já começo com outra questão de ordem.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Já começou chegando, veja bem. Daqui a pouco será o Presidente substituto.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Como Relator, eu teria direito a fazer as indagações como Relator. Pergunto se me restaria ou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Como Relator, V.Exa. também tem direito a três minutos da mesma maneira. Só que o senhor sabe da nossa..., aí, sim, volto à sua argumentação anterior: a democracia aqui reina absoluta na nossa Comissão. Então, V.Exa. tem direito a fazer, primeiro, as pergunta, mas nas regras específica, que não serão seguidas e que não são sempre, até porque precisamos escutá-lo mais, e a Comissão precisa beber do seu conhecimento, que é muito grande aqui do Pará, e o senhor terá, não como Relator substituto, não como Deputado da CPI, mas como representante dessa região, o tempo necessário para externar seus pensamentos e suas perguntas.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Muito obrigado pela sua benevolência, que eu reitero, mais uma vez, seja estendida à nossa gloriosa imprensa paraense. Meu caro D'Ávila, quero parabenizá-lo, em primeiro lugar, pelas cores reais com que você pintou o quadro ambiental para o caboclo da Amazônia. Você realmente demonstrou que é um caboclo da Amazônia que conviveu e sentiu na pele os problemas que nós sentimos, eu, que também sou um amazônida, nascido lá nas ribeiras do Rio Madeira, e vim descendo até chegar a Belém, conheço também essa dura e triste realidade de um Brasil de tantos Brasis, e, infelizmente, o nosso Brasil do Norte, particularmente da região amazônica, é o Brasil cobiçado, mas o Brasil esquecido principalmente pelo Poder central. Mas cabe a nós, não adianta lamentar, cabe a nós tomar as medidas que se fazem necessárias para se corrigirem essas distorções. E esta Comissão Parlamentar de Inquérito é uma das vias a ser utilizadas para que nós possamos corrigir esses erros, que não são poucos, principalmente da legislação que nos foi imposta — não é, Deputado Feijão? —, sem consulta prévia às comunidades envolvidas e que redundam nisso que aí está: um caboclo multado em milhares de reais, quando ele não ganha sequer um salário mínimo. Então, vou repetir o Antonio Magri: é impagável essa dívida, de maneira nenhuma. Então, nós temos de fazer uma legislação para a realidade brasileira e não uma legislação para a utopia dos nossos



sonhos. Eu apenas discordo de você com relação àquela dúvida que você levantou quanto aos valores dos contrabandos, do tráfico de animais, porque nós temos dados levantados por ONGs, levantados até pela Polícia Federal, pelo próprio IBAMA, e não sei até que ponto podem ser cem por cento confiáveis, mas, com certeza, o tráfico é muito grande, é violento, e o nosso caboclo é vítima, é instrumento para os gráudos que chegam aqui com os dólares na mão para comprar, por exemplo, o veneno da jararaca, que vale uma fortuna, é mais caro do que o diamante. Entendeu? Então, eu creio que a sua contribuição foi muito efetiva e eu sugiro, Presidente, ele colocou o barco do Ministério da Agricultura lá no Baixo Amazonas à disposição, para que os membros da Comissão que ainda não conhecem aquela realidade possam fazê-lo, e tenho certeza de que vão levar para o Planalto lições da Amazônia e, sobretudo, sugestões para uma nova legislação, já que não pode haver, não pode se repetir o que está ocorrendo: uma legislação para um Brasil de várias realidades. Você vê que não se pode aplicar o mesmo dispositivo legal para a questão ambiental na Amazônia e no Rio Grande do Sul; no Nordeste e no Centro-Oeste. Eu creio que nós temos realmente de recolher essas contribuições como a do D'Ávila, procurar nos abeberarmos ainda mais e, se possível, no contato mais direto com as próprias comunidades, já que aqui o tempo é curto, evidentemente, já que nós estamos numa fase de transição, ao término de uma Legislatura, e esta Comissão tem de encerrar seus trabalhos no máximo até o dia 30 de janeiro, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Trinta e um de janeiro.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Então, não vamos dispor de muito tempo, mas precisamos deixar pelo menos uns indicativos com que nós possamos trabalhar na próxima legislatura em busca de novas leis, novos regulamentos que correspondam à nossa realidade e não àquela que aí está, que na realidade ela faz é dificultar e, por que até não dizer, impedir que alguém trabalhe dentro da legalidade, tamanhas são as dificuldades impostas para qualquer pequeno papel dentro do órgão ambiental, seja ele federal, estadual ou municipal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Muito obrigado, Deputado Asdrubal Bentes. O Deputado não fez especificamente uma pergunta, Sr. Antônio, mas colocou alguns conceitos, emitiu alguns conceitos, concordando com o senhor,



e, no que o senhor relatou nessa questão de que seria o segundo, o tráfico de animais seria o segundo, na realidade o tráfico de silvestres, vamos chamar de bens silvestres, se divide em fauna e flora: entra a madeira, entra também a questão do patrimônio genético... Só um exemplo, o Deputado falou da jararaca. Existe uma aranha na Amazônia, que o grama do veneno custa, por tabela de laboratórios que fazem um determinado remédio, vamos chamar um pré-anestésico, usado antes da anestesia — sou cirurgião, e todos os meus pacientes tomam —, nós compramos a peso de ouro, e esse grama que sai aqui da Amazônia — só tem nessa aranhazinha — custa 33 mil e 400 dólares, colocados lá no mercado americano. Depois nós compramos esse remédio, eu garanto para o senhor, os hospitais no Brasil compram a 40 ou 50 vezes esse preço no final das contas. Então, é só para o senhor ter uma idéia. E, por levantamentos feitos pelas nossas autoridades, nós temos, primeiro, o tráfico de drogas, depois, armas, e, logo após, chegadoinho, pertininho, a questão do tráfico de animais e plantas silvestres. Nós estivemos num criadouro conservacionista no Rio de Janeiro. Havia lá de 35 a 40 araras — o Deputado Feijão esteve conosco —, um patrimônio de quase 2 milhões de dólares, 1 milhão e 800 mil dólares estavam ali naqueles animais. Então, o que às vezes aqui custa tão pouco, ele vai numa..., de atravessador em atravessador, vai ganhando preço, vai ganhando um potencial que, às vezes, aqui mesmo, aqui de onde as araras saem, onde aqueles... não as araras, mas, de qualquer maneira, uma cobra, um réptil de modo geral, ou, então, um veneninho de aranha, a gente não imagina o preço que é vendido lá nos Estados, não imagina o preço que ele é vendido lá. Por isso a Câmara achou necessário fazer essa CPI, porque é a terceira atividade ilícita, não a segunda, é a terceira atividade ilícita praticada no País. Com a palavra o Deputado Antonio Feijão.

O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO – Dr. Antônio D'Ávila de Souza Neves, o senhor é funcionário de carreira da DEFARA daqui?

O SR. ANTÔNIO D'ÁVILA DE SOUZA NEVES - Sou funcionário há 28 anos; sou pesquisador da CEPLAC há 21 anos, concursado, com diversos trabalhos publicados, inclusive até nos Estados Unidos. Já fui a trabalho nosso, participando de congressos internacionais na Colômbia e...

O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO – O senhor é agrônomo?



O SR. ANTÔNIO D'ÁVILA DE SOUZA NEVES - Eu sou engenheiro agrônomo.

O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO – E gosta de curió?

O SR. ANTÔNIO D'ÁVILA DE SOUZA NEVES - Não, eu não gosto de curió. Eu gosto de outros passarinhos, mas de curió não gosto, porque dá muito trabalho, você ter que levar todo dia pro mato para ele pegar fogo, esse negócio tal. Por isso que nós não criamos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Deixa um carioca só fazer uma pergunta. O que é pegar fogo, hein, Deputado? O que é “pegar fogo”? “Leva pro mato pra pegar fogo”? O que é isso?

O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO – Eu entendo pouco de curió. Eu sei que eles brigam muito lá quando está dentro da gaiola e o que está fora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas o que é então?

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Eu acho que ele entende mais do curió da Serra Pelada.

O SR. ANTÔNIO D'ÁVILA DE SOUZA NEVES - O curió, ele faz o seguinte: se você deixar ele preso dentro de casa, ele deixa de cantar; se você levar diariamente pro mato, ele continua cantando. Se vê outro — porque você sabe que todos os animais demarcam seus ambientes —, aí, se ele passar por aquele curió...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Já entendi, então. Ele pega fogo mesmo.

O SR. ANTÔNIO D'ÁVILA DE SOUZA NEVES - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Se vir uma fêmea, então...

O SR. ANTÔNIO D'ÁVILA DE SOUZA NEVES - É, se vê uma fêmea...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ave Maria...

O SR. ANTÔNIO D'ÁVILA DE SOUZA NEVES - Quando ele está com fogo estando muito baixo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Funciona.

O SR. ANTÔNIO D'ÁVILA DE SOUZA NEVES - ...a gente bota uma fêmea do lado. Mas eu não crio curió por isso.

O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO – Bom, a pergunta do curió é porque eu achei interessante a análise que o Dr. D'Ávila fez sobre o custo do curió. Não é



bem o motivo das minhas perguntas. Mas eu acho o seguinte: se o curió custasse 2 mil reais, seria melhor. Porque, veja bem, por que eu não viajo para o Japão? Porque é caro! Então, tirar alguma coisa da natureza pra ter como conforto individual, tem que ser uma coisa cara, não pode ser barata. Mas o que eu vou perguntar ao senhor é o seguinte: eu li hoje, num jornal do Estado, o IBAMA fazendo uma autovangloriação de que fez não sei quantos autos, pegou não sei quantos quilos de carne silvestre e prendeu não sei quantos metros cúbicos de madeira, mais isso, mais aquilo, tudo aí na área das ilhas. O senhor conhece bem essa área, e, pelo menos há quatro séculos, eles estão morando ali. Como é que está a relação entre esta riqueza, a fauna e a flora, e a ocupação cabocla, na sua opinião, nessas áreas das ilhas que compõem o arquipélago de Marajó? Essa seria a primeira pergunta. E, segundo, se esse é o lugar em que o IBAMA faz estatística ou porque é um problema sério?

O SR. ANTÔNIO D'ÁVILA DE SOUZA NEVES - Olha, eu não sei... Primeiro...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Inclusive, o Sr. Francisco Augusto Melo, que coordenou essa operação, vai estar aqui conosco hoje.

O SR. ANTÔNIO D'ÁVILA DE SOUZA NEVES - Quando eu falei, primeiro, negócio de criar deveria ser caro, eu concordo. Mas o que eu discordo é o seguinte: eu posso baratear. Sabe como eu posso baratear? Se eu autorizar um criatório barato. Ele não vai tirar da natureza, são fornecidas matrizes, ele vai produzir e, depois, ele devolve para a natureza. Isso é feito em todos os países do mundo: Pequim, Austrália, Bélgica, todos eles fazem com os seus animais silvestres. Eles botam pra criar. Alguém autoriza criar dentro de um projeto, tudo certinho. E nós podemos fazer isso aqui, permitido criar, vamos dizer, tartaruga; permitido criar jacaré... Tudo isso. Só que eu estou dizendo que são grandes projetos. Eu queria que tivesse projeto para o pequeno, o pequeno poder criar. Aí, ficaria barato. E é um *hobby*. Nós temos vários *hobbies*, o nosso caboclo não tem; ou ele caça ou ele pesca ou ele tem um *hobby*; o *hobbizinho* dele é esse. A questão da carne. Eu fui criado assim: na época que eu morava diretamente lá — nós ainda temos casa lá; não tem energia elétrica, você vê: hoje não tem energia elétrica, não tem nada lá —, nossa alimentação básica era peixe, mas você sabe que, uma vez por mês, meu pai ia caçar com cachorro para matar capivara. Pegava duas ou três capivaras e



matava. Depois que eu fui entender — depois de estudar — que aquilo era uma suplementação, porque nosso organismo precisa de carne, não só do pescado. E isso nunca botou em desequilíbrio nenhuma região, nunca. A Ilha de Marajó, o que o IBAMA faz? Não é só na Ilha de Marajó. O IBAMA, às vezes, tira uma determinada região e faz uma fiscalização, centraliza naquela região por determinado tempo. E eu tenho... Se eu lhe der um dado... Hoje, no Baixo Amazonas, sabe o que está mais criando problema para o meio ambiente? É criação de búfalo, e ninguém fala. Sabe por quê? Eu recebo, como delegado, várias reclamações. Os nossos lagos ficam um barranco; por baixo do barranco, fica o peixe. Quando você coloca o búfalo, ele entra naquele lago, ele come toda a..., solta o barranco, quando o rio enche, o barranco vai embora, o que sobrou do barranco, fica o lago limpo. Sabe o que fica lá dentro do lago? Só piranha e jacaré. Isso eu tenho documentos de agricultores, de gente, de pescadores fazendo isso. Então, a questão dessas ambições é o que eu digo: só prejudica o pequeno. Lá no Marajó, têm autorizações para projetos bons de criação de capivara, têm muitos projetos lá e que são projetos, eu digo, são projetos altamente caros. Até uma colega minha que se formou em Agronomia, ela tem um projeto lá que ela está ganhando muito bem, graças a Deus, porque tá visita para turista: vão ver a criação de capivara, a criação de vários animais lá, soltos, criados no projeto. Então, só lhe respondendo, o IBAMA apreende realmente, mas só apreende... E o que mais sofre é o pequeno. E se nós legalizarmos — temos condições de legalizar —, ele sai da clandestinidade e não vai precisar fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Parece que o IBAMA, naquela reportagem — por isso é importante a presença do Sr. Fernando —, ele, depois de apreender, ele iniciou, já deu fórmulas para — como eles chamam — o manejo sustentável simplificado, que o Sr. Francisco viveu. O senhor tem idéia do que seja?

O SR. ANTÔNIO D'ÁVILA DE SOUZA NEVES – Não, o manejo sustentável é isso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Simplificado. Para a própria pessoa que não tem posses, o pequeno agricultor.

O SR. ANTÔNIO D'ÁVILA DE SOUZA NEVES – Justamente. É isso que estamos querendo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor acha que o caminho é por aí?

O SR. ANTÔNIO D'ÁVILA DE SOUZA NEVES – O caminho é por aí: fazer pequenos projetos para pequenos criadores. Que o próprio órgão dê assistência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor tem idéia do que seja esse manejo sustentável simplificado?

O SR. ANTÔNIO D'ÁVILA DE SOUZA NEVES - Sim. O manejo sustentado, por exemplo, você pode pegar... Vou dar um exemplo. Eu pego... O IBAMA me fornece matrizes: dez capivaras, dez machos. E aí vou fazer o quê? Eu crio um ambiente, eles vão reproduzir. Temos a obrigação de determinados números devolver quando já for sustentável, devolve para a natureza aquelas que foram retiradas da natureza, ou não especificamente os mesmos. Faz uma devolução e, dali — o que se chama de desenvolvimento sustentável —, eles passam a se sustentar, para poder vender e tirar dali sem agredir a natureza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Deputado Antonio Feijão.

O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO – Só para encerrar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Se bem que, Deputado Antonio Feijão, o Deputado Asdrubal Bentes hoje é o nosso Relator. Ele tem o direito de lhe... Mas eu tenho certeza de que ele não vai lhe interromper. Vai deixá-lo fazer suas perguntas e depois...

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Quem sabe até ele não vai adivinhar o meu pensamento?

O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO – A Delegacia Federal de Agricultura exerce fiscalização vegetal e animal. O navio vai sair com algum produto, o navio vai chegar com algum produto... Qual é a infra-estrutura que o senhor tem para exercer, num Estado que tem 1,25 milhões de quilômetros quadrados, essa fiscalização sanitária?

O SR. ANTÔNIO D'ÁVILA DE SOUZA NEVES - Veja bem, a competência do Ministério da Agricultura é todo o comércio interestadual e internacional. Então, dentro do Município, não é competência do Ministério da Agricultura. Agora, todo comércio que sair para fora do Estado, qualquer via, nós temos. Nós temos o chamado VIGIAGRO.



O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO – O senhor sabe que passam setenta navios pelo canal norte e adentram o seu Estado todo mês?

O SR. ANTÔNIO D'ÁVILA DE SOUZA NEVES – Sei, sei e isso que vou dizer: nós não temos infra-estrutura. Nós só temos sabe onde? Só temos no Porto de Belém e em Santarém. Esse não é o grande problema de entrada. O grande problema são doenças que podem penetrar no nosso... e pragas também, que vêm na clandestinidade, vêm em frutas. É esse o maior estrago que pode fazer em todo o território brasileiro. Olhe, só para lhe dar um dado: recentemente, estava entrando o mal da sigatoca-negra. E isso aí estamos criando barreiras. E a mosca negra dos citros já está em Belém. Se ela sair daqui, chegar em São Paulo, o prejuízo que o País vai ter é inimaginável: quebram todo o Estado de São Paulo, aquela parte ali de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O que essa mosca faz?

O SR. ANTÔNIO D'ÁVILA DE SOUZA NEVES – Primeiro, que o que ela faz...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Como é o nome da mosca?

O SR. ANTÔNIO D'ÁVILA DE SOUZA NEVES - Mosca negra dos citros.

O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO – É da carambola?

O SR. ANTÔNIO D'ÁVILA DE SOUZA NEVES - Não, não. Carambola é outra, é menos violenta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mosca negra dos citros.

O SR. ANTÔNIO D'ÁVILA DE SOUZA NEVES - A mosca da carambola, nós estamos com ela até em Macapá, tem lá. Essa é outra mosca, é a mosca negra dos citros. Ela foi encontrada aqui em Belém — em Belém! — por um pesquisador da EMBRAPA...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ela vem de onde?

O SR. ANTÔNIO D'ÁVILA DE SOUZA NEVES – Ela vem das Guianas. Por que ela cresceu muito? Porque, quando chegou, se fosse no interior, numa lavoura, era rápido, porque o agricultor todo dia está vendo, ele acompanha, ele chamava o técnico da EMATER ou da SAGRI. Mas como foi em Belém, foi detectado em Belém, está alastrado em Belém. Estamos criando barreiras para não sair. Porque só dela sair daqui, antes de ela chegar em São Paulo, somos obrigados a informar para



todos os países. E todos os países, se tiver, vão suspender a exportação. Então, nosso grande problema é esse. E não temos infra-estrutura realmente. Estou dizendo: nós só temos o VIGIAGRO instalado em Santarém e Belém, em mais nenhum outro Município.

O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO – E, para finalizar, é comum o Ministério da Agricultura sentar à mesa com o IBAMA e traçar ações conjuntas?

O SR. ANTÔNIO D'ÁVILA DE SOUZA NEVES – Olha, não é comum. Nós começamos a tratar quando a pesca passou para o Ministério da Agricultura, e tivemos várias reuniões, mas não é comum. Nós só traçamos, assim, quando temos problema de exportação de peixe. Você sabe que um alevino de pirarucu está sendo exportado para outro Estado como peixe ornamental, só que está custando vinte dólares um alevino de pirarucu. E quando detectamos isso, que não sabemos o que é, aí que nós chamamos junto com o IBAMA.

O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Sr. D'Ávila, ainda há pouco, falávamos no manejo sustentável simplificado. Eu tenho sido um crítico muito duro do IBAMA, sobretudo porque o IBAMA, principalmente na Amazônia, só aparece na hora de punir, multar e nunca exerceu qualquer atividade educativa, preventiva, para evitar a consumação do dano ambiental. Só chega quando o fato é consumado e não há mais o que se fazer. Então, eu pergunto: nesse manejo sustentável simplificado, você, para criar animais silvestres, você vai ter de ter uma área de terras, certo? E aí vem a outra história do desencontro das políticas governamentais. Normalmente, nem o INCRA nem o INTERPA titularam aquela terra, e o pequeno agricultor não tem a terra, o documento hábil, o registro no cartório de imóveis para apresentar e fazer o projeto de manejo. E é uma exigência *sine qua non*. Então, vejam bem como é que funcionam as coisas neste País: um só governo com diversas políticas desencontradas, e a vítima é a população. Nós temos de, primeiro, fazer com que o Governo fale a mesma língua, os órgãos envolvidos para a solução do problema falem o mesmo idioma, para que possamos chegar a resultados satisfatórios, que é aquilo que nós desejamos. Então, também é trabalho nosso, Presidente, e vamos apresentar na Subcomissão que me foi ...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sub-Relatoria de Legislação.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Sub-Relatoria que eu dirijo, a de Legislação, apresentar propostas no sentido de unificação dessas instruções normativas, porque, se o IBAMA expede uma instrução normativa no sentido norte, o INCRA expede no sentido sul, a atividade nunca pode se realizar. Então, nós gostaríamos de contar com sugestões suas também no aspecto legislativo, para que nós pudéssemos efetivamente apresentar conclusões benéficas para a nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sr. Antônio, até agora como não foi feita nenhuma pergunta, mas só foram emitidos conceitos. Quero dizer aos Srs. Deputados que, ao terminar os depoimentos, nós vamos fazer uma reunião secreta, fechada com uma pessoa que vai nos dar informações específicas sobre terras, invasão de terras, exploração de madeira, processos e procedimentos, autoridades envolvidas com irregularidades. V.Sa. tem, a palavra por dois minutos, Sr. Antônio, mas com o seguinte compromisso: vamos, com certeza solicitar sua ajuda, no sentido de que, após V.Sa. em qualquer momento, antes do dia 15 de janeiro, V.Sa. nos mandará por escrito os trabalhos que porventura tenha feito, as observações que porventura tenha catalogado. A Secretaria da Comissão vai lhe dar um meio de contato para que possamos também ter acesso a mais detalhes, porque numa exposição dessas, fica difícil falar tudo, fica difícil lembrar de todos os detalhes. Seria muito importante que V.Sa. mande para a CPI o que V.Sa. vem estruturando na sua experiência desses vinte ou trinta anos em que vem trabalhando especificamente nessa área. Com a palavra o Sr. Antônio.

O SR. ANTÔNIO D'ÁVILA DE SOUZA NEVES – O grande problema na questão da terra, Deputado Asdrubal Bentes. Nós também, quando começamos a fazer criação de peixes nos rios através de redes, não podíamos acesso a financiamentos. Houve uma saída jurídica em nível federal e hoje podemos fazê-los. Quer dizer, quando se quer, resolve-se o problema. Hoje se pode financiar a criação de peixes dentro dos rios através de redes. Deputado, atualmente trabalho na elaboração de dois projetos que eu iria encaminhar ao Ministro do Meio Ambiente, em relação à legislação com sugestões e questionamentos. No momento, nossos trabalhos referem-se a solos e nutrição. Eu posso preparar um relatório sobre essa



parte que foi discutida aqui. Se há uma legislação que diz que só se podem derrubar 20% de uma área, sem conhecimento, podem-se utilizar esses 20% e derrubar na cabeceira dos lagos e dos igapós, o que vai causar mais problemas e danos para a natureza do que se se utilizassem os 80% em áreas próprias para o desmatamento. São esses absurdos que existem na legislação. Vinte por cento causam maior dano, desde que a escolha da área seja errada. Deputado, eu não sou advogado, mas são nesses pontos que V.Exas. têm que começar a mostrar esses absurdos que existem na nossa legislação.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Mas aí o advogado vai ter que se basear nos dados que os técnicos vão nos fornecer. Nós não conhecemos esse lado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – E V.Sa. já está convocado para essa ajuda. Não precisa ser pessoalmente mas com certeza por escrito. Comunico que vamos transformar esta reunião em reunião secreta. Os Deputados se dirigirão para onde está a nossa testemunha. Eu pediria à Segurança da Casa que a nossa testemunha tenha acesso com liberdade para fora do ambiente da Assembléia e que, por favor, não seja abordada por ninguém. Tão logo voltemos, vamos colher o depoimento da Dona Ana Cristina Barros, do IPAM. A Dona Ana Cristina Barros vem como testemunha. Como testemunha, dentro do nosso critério de convivência pacífica com a imprensa, está liberada a gravação do depoimento dela. Então, vamos entrar em recesso, enquanto fazemos a reunião secreta.

(É suspensa a reunião, que se transforma em reservada.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Dando continuidade à 14ª reunião da CPI que investiga o tráfico de animais e plantas, solicito a presença do Bispo Dom José Luiz Azcona Hermoso. *(Pausa.)* Esclareço que o Bispo Dom José Luiz Azcona Hermoso vem como convidado. Esclareço a V.Exa. que tem vinte minutos para a sua exposição. Logo após o término da sua exposição, os Deputados inscritos farão as perguntas a V.Exa.

O SR. JOSÉ LUIZ AZCONA HERMOSO – Muito obrigado, Sr. Presidente. Senhoras e senhores, a presença aqui de um bispo pode ser questionada. Eu responderia assim rapidamente com uma afirmação do concílio que diz que as alegrias e esperanças, as tristezas e as angústias dos homens no nosso tempo,



especialmente dos pobres e de quantos sofrem, são ao mesmo tempo as alegrias e esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo, quanto mais de um sucessor dos apóstolos, de um bispo, numa região social e economicamente deprimida. Eu gostaria de situar a minha intervenção dentro da área de Marajó, para estimar como marajoara e vou-me servir de um pronunciamento que o Bispo de Ponta de Pedras e eu fizemos público no final do ano de 1999. Isto vai servir como marco para a atuação do IBAMA em concreto durante o tempo que eu sou bispo, desde o ano de 1987. Estou no Pará desde 1985. Pois bem, no número quatro deste pronunciamento, denunciámos o seguinte: *“Uma observação feita, mesmo por pessoas sem maior formação em economia e desenvolvimento, permite visualizar que se trata de uma economia estagnada,”* a do Marajó, *“cujas condições de pobreza do povo vêm se agravando nas últimas décadas. Certamente mais de 90% da população é pobre, muito pobre, muitos em situação de miséria absoluta. Além disso, no contexto da política econômica dos governos federal e estadual não se consegue detectar medidas que permitam visualizar no horizonte o combate direto à pobreza desse povo, o que permite concluir que essas populações estão condenadas à marginalização social por tempo indeterminado.”* Creio que isso é importante para depois vermos a responsabilidade social do IBAMA em concreto e a necessidade de uma ética e de um funcionamento adequado para a própria sobrevivência de Marajó. *“A recente publicação Desenvolvimento Humano e Condições de Vida: Indicadores Brasileiros, emitida pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento), juntamente com o IPEA, o IBGE e a Fundação João Pinheiro, evidencia a situação de penúria da gente marajoara. “O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) demonstra que o município de Melgaço situa-se entre os que estão em pior situação no País; no total de 4.492 Municípios estudados, Melgaço é o 4.488º. Entre as microrregiões paraenses, a dos Furos de Breves, que compreende os Municípios de Breves, Anajás e Melgaço, está incluída na categoria de “baixo desenvolvimento humano” do País. Os demais municípios estão todos situados abaixo da linha demarcatória da pobreza, o que por si só é suficiente para comprovar que a região marajoara e adjacências fazem parte ostensiva do mapa da exclusão social do Brasil.”* Apresento alguns dados do Índice de Desenvolvimento Humano que deveriam ser atualizados, mas pelo que



conhecemos não tiveram muita variação. Considerando uma escala de 0 a 1, e tendo por referencial a média do Estado do Pará — 0,657 — temos, por exemplo, que Anajás está em 0,379 praticamente a metade da média do Pará. Portel, 0,405, e por aí. Todos, portanto, com o IDH pouco acima da metade do IDH do Estado. “Se considerarmos que o Índice de Desenvolvimento Humano foi criado pela ONU, para medir, de forma mais abrangente e adequada as condições de vida de um povo, incluindo, em um só indicador, a longevidade (esperança de vida), o grau de conhecimento (nível educacional) e a renda per capita, pode-se, então, concluir, de forma irretorquível, que as condições de vida das populações marajoaras são de grave penúria. Trata-se, portanto, de uma pobreza de difícil reversão, se não houver decisões políticas firmes para sua superação.”. E se houver um trabalho firme, bem forte do IBAMA na realidade do meio ambiente, porque Marajó como toda a Amazônia se identifica com o seu meio ambiente completamente. Então se não houver um posicionamento mais claro, mais forte, mais drástico e mais honesto não terá Marajó. Em continuação eu queria apresentar para a consideração de V.Exas. um estudo feito ultimamente pela Comissão de Justiça e Paz do Regional Norte II, da CNBB, para nos ajudar a compreender a transcendência dos crimes ecológicos cometidos no Marajó e a transcendência dos impactos sociais dos mesmos. Em geral, a situação da dívida de madeiras na Amazônia de 1500 a 1970 foi de 20% de extração autorizada pelo IBAMA e 80%... Perdão. Antes, de 1500 a 1970 foram 2% de extração de madeira. De 1970 a 2000 subiu a 14%. Então este avanço, este aumento tão enorme foi concentrado num dado da *Gazeta Mercantil* de São Paulo. Em 19 de outubro de 1999, tinha sido autorizada pelo IBAMA a atividade madeireira na Amazônia, 6,8 milhões, e a extração irregular chegava a 34 milhões. O que quer dizer que, se essas estatísticas são verdadeiras, os impactos ambientais e os impactos sociais numa região tão deprimida sociológica e humanamente como Marajó, são contundentes e são verdadeiramente desumanos. A base da sobrevivência do Marajó está intrinsecamente ligada à preservação do meio ambiente. A sobrevivência biológica e também cultural está ameaçada por modelos de desenvolvimento e atividades de devastação ambiental absolutamente bárbaras e descontroladas, em concreto. A problemática da pesca de arrastão, ou pesca predatória, na desembocadura do Amazonas sul, digamos, no estuário do



Amazonas, não está tendo solução nenhuma. Sabemos todos, por estatísticas bem testadas, que, por um quilo de camarão pescado nessa região, se desperdiçam de sete a oito quilos de qualquer espécie de peixes completamente saudáveis para o consumo humano. Lembro que na visita ao Santo Padre, que fiz há seis anos, ele me perguntou — a primeira pergunta — qual era o modo de sustentação, da alimentação da população. Eu disse que na parte oriental é sobretudo a pesca, porém está ameaçada pela pesca predatória. Um quilo de camarão, para satisfazer a gula do Primeiro Mundo, por sete ou oito quilos de peixes bons que são jogados e perdidos nas águas. Não existe ainda força humana que possa impedir, que tenha impedido um crime ecológico tão brutal e tão pernicioso como esse que está diante dos olhares de todos, de todo o mundo, contra todas as leis, contra todo o respeito até à sobrevivência humana. As populações são afetadas por isso, até a própria natureza, com as ameaças, por exemplo, da desaparecimento de várias espécies. Um fato que está diante de nós do Marajó: ninguém, ninguém tem feito efetivamente algo que de verdade responda mesmo a essa problemática, que é criminosa. Criminosa e sem justificção de ninguém. Passando para o IBAMA, em concreto, eu queria dizer o seguinte: o IBAMA, em 1985, quando cheguei no Marajó, era sinônimo de quê? Desde que foi criado o IBAMA, em 1989 — penso que foi — até a gestão da Dra. Selma Bara Melgaço — quero fazer uma distinção bem clara antes da Dra. Selma e durante a gestão da Dra. Selma. Antes da gestão da Dra. Selma, em conversas inúmeras, relatórios constantes, conversas de sacerdotes, de agentes de pastoral, do povo mesmo, o IBAMA era sinônimo de incompetência e ineficácia absoluta para a defesa do meio ambiente do Marajó. Quero destacar: absoluta. Absoluta porque essa era a opinião, e a minha também, de todo o povo de Marajó, tanto da parte leste como da parte oeste, a região das ilhas, etc.; segundo, era sinônimo de corrupção institucionalizada, sem nome; terceiro, era sinônimo de incompreensão e passividade total diante das necessidades dos ribeirinhos da região do Marajó. Porque não temos muito tempo, vamos passar agora para a gestão da Dra. Selma Bara no Marajó. Não entro na macrogestão da doutora em nível do Pará. No que se refere à gestão dela no Marajó, abriu-se imediatamente para o povo, de modo especial para a parte ocidental, para os afetados pelo desmatamento brutal e desumano da região, um horizonte novo de esperança. As



peças começaram a acreditar no IBAMA, que estava totalmente — repito — desacreditado, que nunca mereceu louvor ou elogio. Chegou a estadista e começou a limpar os corruptos — pelo menos um que conheço — do quadro do IBAMA na região das ilhas. Fez uma limpeza mesmo. Terceiro, o IBAMA começou a ter um diálogo constante com a população carente. Uma novidade absoluta também. Por exemplo me lembro quando chegou o funcionário do IBAMA, o Sr. Amarildo Formentini. Na primeira reunião houve uma manifestação, em Breves na praça eu participei dela. Quando ele disse que era representante do IBAMA, assobiaram, gritaram contra ele. Disseram que não queriam saber mais nada do IBAMA. Pois bem, esse foi o início de uma virada enorme na região das ilhas para essa situação. Com o diálogo constante mantido entre IBAMA, sobretudo através do Sr. Amarildo Formentini, a Igreja Católica, o sindicato de trabalhadores rurais de Breves, na pessoa do Luiz Carlos, do Vereador Edilson, etc. Houve a fiscalização efetiva e punitiva por parte do IBAMA de alguns infratores contra as leis do meio ambiente. Foi uma novidade também. Daí, o “antes” e o “depois” da gestão da Dra. Selma Bara Melgaço. Também começou a campanha de difamação contra o IBAMA, contra esse tipo de IBAMA, etc. Tive a alegria de poder escrever um artigo defendendo o novo IBAMA, realmente porque merecia defesa. E — repito — me alegro de ter defendido, no *O Liberal* e em algum outro órgão, essa presença do IBAMA. Houve ameaças também, ameaças por parte da oligarquia da região, como sempre de políticos conhecidos que não vou dizer os nomes aqui. Outro ponto da ação da doutora foi a ação mapuá. Mapuá é um rio do interior de Breves (fica a doze horas de Breves) e seu desenvolvimento humano é economicamente muito baixo. Aí o IBAMA também implantou projeto de manejo simplificado, manejo comunitário. Foi de verdade uma experiência que agora não sei como está funcionando, porque os acessos até lá são difíceis. Doze horas desde Breves é difícil. Deram ao povo de lá conhecimento da realidade e da legislação que lhes correspondia, conscientização sobre o meio ambiente, títulos para a exploração racional e legal das terras deles, orientações para comercialização, etc. Este foi um projeto que o povo entendeu que poderia ser realizado. Eu também como Bispo do Marajó estava interessado no bem da região que se poderia amplificar para o resto das regiões do Marajó como um projeto verdadeiramente do IBAMA, que orientou, alentou e acompanhou esse projeto.



Repito, neste momento não sei como se encontra. Conclusão. Primeiro, o futuro do Marajó depende de um IBAMA forte com suficientes recursos humanos e econômicos que levem a efeito uma fiscalização e uma punição justas, porque a identidade e a própria sobrevivência do Marajó se identificam com o meio ambiente, portanto, com o trabalho que faça o IBAMA; segundo, é necessária a criação de um IBAMA com fortes raízes éticas capazes de resistir energicamente a sedução de corrupção aviltante e desmoralizadora; terceiro, que tenha a liberdade exemplar e firme diante de políticos corruptos presentes em nossa região; quarto, compromisso social com a população marajoara em forma de conscientização e mentalização sobre o meio ambiente, articulação de projetos populares de manejo florestal e incentivo de projetos sociais vinculados ao meio ambiente para um desenvolvimento sustentável da região. Por último, vendo a realidade, penso que se precisa mais do que organização, mais do que meios econômicos. Precisa-se da presença mística e, para entender melhor a palavra, espiritualidade. Quem quer lutar pelo menos pelo meio ambiente no Marajó vai ter que ter uma verdadeira espiritualidade. A espiritualidade das bem-aventuranças dos perseguidos pela justiça, porque isso vai acontecer, daqueles que têm fome e sede de justiça, porque é necessária essa fome e sede de para que o meio ambiente também fique de pé. Deve ser uma volta — sem querer fazer propaganda, mas colocando as coisas bem claras —, a volta de Jesus Cristo mesmo. Esse é o resumo. É o que eu queria dizer nesses vinte minutos que o Sr. Presidente, com muita deferência, me outorgou. Muito obrigado, Sr. Presidente, senhoras e senhores presentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Nós é que agradecemos a V. Exa. Inicia-se o período de perguntas dos Deputados. Não há inscrição, mas eu tenho a certeza de que os Deputados aqui presentes farão perguntas a V. Exa. Vamos fazer as perguntas uma a uma, se quiserem, com a resposta imediata e a réplica imediata também sem nenhum tipo de problema. Com a palavra o Deputado Antonio Feijão.

O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO – Dom José, estamos vendo cada vez mais a Igreja Católica preocupada com essas ações — digamos assim — danosas ao nosso meio ambiente. E isso tem induzido não só a Igreja mas também como todos os setores, porque na Amazônia, como bem disse o Santo Padre, o meio



ambiente é a despensa da nossa sociedade. E nós estamos assistindo isso no Amapá, com muita capacitação, a Pastoral da Terra, a Pastoral do Índio, sempre presentes e refletindo diretamente na qualidade de vida da nossa gente. Muitos anos atrás, no meu primeiro mandato, propus a criação do Território Federal de Marajó. Por pouco não fui linchado aqui por alguns tradicionalistas. O Presidente desta Comissão é um Parlamentar do Rio de Janeiro, Deputado Asdrubal Bentes, que conhece bem, não só as características geográficas mas também socioambientais e históricas da região. O complexo de Marajó tem características totalmente diferenciadas, tanto do Amapá quanto do Estado do Pará. A idéia era dar autodeterminação geopolítica e os méritos constitucionais para que aqueles quase 500 mil habitantes pudessem ter verbas significativas e poder buscar soluções melhores para o seu dia-a-dia. O complexo de Marajó — sou geólogo — corre não só o risco do empobrecimento protéico de suas fontes. Certa vez fui a uma ilha do Amapá, mas não é Amapá, é Pará, é Marajó. O patriarca me levou lá, por ironia. No Amapá eu vou criar uma associação de moradores no Pará. É assim que funciona a parte ocidental da ilha. Nós, do Pará, transigimos ilegalmente ao cuidar um pouco do Pará marajoara. Ele começou a apontar para o Rio Maniva e disse: *“Olha, quando eu era menino aqui tinha muito camarão, muito açai”*. Aí eu disse: *“Me conta aí como era”*. Ele me respondeu: *“Morava o meu pai ali; o meu avô tinha uma casa grande ali; o meu tio ali e tinha mais umas cinco casas do Sr. Fulano e do Sr. Sicrano”*. E só onde ele morava havia mais ou menos umas dezoito casas. Não precisa ser um grande estudioso — e nesta sala tem grandes estudiosos de instituições científicas — para saber que o Marajó não agüenta a densidade demográfica. É um ambiente muito sensível. A idéia de criar o território era fazer compensações orçamentárias para que darmos sustentação e verbas públicas federais a uma atividade mais harmoniosa, mais sustentável, e um controle geodemográfico capaz de equilibrar o meio ambiente naquela região. Com relação à pesca predatória da fauna acompanhante é importante que esta CPI chame a atenção para isso. No Amapá nós proibimos, mas eles vieram para cá. Realmente é arrasador ver-se um navio botar uma rede de arrastão, jogar fora a cada tonelada de camarão de oito a dez toneladas de fauna acompanhante que não é aproveitada, porque no Amazonas a biodiversidade é tão fértil que não existe espécie dominante capaz de ter valor



econômico. Não tem, por exemplo, um cardume de mero no meio daqueles camarões para poder dar valor econômico à fauna acompanhante. Sr. Bispo, não vou-lhe fazer nenhuma pergunta, porque sua exposição já nos enriqueceu com a objetividade de suas palavras. Nós, desta CPI, deveríamos destacar um capítulo especial para que a região de Marajó pudesse receber uma superintendência do IBAMA. Esta região tem extenso e forte contato antrópico. Imaginem um cidadão sair de Ilhéus e fiscalizar a praia de Atalaia lá em Parnaíba. É o que faz um técnico do IBAMA. Sai de Breves e circunscreve essa Ilha até a Caviana. Trata-se de uma região delicada. Por enquanto o canal norte ainda tem a versatilidade da navegação. Mas, a continuar o desmatamento e ações antrópicas muito fortes, poderemos ter uma catástrofe de navegação muito grande. O Amapá está mapeando essas ilhas. Nasceram ilhas todos os anos. Deslocam-se ilhas, somem ilhas e aparecem ilhas. Uma hora vamos ter um desvio de rota e isso poderá custar de doze a quatorze novas horas de rota para a nossa sobrevivência, do ponto de vista logístico da modal de navegação. Portanto a exposição de V.Exa. foi muito enriquecedora. Parabenizo-o pelo seu trabalho, não só como pastor das suas ovelhas, mas também como um homem que dá nova convergência à questão. Atualmente a religião tem que exercer essa ação holística sob todos os aspectos, principalmente porque o meio ambiente hoje, na Amazônia, significa qualidade de vida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Obrigado, Deputado Antonio Feijão. O Deputado não fez perguntas, Sr. Bispo, mas se V.Exa. desejar poderá tecer algum comentário.

O SR. JOSÉ LUIZ AZCONA HERMOSO – Sim, tenho um brevíssimo comentário sobre a identidade do Marajó. Desejo questionar sobre a possibilidade de um atendimento específico, não sei como, talvez da parte do IBAMA, porque isso pode ter conseqüências enormes. Refiro-me à navegação. Algo especial se deveria criar para Marajó. Concordo que depois se crie uma região politicamente diferente. A motivação do abandono, do descaso total do Marajó já são razões, além da identidade cultural, etc., para motivar uma reflexão profunda sobre o fato. No momento eu não poderia me pronunciar mas a situação merece atenção muito especial e rápida.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Solicito ao nobre Deputado Asdrubal Bentes, na qualidade de Relator-Substituto, que a observação do Deputado Antonio Feijão seja levada em conta quando da votação do relatório. Com a palavra o Sr. Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Dom José, há muito que acompanho o seu trabalho porque milito na política do Pará. Mas, antes de me manifestar, eu queria manifestar a minha estranheza pelo fato de V.Exa. citar a existência de corrupção dentro do IBAMA, acobertada por políticos do Estado. Eu sendo político do Estado me sinto envolvido indiretamente. De maneira que eu acho que é hora de se dar nome aos bois para que a sociedade saiba quem são realmente aqueles que trabalham pelo bem-estar da comunidade e aqueles que trabalham pelo seu próprio bem-estar, tirando proveito próprio em função do cargo que exercem. Assim eu gostaria que V.Exa. nominasse os políticos que dificultam a ação. Se não quisesse fazê-lo de público poderá depois nominá-los à Comissão para que nós pudéssemos fazer constar do nosso relatório. Não posso, eu, Asdrubal Bentes, com mais de quarenta anos de vida pública, colocar a carapuça e levar para casa a fama de corrupto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Deputado Asdrubal Bentes, deixe-me fazer um esclarecimento.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Eu gostaria, Excelência, não me leve a mal, mas apenas gostaria de um jogo aberto, porque, do contrário, V.Exa. incorreria no mesmo erro que incorre a imprensa quando joga a responsabilidade de todas as mazelas deste País no Poder Legislativo. Existem bons e maus em todas as classes. Eu sei que V.Exa. tem uma justa revolta, porque vive numa região abandonada, relegada ao descaso e que precisa realmente de ser olhada com um caráter especialíssimo. O Deputado Feijão foi muito feliz quando insinuou e até solicitou a criação de uma superintendência do IBAMA. Não sei se do IBAMA, porque diante de tanta corrupção que existe no IBAMA, talvez este órgão deva ser extinto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Deputado Asdrubal, por favor, deixe-me esclarecer ao Bispo Dom José Luiz Azcona Hermoso. Nós estamos, Dom José Luiz, numa CPI. Os Deputados e a assessoria que me acompanham sabem do



meu estilo, quando se citam dados ou fatos que envolvam qualquer tipo de acusações veladas ou não, queremos saber a fonte. Eu acho que é uma forma justa de cumprirmos a nossa obrigação. Trata-se de uma característica desta CPI e de todas: buscar a verdade perene, contínua, doa a quem doer. Mas eu quero esclarecer: o Sr. Dom José Luiz Azcona Hermoso está como convidado aqui. Então, o Deputado foi bastante claro e eu iria fazer essa observação, V.Exa. sabe que eu não perderia a oportunidade de fazê-lo. Num primeiro momento V.Exa. referiu-se a — abro aspas — “políticos corruptos bem conhecidos pela sociedade”. E posteriormente V.Exa. os colocou como um fator importante no seu trabalho. Na sua listagem de correção dos desvios em Marajó, aparecem a espiritualidade, uma melhor fiscalização e a ausência de corrupção. Quer dizer, então, por duas vezes, Dom José, V.Exa. falou em políticos corruptos e corrupção. Eu vou deixar V.Exa. absolutamente à vontade. O Deputado tem razão. Esta Presidência iria fazer essa observação de qualquer maneira. V.Exa. pode, ou dizer agora daqui, citar os nomes solicitados do Deputado Asdrubal — solicitação que faço minha essa — ou depois por escrito. Consta do seu trabalho, do livro, do discurso feito, a corrupção e política. V.Exa. e outro bispo. Felizmente para a lei brasileira, as CPIs têm essa característica. Nós podemos pedir inicialmente, depois, exigir. Nós não queremos chegar a nenhum tipo de exigência. Nós queremos, Dom José Luiz, que V.Exa. na sua resposta agora, — será fundamental a próxima vez em que V.Exa. usar o microfone, se o fizer na sua resposta — V.Exa. nos diga se vai falar o nome ou se vai mandar por escrito. Se V.Exa. responder dessa maneira, tudo certo. Eu acho que podemos partir para as outras observações que são tão importantes quanto. Mas eu gostaria de saber de V.Exa. — intervindo na questão apresentada pelo Deputado Asdrubal Bentes, uma questão excepcionalmente bem colocada, pinçada dentro de um contexto importante — tudo o que V.Exa. veio trazer para nos ajudar e colaborar. V.Exa. prefere dizer agora o nome, Dom José Luiz, ou prefere mandá-lo por escrito?

O SR. JOSÉ LUIZ AZCONA HERMOSO – Eu queria, antes de responder essa pergunta tão direta, dizer o seguinte: quando no linguajar brasileiro se fala de político corrupto, já não é assim tanto quando se fala em geral da nossa Nação. Fala-se de uma região, de um Estado. Isso não é problema assim para tomar, Excelências, com tanta ênfase, porque, na verdade, todo mundo reconhece que é



assim. Em qualquer Estado do Brasil, tem político corrupto. E todo mundo sabe que tem político corrupto e também no Estado do Pará. Então essa afirmação não tem assim uma importância tão dramática como para atingir a sua honestidade, a sua respeitabilidade como homem e como homem público, de jeito nenhum. Senão é colocarmo-nos num ambiente, num marco sociopolítico que envolve todo o Brasil, como envolve todo o IBAMA e toda a Amazônia, porque o que acabo de dizer sobre a relação entre o IBAMA e a sobrevivência do Marajó exatamente igual se pode dizer da relação entre a sobrevivência da Amazônia e a atuação do IBAMA, é exatamente igual com poucas diferenças.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – D. José, não lhe interrompendo, já lhe interrompendo, o Presidente da CPI lhe fez uma pergunta. Gostaria de saber se o senhor vai... Sem intenção, por favor não pense que haja intenção de coerção. O senhor fez uma afirmação dentro de um contexto. O Deputado Asdrubal Bentes, digno membro desta CPI, 1º Vice-Presidente desta CPI, tomou como sua e fez a pergunta. Gostaria de saber se o senhor vai encaminhar, se o senhor vai falar os nomes dos políticos corruptos agora, ou se o senhor vai mandar por escrito, ou se o senhor nega que existam, dentro do contexto de seu discurso, que o IBAMA corrupto é sustentado, como foi falado pelo senhor, por políticos corruptos. O IBAMA corrupto sustentado por políticos corruptos. Se o senhor sustentar, o senhor vai ter de me dizer. Infelizmente, não queria chegar a esse ponto, mas o senhor vai ter de responder a minha pergunta. Se o senhor vai dizer agora ou vai mandar por escrito o nome dos políticos corruptos que sustentam o IBAMA e, por consequência, um *status quo* de corrupção generalizada, tendo por objetivo a lesão do meio ambiente brasileiro.

O SR. JOSÉ LUIZ AZCONA HERMOSO – Bom, o que vou dizer é que são notícias recebidas como Bispo, às vezes, por pessoas que não me dão a licença para usar publicamente algo semelhante. E, portanto, em função do meu ofício, não poderia colocar aqui os nomes e, tampouco por escrito, se não receber estrita licença daqueles que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – D. José, volto a afirmar, defendendo, inclusive, a instituição CPI, a instituição Câmara: se o senhor não fosse Bispo, D. José, neste momento, o senhor estaria numa situação muito complicada,



porque exigiríamos mesmo, teríamos o direito de exigir, tornar a exigir e a usar todos os instrumentos que a CPI tem, que são vários, ainda bem que são vários. Na realidade, o que o Deputado falou é absolutamente correto. Quando se fala em políticos corruptos aqui no Pará, e o senhor acrescenta no Brasil, eu sou político também do Rio de Janeiro, também me sinto ofendido. Não pensem vocês da imprensa que, quando citam que existem políticos corruptos e não dão os nomes, que não nos sentimos incomodados. Sentimo-nos, sim, e muito incomodados. Se a CPI está aqui no Pará e veio buscar exatamente isso, não políticos corruptos, mas por que órgãos são corruptos, por que não se consegue, apesar de uma grande estrutura mantida por dinheiro de imposto que é cobrado, uma carga tributária que todos nós sabemos que empobrece, na realidade, não deixa o Brasil... Estava lendo, não sei se o senhor leu, a questão da capacidade de endividamento da classe média brasileira, por exemplo, que o PIB da classe média brasileira decaiu exatos 42% nestes últimos cinco anos.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Deixe-me só terminar. Essa capacidade de poupança da classe média que sempre foi superavitária, nos últimos cinco anos, caiu quase 40%. E a imprensa gosta, inclusive, “políticos corruptos”. Se o senhor me disser o nome desses políticos eles não serão mais corruptos, sabe por quê? Porque eles não serão mais políticos. Se o senhor disser ou a imprensa disser o nome dos políticos, eles não serão mais corruptos porque não serão mais políticos. A CPI tem o poder de garantir isso. Então como lhe falei se o senhor não fosse Bispo e não colocasse essa questão de que pessoas falam em confissão e, com isso, não lhe autorizam, vamos, D. José, levar esse caso específico à nossa assessoria jurídica em Brasília, para saber como agir: aceitamos ou não a sua colocação. E com toda tranquilidade, Deputado.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Por favor, para concluir, não quero polemizar um assunto que é muito mais importante do que isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas quero polemizar e estou com a palavra, Deputado.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Aliás, quem estava com a palavra era eu, se me permite...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Agora eu estou com a palavra.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Aí já está havendo autoritarismo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não está havendo autoritarismo. Estou terminando meu discurso para V.Exa. terminar sua observação, até dentro de uma observação sua. Como lhe falei, se o senhor não fosse Bispo, na realidade, esta Presidência tomaria as atitudes que tem de tomar dentro dos poderes que possui no Regimento Interno. Como Bispo, vamos levar essa observação, como lhe falei, à nossa Assessoria Jurídica, em Brasília, para consulta. Até porque o senhor não retirou a expressão “políticos corruptos” dentro da causa desses malefícios todos que estão sustentando o IBAMA corrupto e a corrupção generalizada no Pará e na Ilha de Marajó. Não sei se o Deputado Asdrubal Bentes tem mais alguma pergunta.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Como disse, não quero polemizar, nem quero transformar esta CPI em querelas menores, embora seja muito importante que se alije a corrupção deste País. Agora, quando assiste o direito a alguém de dizer da existência de políticos corruptos sustentando este ou aquele órgão, sustentando estas ou aquelas atividades corruptas, então nós, que atuamos na política deste Estado, temos o direito de saber quem são. Do contrário, estaremos diretamente envolvidos nessa generalização, que hoje é uma constante no Brasil. E queiram ou não, a verdade é que todas as decisões neste País são políticas. Tenho 40 anos de vida pública, estou entrando para o meu quarto mandato de Deputado, fui Procurador do Tribunal de Contas, fui Superintendente do GETAT, Presidente-Superintendente do INCRA e, nesses 40 anos, a minha consciência está absolutamente tranqüila de que não usei cargo ou função pública em proveito próprio, ou de parentes ou de beneficiários amigos meus. Sempre tive na maior conta a Igreja Católica, a qual pertenço, as evangélicas, pelas quais tenho o maior respeito. Agora, não admito que se generalize e depois se omitam os nomes. D. José, admiro V.Revma., conheço o seu trabalho na Ilha de Marajó, sei do seu idealismo, do carinho e amor que tem pela região e pelas suas ovelhas. Continuaremos lá, na Câmara dos Deputados, por mais quatro anos, para ajudá-lo neste trabalho. Temos certeza, Sr. Presidente, de que foi talvez num momento de



empolgação que D. José pronunciou estas palavras. Se ele sabe quem são os corruptos, no momento adequado, certamente, ele irá dizer. De minha parte, retiro todo e qualquer questionamento a respeito, em respeito ao passado e atuação de D. José e em respeito também ao que ele representa à minha Igreja, a Igreja Católica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Com essa retirada, não resta outro caminho senão aceitá-la e solicitar também à Secretaria da Comissão, que tomou nota, para que então fique sem efeito a nossa consulta. D. José, o senhor tem mais alguma coisa a acrescentar? Vencido esse episódio, o senhor tem mais alguma coisa a acrescentar que julgue importante, necessário em termos do objetivo? Porque o objetivo desta Comissão não é bem estudarmos por que o IBAMA é corrupto, mas é estudarmos as causas, uma delas é a corrupção, que levam a ser tão fácil fazer biopirataria neste País, cortar e levar madeira, levar o patrimônio genético deste País. Existem quadrilhas especializadas que têm, inclusive, grande efetividade no que levam. Mas, se o senhor tiver mais alguma coisa a acrescentar, por favor fique à vontade.

O SR. JOSÉ LUIZ AZCONA HERMOSO – Não, queria agradecer de novo pela oportunidade que o Sr. Presidente me deu, pela sensibilidade que, pelas duas intervenções ou três que teve, existe com relação a Marajó, que é um dos grandes problemas também no âmbito do IBAMA e também expressar minha convicção de que desejo, pois, que o IBAMA novo se implante, trabalhe e lute. Tudo que do IBAMA velho acabo de dizer fique esquecido para sempre e que o novo IBAMA apareça, seja recriado e atue com toda a força e com toda a decisão. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Só um instante. O Deputado Antonio Feijão gostaria de fazer uma intervenção.

O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO – Sr. Presidente, só para aproveitar o Deputado Asdrubal Bentes, porque, a partir do ano que vem, não estarei no Congresso Nacional: que ele possa, no caso de Marajó, que é um ecossistema extremamente sensível, se não reativar a questão da criação do território federal — que ele tem essa prerrogativa e estou pedindo-lhe que reacenda esse projeto de nossa autoria —, mas que possa dar início ao estudo, para que se crie a figura da gestão ambiental e territorial integrada, que Marajó possa ter uma legislação



ambiental e territorial integrada. No momento em que entra uma atividade econômica como um enclave, ela não se torna socioambientalmente um enclave, ela ganha quase que atmosféricamente um resultado socialmente quase que sempre negativo, ambientalmente, quase que certo, prejudicial. Essa seria, Deputado Asdrubal Bentes, a sugestão para que V.Exa. possa dar essa contribuição, para que se crie a figura da gestão territorial integrada. O Governo sempre criou grandes territorialidades constitucionais com vistas à busca econômica, por exemplo: distrito agroindustrial do Pará e Amapá, distrito agropecuário de Altamira. Então, que se crie essa figura forte de uma gestão territorial ambiental integrada no caso de ecossistemas sensíveis, para que alguém não chegue lá de noite, com um empreendimento, faça um desarranjo gigante, que não altera nunca a vida daquelas populações. As experiências que tenho assistido em Marajó são muito ruins, agora que o IBAMA busca na célula menor a valorização da cultura com relação à natureza e à economia que a desenvolve.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Com esta última intervenção do Deputado Antonio Feijão, com a recomendação ao colega que lá ficará e continuará defendendo tão bem os interesses do povo do Pará, agradeço a V.Revma. com a solicitação que sempre fazemos: se o senhor souber de algo que suas perguntas não conseguiram chegar ou não conseguiram esclarecer ou se souber de algum fato importante para a conclusão desta Comissão, por favor dirija-se a ela. O nosso Secretário dará a forma de entrar em contato. Muito obrigado. Solicito à D. Ana Cristina Barros, do IPAM, que tome assento para seus esclarecimentos. Por favor, D. Ana, à nossa direita. Até que enfim, D. Ana, vamos conseguir conversar. D. Ana, desta vez, vem na condição de testemunha por um detalhe administrativo do IPAM. Gostaria, D. Ana, que a senhora lesse o que está em negrito nesta folha, próximo ao microfone, para que a Taquigrafia possa...

A SRA. ANA CRISTINA BARROS – Faço, sobre a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – D. Ana, a senhora tem 20 minutos para sua exposição, de acordo com o que estava definido no requerimento aprovado por unanimidade, quando do seu primeiro convite para vir a esta Comissão.



A SRA. ANA CRISTINA BARROS – Inicialmente, gostaria de agradecer ao convite e louvar o trabalho da CPI, que, tenho visto, tem tido bons desdobramentos, não só em Brasília, mas numa iniciativa até então desconhecida por mim, que é percorrer as principais cidades envolvidas na investigação. Isso é bastante louvável. Quero também me desculpar novamente pelo fato de ter sido convidada para depor na audiência do dia 27 de novembro, e, por problemas de comunicações internas do Instituto, não compareci. Assim que soube desta falha, enviei uma correspondência, fui pessoalmente me desculpar e estou aqui para prestar todo o esclarecimento que seja necessário. Vou iniciar explicando brevemente o que é o IPAM — Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. É uma ONG sediada em Belém, com escritórios em Santarém e Brasília. O objetivo do instituto é, através de pesquisa e educação, contribuir para a consolidação e fortificação de uma visão de desenvolvimento sustentável na Região Amazônica. Trabalhamos com foco especial em três, vamos chamar, fenômenos gerais de alteração da cobertura florestal na Região Amazônica, que são: o desmatamento, a exploração madeireira e o fogo. É importante ressaltar que dentre os três, muitas vezes, damos muito mais atenção para o efeito desmatamento, porque ele que conhecemos mais: o desmatamento, que é monitorado anualmente pelo INPE, que temos melhores estimativas e que conseguimos melhor aproximação da localização no mapa. A exploração madeireira, obviamente como um dos fatores que levaram a esta CPI, é ainda em grande parte desconhecida pela sociedade e pelo Governo brasileiro. Acho que vocês terão oportunidade aqui de em breve ouvir o representante do IMAZON, outra ONG que tem uma boa quantificação da atividade do setor madeireiro na região. Mas isso não é ainda, digamos, uma informação que percole, ou seja, gerada pelo próprio Poder Público ou pelo IBAMA. Se perguntarmos hoje quantas indústrias madeireiras existem na Amazônia, o IBAMA infelizmente não pode responder; onde elas estão, ele não pode nos responder; a quanto exploram e de que forma exploram, ele não sabe. O fogo é também um problema bastante semelhante: que área é queimada anualmente na Amazônia? Não se sabe. A melhor estimativa que se tem é dos dados de satélites que mostram áreas, pontos de queimadas visualizados pelo satélite. Mas a área que de fato queima, a área que o satélite, muitas vezes, não vê, porque é uma queimada que acontece no sub-bosque é perda de nossas



apreciações. Então o Instituto tem uma atividade centrada no trabalho desses três fenômenos, dessas três formas de alteração da floresta com o objetivo de, ao mesmo tempo, reduzir a intensidade dos fatores negativos, da simples degradação florestal e transformar o uso da floresta num potencial para desenvolvimento econômico da região. Nos últimos anos temos focado nosso trabalho ao longo dos eixos de desenvolvimento propostos pelo Programa Avança, Brasil do Governo Federal, preocupando-nos, então, em não só trabalhar em regiões onde a fronteira já é estabelecida, o desmatamento já aconteceu, a atividade madeireira já teve seu pico e está tendo seu colapso, mas tentando anteciparmo-nos e dar nossa contribuição para que esse futuro não se repita em regiões de fronteiras recentes, como por exemplo, a Rodovia Santarém-Cuiabá. Nesse sentido, gostaria de colocar, no mesmo objetivo com que contextualizo o trabalho do IPAM em colaborar para a estruturação de um programa de desenvolvimento para os nossos eixos, é que nós, do IPAM, interpretamos o problema do tráfico de plantas e animais silvestres, sendo esse mais um dos sintomas de uma baixa capacidade de governo na Região Amazônica. Uma região que entrou como prioridade no desenvolvimento do País muito recentemente, se pensarmos na história do País, e que ainda é caracterizada por um baixo nível de governança e que pode ser ainda muito diluída por conta dos grandes projetos que têm sido planejados, como a pavimentação de, pelo menos, 7 mil e 500 quilômetros de estradas, novas hidrelétricas, novos gasodutos. Isso nos preocupa, quando ele pode, então, diluir ainda mais a pouca capacidade que o Governo acumulou, até então, para gerir a ocupação da Região Amazônica e o seu desenvolvimento. Falando, então, desse sintoma, mais um dos sintomas da baixa capacidade de governo na região, temos, obviamente, dentre os produtos — tentando me aproximar mais do objetivo da CPI —, principal produto dentro da concepção de trabalho do IPAM é o produto madeireiro. Reconhecemos, obviamente, que existem os animais, que também são objetos de comércio, os recursos genéticos, mas o Instituto trabalha mais especificamente com o produto florestal madeira. E aí eu acho que é importante lembrarmos que, por mais que tenhamos atualmente algumas estimativas que tratam de um percentual até mesmo razoável, 50, 70% da madeira vindo de autorizações de desmatamento, isso pode estar embaçando a nossa imagem, a nossa visão. É uma madeira que pode ser



legalizada no papel. Ela pode ter um documento que diga: “Ela vem de uma origem apropriada”. Mas é importante que se verifique se esse documento corresponde à prática. Não basta que a madeira autuada, ou interrompida, ou fiscalizada no caminhão apresente um documento que diz “*Proveniente de uma área de desmatamento*” para que ela esteja legal. É importante que essa área de onde foi tirada essa madeira, de fato, venha a ser desmatada, porque, afinal de contas, foi aquele o compromisso do proprietário da área com o Governo, com a sociedade brasileira. Então, é importante que a gente não perca a diferença entre o que é uma legalidade no papel do que vem a ser uma legalidade na prática. Na nossa visão, para que isso possa ser modificado, existe uma iniciativa, digamos que, parcialmente louvável por parte do Governo brasileiro, quando elabora e encaminha o Plano Nacional de Florestas. Existe um componente, até os senhores devem estar acompanhando, de negociação com o Banco Mundial, para que a exploração madeireira na região seja dirigida a florestas públicas, uma ampliação da área de florestas públicas e uma posterior liberação para a concessão da exploração destas áreas. Nós acreditamos que as florestas públicas são uma boa maneira de ordenar a ocupação na região. O percentual de áreas devolutas na Amazônia é enorme. Isso significa que o recurso que está sobre ela é também devoluto. Então, a apropriação pelo Poder Público é uma medida bastante interessante, porém discutível quando o objetivo dela é abastecer a indústria madeireira. Nós começamos a defender uma proposta em que assentamentos rurais, pequenos produtores, esses que são hoje os fornecedores da madeira para as indústrias, esses que são hoje também parte de uma cadeia de comércio ilegal, sejam envolvidos nessa política nacional de florestas. Aí, então, teríamos o aspecto desejável de ter a política agrária e a política agrícola ligada à política florestal. Isso significa que a política de assentamentos na região deveria ser vista também sob a ótica florestal. Isso significa, também, que nós poderíamos estar colocando mais um ator na discussão da implantação de assentamentos em áreas na Amazônia, que seriam empresas madeireiras. A exemplo do que nós podemos ver em alguns estudos de caso, o empresário madeireiro tem interesse na legalização pelo menos parcial dos assentamentos. Muitas vezes é ele que agiliza um pedido de autorização de desmatamento, porque ele quer aquela madeira. Só que existem alguns casos onde o empresário quer mais



do que aquela autorização para tirar de três em três ou de cinco em cinco hectares de cada lote. Ele acaba investindo um pouco mais, para ter acesso às reservas legais dos lotes desses pequenos produtores. E então ele elabora, em nome da comunidade, um plano de manejo para toda uma área de assentamento. Isso é um cenário extremamente desejável, um modelo extremamente desejável, se nós formos capazes, através da intervenção do Governo, do INCRA, do IBAMA, da sociedade civil e de outros interessados, de balancear as negociações entre as lideranças dessas associações agrícolas e a empresa madeireira interessada na exploração daquele recurso. Na prática, o que a gente tem visto na Amazônia é que, além dos subsídios fiscais oferecidos para a ocupação, o recurso natural sempre funcionou como um subsídio, como um incentivo à ocupação. Você derruba a madeira, você vende a madeira e aí, então, tem recursos para tratar dos pastos. Você derruba a floresta, vende a madeira, tem recursos para tratar de uma área agrícola. O pequeno produtor faz a mesma coisa. E se nós podemos organizar isso, calibrar o preço dessa negociação para balancear os benefícios, além do crédito agrícola para o pequeno produtor, nós podemos disponibilizar para ele um crédito natural, que acabaria sendo utilizado, só que de uma maneira ruim. Ele poderia ser utilizado, tem três opções para essa utilização: a exploração ilegal, que geralmente vem com preço desbalanceado; a perda pelo fogo; ou uma exploração legalizada, que, então, requer integração de uma política florestal com uma política agrícola na região, que tem, por exemplo, no Estado do Pará — que eu imagino que seja o foco das discussões desses dois dias —, a Rodovia Santarém-Cuiabá como um foco bastante interessante. É uma rodovia com grandes chances de receber a pavimentação buscada, pleiteada há muito tempo e que já sofre um processo de ocupação, e que, então, precisa, urgentemente, de um ordenamento dessa ocupação, um ordenamento dessa ocupação que precisa ter um cunho de distribuição social dessas terras. Existe uma demanda por assentamentos, existe uma demanda por novas áreas para a pecuária, existe uma demanda de novas áreas para o plantio de grãos, existe uma demanda, aí muito maior, de novas áreas ou de áreas garantidas para a produção florestal, porque isso pode ser a base de desenvolvimento de toda a região e outras áreas também destinadas à conservação, porque a floresta em pé tem o seu valor, tanto sendo usada, como sendo intocada.



Esse ordenamento pode nos dar uma oportunidade... esse ordenamento prévio à ocupação de uma região, como a Santarém-Cuiabá, especialmente no trecho sul, pode nos dar a oportunidade de evitar o que se viu em rodovias, como a Belém-Brasília, por exemplo, o que se vê em outras regiões, onde a ocupação acaba gerando muito pouco benefício para a população local e para o Estado. O IPAM tem trabalhado na BR-163 com esse objetivo, junto com populações, que nós chamamos de produtores familiares, e tem também, dentro do que imagino ser o interesse desta CPI, trabalhado numa outra área, que eu acho que é o foco de problemas, da ilegalidade, da exploração e da apropriação do recurso natural, que é a região chamada Terra do Meio, aquele bloco que fica entre o Xingu e Tapajós, ao sul da Transamazônica, ao norte do Parque Nacional do Xingu. Por um estudo encomendado pelo Ministério do Meio Ambiente, o IPAM, junto com uma outra ONG, o Instituto Socioambiental, tem elaborado um estudo técnico que prevê a criação de um mosaico de unidades de conservação. Esse estudo, antes de ser o grande motivador dessa contratação pelo Ministério do Meio Ambiente, foi um requerimento dos movimentos sociais da região da Transamazônica, que gostariam de ver aquela porção de terra reservada, dado que a Transamazônica seria um eixo de ocupação. Então, o Ministério do Meio Ambiente resolveu contratar essas duas ONGs... contratar o ISA, que chamou o IPAM para ser o seu parceiro, para discutir qual seria o destino, do ponto de vista técnico, as possibilidades de destino daquela região. Estamos, então, iniciando esse processo, tendo conversado com os movimentos sociais da região e sabendo que a gente tem que passar pelas conversas e, obviamente, as negociações, os limites técnicos com os empresários do setor madeireiro, os empresários do setor agropecuário e, quem sabe, até os empresários do setor de grãos. Nós ainda não sabemos se há interesse e se, de fato, cabe dentro de uma política de desenvolvimento sustentável para Amazônia usar aquela região para um outro fim, que não seja a produção florestal. De fato nós acreditamos que não, e esperamos que o setor também acredite que não e se contente com algumas áreas de produção como já tem no cerrado, como já tem na região de Santarém, porque a produtividade na região não precisa de novas áreas, precisa de aprimoramento tecnológico para produção onde ela já está. Temos aí então duas formas de atuação do instituto, de onde eu tiro o que seria a nossa visão para que



podéssemos diminuir o nível de ilegalidade na região ou fortalecer o trabalho do Governo. Uma forma onde o instituto, de certa forma, avança para uma região com uma relação ainda restrita aos movimentos sociais e atuando de forma muito mais independente, como no caso da BR-163. Um outro caso, que aí eu julgaria ideal ou mais próximo do ideal, onde o Governo brasileiro reconhece uma demanda técnica para um determinado objetivo — que seria entender a realidade biológica, social e econômica da Terra do Meio —, contrata um serviço ágil e capacitado e então oferece para as ONGs uma demanda. Então, ele permite uma nova forma de integração entre o Poder Público e a sociedade civil, não sendo aquela forma da crítica, da reclamação das propostas verdes ou desenvolvimentistas, mas ele reconhece o papel das ONGs e usa esse papel na forma que ele melhor pode ser utilizado, que é no seu potencial de elaboração técnica e de diálogo com os vários setores. Então, eu acredito que, se existe um caminho para fortalecer o Governo na região, esse caminho passa pelo melhor diálogo entre as diferentes esferas de Governo e pela integração das ações da sociedade civil. Uma integração entre esses vários atores que agora têm um desafio muito maior. No passado era muito fácil falar em desenvolvimento sustentável, falar em meio ambiente, o discurso valia. Hoje, é preciso agir, porque já estamos, há tanto tempo, falando de coisas que... ou perdemos o poder de convencimento. Hoje é preciso mostrar resultados para ganhar alguma credibilidade pública. Sr. Presidente, era o roteiro que eu tinha apresentado? Gostaria de saber se abre para perguntas se eu uso o espaço para completar mais alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Vamos abrir espaço para perguntas e, logo depois, a senhora poderá ver o que faltou, se tem alguma observação ou tem alguma colocação importante. Sinta-se à vontade. O Deputado Antonio Feijão fará inicialmente as perguntas com direito a réplica e a tréplica, caso assim o deseje. Deputado Antonio Feijão.

O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO – Sr. Presidente, é importante primeiro nos posicionarmos, para sabermos qual foi o motivo que trouxe o IPAM para prestar depoimento a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Requerimento da Deputada Vanessa Grazziotin, aprovada na sessão de... Eu posso recuperar essa informação



para o senhor. O posicionamento de uma ONG trabalhando sob convênio do Governo Federal, coordenando, então, como vetor organizador de políticas de implementos para região.

O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO – Nós já temos assistido às exposições do IPAM e do IMAZON, que são costumados a apresentar belos trabalhos e proporcionar grandes debates na nossa Comissão da Amazônia. Como o assunto é muito específico, não vejo como o IPAM possa trazer instrumentos específicos, uma vez que ela está fazendo um trabalho grande nesta área, buscando realmente sair do discurso do desenvolvimento sustentável e caminhar para a prática. Mas vou fazer só uma pergunta e foge também ao tema desta CPI. Essa região da Terra do Meio, como estão chamando lá, pelo pouco que eu conheço também, como geólogo, ela tem um bocado de minérios. Terra que tem minério tem rochas boas e, portanto, tem mogno, tem ipê etc. A pergunta é a seguinte: no momento em que esse asfalto passar pela BR-Cuiabá/Santarém, não tem quem segure mais. Essas vicinais passam a ter economicidade a uma potência gigante, é geométrica a valorização. Certa vez, na Comissão da Amazônia, eu praticamente fui linchado quando disse que só asfaltaria a Cuiabá/Santarém daqui uns 20 ou 25 anos, se pudesse esburacá-la um pouco mais eu o faria. Para um desenvolvimentista àquela altura, ficou bastante confuso o ambiente na Comissão da Amazônia. É muito simples. O que se está fazendo lá é se antecipando a extração da riqueza mais aflorante, que é a madeira de qualidade, antes da sedimentação social. Ora, o conseqüente de uma atividade madeireira é uma decantação social de miseráveis, de forma quase abissal; no mais profundo poço da pobreza, estará lá uma sociedade. Então, se se constitui nesta área uma reserva... E aí a minha pergunta, porque eu fui contra a demarcação do Parque do Tumucumaque, no Amapá, porque o parque é a sacralização da intocabilidade, tanto do ponto de vista espacial como geológico. Ou seja, você não pode nem andar em cima do parque e nem penetrar as camadas mais profundas para buscar qualquer riqueza natural lá dentro, no subsolo. Não havia discussão sobre o tema. A minha pergunta é a seguinte, foge da CPI: se esta região vai ser definida pelas mesmas pessoas que foram lá no Amapá, em 1999, decidir a demarcação do Parque do Tumucumaque... Porque uma vez eu disse para uma cidadã do meio ambiente que



eu ia dar o endereço dela para todos os garimpeiros da Amazônia, porque é para eles irem cobrar com a vida dela o que ela estava tirando da comida de cada um deles. Então, eu disse: “Não se preocupe, minha senhora, eu vou dar o endereço da sua casa, que eu já sei onde que é, para todos os garimpeiros da Amazônia. E a senhora vai tirar o pão de cada um”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não sei se foi delicado de sua parte isso.

O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO – Mas a dela também não foi, porque ela hoje trabalha para a OEA, e os garimpos estão todos fechados. Então, veja bem: que tipo de instrumento ambiental se pretende para esta área, na Terra do Meio? Porque, se é para criar uma reserva pensando no futuro, teríamos de criar uma que a geração que daqui a vinte, trinta anos irá ocupar a Cuiabá/Santarém tenha consciência, tecnologia e recursos de Governo. A senhora falou uma frase muito boa, que estou levando até para os meus debates sobre a Amazônia, “que o nosso País tem baixa capacidade de governar a Amazônia”. Fabulosa frase. Não só tem baixa capacidade como tem pequena consciência sobre o que é a Amazônia. Então, qual seria o tipo de arrecadação ambiental com base no Snook para esta área, ou seria simplesmente mais um distúrbio de emoção ambiental e cria um parque nacional e pronto, e aí os diretores lá do ISA, o Copabiano vai não sei para onde, o WWF vai não sei mais para onde. Aliás, é um negócio interessante. Eu nunca vi um ongueiro pedir concordata. Eles estão sempre melhorando de vida com essa discussão ambiental. Eu já vi garimpeiro, fazendeiro, madeireiro, pecuarista, todo o mundo indo para banco, mas um ongueiro não vai para banco. Eles sempre criam uma novidade de plantão. Qual seria então, doutora, a sugestão para esta área. Nós estamos fugindo do tema da CPI porque até não entendi...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Deixe eu só tentar lhe explicar. Como lhe falei, aprovamos um requerimento da Deputada Vanessa Grazziotin, chamando um representante do INPA, dia 20/11 ; no dia 20/11, também aprovamos um requerimento do Deputado Sarney Filho, citando especificamente a Dra. Ana Cristina. E daí a vinda. E lamentando, até por que não foge muito, a princípio, dentro do seu discurso, mas é um debate que eu tenho certeza que o Deputado Asdrubal Bentes trabalhará com a senhora, mas é um flanco de debate



muito interessante. Encerrando-se algumas conclusões, quer dizer, já a metade do caminho trilhado, essa discussão de legalidade/ilegalidade da coisa ilegal e preço da coisa legal, ao cúmulo de chegar e dizer que no preço da madeira 50% é corrupção. Então, há todo um ambiente de discussão própria, até para sua experiência, para o que a senhora vem fazendo, todo um ambiente de discussão interessante. Também a própria questão de terras devolutas, o que fazer, a questão também da decretação, e, por decreto mesmo presidencial, de área de proteção intocáveis, então tenho certeza de que o Deputado Asdrubal Bentes terá um flanco de debate bastante interessante de debate com a senhora. Mas orientando que a senhora não leve em consideração a perguntas dos ongueiros e concordatas, a senhora, por favor, responda à pergunta do Sr. Deputado Antonio Feijão.

A SRA. ANA CRISTINA BARROS – Pena que ele não está aqui para ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Então, vamos fazer o seguinte: o Deputado Asdrubal Bentes, então, fará as suas observações, que serão mais observações conceituais. O senhor vê como já estou lhe conhecendo. Serão mais observações conceituais de um homem que vive aqui no Pará há tantos anos e vê o sofrimento do seu povo e tem algumas posições bastante interessantes. Vou gostar muito de assistir a este debate. Com a palavra, então, o Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Não vai haver debate; vai haver, digamos assim, um pingue-pongue de perguntas e respostas. Dra. Ana Cristina, a senhora pode me informar qual o percentual de terras do Estado do Pará que hoje está destinado a reservas indígenas, ambientais, todos os tipos de áreas que fogem da atividade agriculturável? Quer responder logo ou quer deixar para responder no fim?

A SRA. ANA CRISTINA BARROS – Prefere o pingue-pongue?

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – É melhor.

A SRA. ANA CRISTINA BARROS – Eu não tenho as estatísticas. O IPAM não tem trabalhado com isso na escala estadual. Eu só acho importante registrar aqui que a imensidão amazônica permite reservas indígenas, com os índios dentro; permite unidades de conservação com a população habitando, como as reservas extrativistas ou as reservas de desenvolvimento sustentável; permite as florestas



nacionais e estaduais, que são florestas para produção madeireira e de produtos não-madeireiros e turísticos. Ou seja, eu só queria tirar da discussão de reservas o conceito de que elas são intocáveis. Existem algumas categorias de reservas intocáveis, mas não são todas.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Eu as conheço muito bem, mas mesmo assim elas são, no meu entender, absolutamente maiores do que as necessárias para a nossa preservação ambiental. A senhora não acha que a criação destas reservas cria também a possibilidade de transformar o cidadão em vilão? Primeiro, porque o Governo não tem capacidade — a senhora mesmo usou uma frase muito bonita — para gerir a Amazônia como a Amazônia precisa ser gerida. E aí o que ocorre? Nas áreas indígenas, hoje, o que já se vê é exatamente que as comunidades indígenas estão desaparecendo em função das invasões desenfreadas, provocadas pela imensidão de áreas indígenas, além do necessário para cumprir a definição constitucional de reserva indígena, não é? Agora, pretende-se criar mais áreas extrativistas, mais parques e mais não sei o quê. E resultado: a nossa cultura, a cultura amazônica não é para esse tipo de exploração. E depois quem vai na realidade explorar essas florestas nacionais são os grandes grupos. Este filme eu já vi. Certo? E o que vai ocorrer? Onde vão ficar os trabalhadores rurais? Onde vão ficar os trabalhadores rurais? Uma outra pergunta: o que devasta mais: a derrubada seletiva madeireira, as queimadas dos colonos ou dos fazendeiros?

A SRA. ANA CRISTINA BARROS – O senhor tocou precisamente no ponto crucial de um assunto que eu acho que devia ser muito mais amplamente discutido. E, para sua surpresa, eu partilho da sua opinião. Eu acho que depois do esclarecimento em relação à proposta de criação de novas reservas, eu acho que eles têm de ser segmentados por área. A região da Terra do Meio é um bloco contínuo de floresta menos densamente ocupada que existe, possivelmente em toda a região amazônica, e que concentra maior diversidade biológica. Ele seria uma área interessantíssima para ter um nível um pouco mais elevado de preservação, o que não exclui desta região, na proposta que já está sendo discutida por nós, pela Luísa com os diversos segmentos, florestas para produção madeireira. Há que se reconhecer — e nós reconhecemos isso há muito mais tempo do que se pensa —



que a madeira é uma riqueza importantíssima para ser explorada, e não só pelas grandes corporações. É por isso que eu apontei a minha preocupação em relação à proposta das concessões e das flonas, porque por mais que se tente dirigir a exploração dessas áreas ao pequeno produtor, as associações comunitárias, a gente sabe que calibrar esse acesso pode ser difícil. Isso é uma discussão ainda teórica. Paulo Barreto tem uma visão também muito profunda disso. Poderia ser parte de uma discussão. Eu sei que a gente está saindo do tema da CPI, mas é uma discussão muito boa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas o tema central da CPI é exatamente esse. Na realidade...

A SRA. ANA CRISTINA BARROS – Como se apropriar do recurso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não, não. Como transformar o legal tão barato que o ilegal não valha a pena. Partindo dessa premissa que o Deputado Asdrubal Bentes defende sempre, que não adianta proteger, não adianta poder proteger por decreto. Você tem que proteger por ocupação ordenada, sustentável.

A SRA. ANA CRISTINA BARROS – A opção que tem sido feita não para a Terra do Meio – eu acho que ela tem uma peculiaridade –, mas existe uma opção muita clara no Governo brasileiro, em várias ONGs e até mesmo em representantes do próprio IPAM, e aqui agora vou expressar a minha opinião pessoal. É que estamos fazendo uma opção por tornar públicas, de domínio do Estado, as terras na Amazônia, ao invés de torná-las privadas e ordenadas, com a esperança de que isso seja a melhor forma de preservá-las. Preservá-las com utilização. O preservá-las para exploração madeireira, exploração não-madeireira, do ecoturismo e por aí vai. Mas a opção que se está fazendo é que a terra sendo do Estado ela é melhor protegida do que ela sendo privada. Esta é uma opção discutível. Esta é a minha grande preocupação com isso. E aí, então, eu concordo com o senhor que existe um ponto de polêmica aí. O que é bastante curioso é que o setor madeireiro defende a proposta das florestas nacionais arduamente. Seria para eles uma esperança de conseguir um estoque de madeira seguro para o seu planejamento futuro. Hoje, para uma empresa madeireira conseguir grandes porções de terra e mantê-las é muito caro. É uma porção cara dos custos de produção da empresa. Ele teria, então, um



outro proprietário dessas terras, onde ele seria um usuário do recurso florestal. É uma opção do setor, por mais incrível que isso possa parecer.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Doutora, eu já milito neste setor. Eu costumo dizer que lá em Marabá tem um bairro chamado de Canela Seca ou Canela Fina. Eu já estou ficando de canela seca de caminhar para órgãos do Governo na busca de um documento qualquer, para uma pequena licença ambiental conseguir. E isso não vai mudar. A nossa cultura não vai permitir essa mudança. Os órgãos não estão estruturados. Você vê. Infelizmente na prática, na realidade, é o seguinte: o IBAMA baixa uma instrução normativa que conflita com a outra instrução normativa do INCRA, que por sua vez conflita com a portaria não sei de quem. E, no fim, quem sofre é aqui na ponta, e principalmente o pequeno. Como na prática, hoje, o colono dos projetos de assentamento não tem como vender a sua madeira para os madeireiros por falta de um documento simples do IBAMA, uma mera filigrana jurídica está impedindo tudo isso. E nós temos lutado, Deputado Feijão — você já até nos acompanhou várias vezes —, em busca de um decreto, de uma instrução normativa ou qualquer coisa que viesse a ocorrer não apenas à indústria madeireira que quer aproveitar a madeira, mas principalmente o assentado da reforma agrária. Então, se não há entrosamento entre as políticas governamentais, jamais nós vamos chegar a lugar algum. Nós vamos chegar, sim, à devastação desenfreada, como já vem ocorrendo. Isso aqui, eu acho que requer uma medida realmente desta CPI muito drástica. Nas suas conclusões, nas suas sugestões, nós temos que ser incisivos e até apresentar projetos de lei, emendas constitucionais para unificar essa legislação de maneira a simplificar o acesso ao Poder Público e diminuir a burocracia. Agora, imagine o meu amigo Denimar, lá de São Félix do Xingu. Há bem pouco tempo era preciso vir aqui pra pegar uma licença ambiental. Criaram gerências nas regiões do IBAMA, que não tem um procurador, que não tem um técnico. Aí é brincadeira! É como a senhora disse, esquentou-se o papel, mas, na prática, a legalidade é outra. Entendeu? Então, honestamente, eu já... oh... eu já estou quase que desestimulado, é porque eu sou teimoso, eu continuo teimoso e sonho de ver a minha região no século XXI, o meu Estado, o Estado do Pará representar para o Brasil o que São Paulo representou no século passado. O Pará vai ser para o Brasil, no século XXI, o que foi São Paulo no século passado. Basta



que tenhamos uma política voltada para o nosso desenvolvimento sustentável, mas, de forma correta, de forma a atender os interesses da nossa comunidade, e não imposta de cima para baixo, como vem sendo feito ao longo de tantos e tantos anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Deputado Antonio Feijão.

O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO – Talvez recorra à ação do Regimento, mas eu não posso perder uma ironia dessas. Como cearense, eu quero saber dele se eu posso autorizar os cearenses a virem para cá, como eles foram, no século passado, para São Paulo. *(Risos.)*

A SRA. ANA CRISTINA BARROS – Digamos que o modelo de São Paulo sem a migração e sem o café. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO – A Roseana mandou para cá o maranhense?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Deixa eu tentar entrar, até para tentar... Eu estou aprendendo, como eu sempre falo, estamos aqui no Pará fazendo um curso intensivo de Pará. Primeiro, por um Estado... a importância, não o tamanho físico, mas a importância... Eu acho que pouca gente imagina quanto vale o Pará a nível de Brasil, a nível de mundo. Não sei se, de repente, se comparássemos aí um estado americano e o Pará; o estado americano com suas empresas, com suas usinas nucleares, e nós com o Pará, seu povo e suas riquezas. Mas, atuando nesse flanco de debate...

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Vamos fazer o nosso pingue-pongue. Só um minutinho, Presidente, é que houve uma coisa que ela ainda não me respondeu. Até porque eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Então, vamos assegurar. Porque eu quero animar esse debate. Entendeu, Deputado.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Eu gostaria de saber de V.Sa. o seguinte: o que devasta mais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Isso, isso. A senhora não respondeu. A fazenda, a queimada ou a madeireira.

A SRA. ANA CRISTINA BARROS – É uma simplificação tentar buscar quem é o maior culpado. Existe uma sinergia, existe uma relação entre esses atores.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas não culpado, o que devasta mais?

A SRA. ANA CRISTINA BARROS – Quando você diz quem devasta mais, você pensa em... Se tiver um indicador ambiental, simplesmente um indicador sendo esse o desmatamento, quem mais desmata — isso são os dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais — é a pecuária. E aí? Isso pode ser apropriado numa disputa política de uma forma que não vai dar muito resultado pra a gente.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Só no sim, não, porque eu quero ir adiante, porque temos outros companheiros para serem ouvidos ainda aí. Companheiro está na moda, não é, agora. Então, nós temos outros companheiros, que estão aguardando aí. Não é, vou me adaptando logo. (*Risos.*) Gostaria de serem as respostas assim: É fulano, é isso, ou não. É que depois a gente segue. Se até nós chegarmos lá na...

A SRA. ANA CRISTINA BARROS – Vamos lá.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Pois é. Quem, a senhora acha, na sua opinião, quem é que devasta mais?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Levantamento para a pecuária, ela respondeu.

A SRA. ANA CRISTINA BARROS – Não é minha opinião — são os dados oficiais do Governo brasileiro.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Sim, são os dados oficiais, certo. Agora, sabe por quê? Por culpa do Governo, porque o pecuarista, quando foi chamado para integrar a Amazônia para não entregar, quando foi chamado para trazer o homem sem terra para a terra sem homens, para trazer o progresso na pata do boi. Quem nos mandou esse projeto de desenvolvimento não teve o cuidado de fazer o zoneamento para saber onde colocar a pecuária. De maneira que não atingisse a nossa riqueza de forma tão violenta. O sul do Pará foi todo queimado. Por quê? Na época existia o IBDF e o INCRA. O IBDF não dava porque a licença para o desmatamento para quem não tinha o documento da terra. Se você ia ao INCRA, diziam a mesma coisa. O cidadão virava vilão. Motosserra, fogo, pasto, a seguir tinha um documento do IBDF, que era esquentado. Vejam a política desenvolvimentista do Governo. Até agora não se fez ainda o zoneamento ecológico



do Pará. Isso está nos atrapalhando. Estamos às vésperas da edição do Código Florestal, com 80% das nossas florestas intocáveis, reserva legal. Eu vou lhe perguntar: o INCRA cede vinte hectares para um colono, mas ele só poderá explorar quatro, e desses quatro não pode vender a madeira, porque não possui documento para tal, como esse colono irá viver?

A SRA. ANA CRISTINA BARROS - Posso responder? Ele tem direito a usar os seus vinte hectares. Ele pode vender madeira de sua reserva legal, porque não é intocável. Ela não pode ser desmatada, mas pode ser explorada com manejo adequado. E isso tem uma renda no setor madeireiro e não-madeireiro. Ainda é muito incipiente, mas é real. O exemplo que citei aqui, da relação entre madeireiros e assentamentos agrícolas, não chegava nem a esbarrar no problema do INCRA, esbarrava na falta de carteira de identidade dos proprietários, na falta de documentação pessoal. É com esses casos que a gente pode falar de uma baixa capacidade do Governo atual. Há necessidade de um esforço para que se mude essa realidade. Se nós continuarmos com falta de competência para dialogar entre os diferentes setores e o ambientalista entendendo que existe demanda na pecuária, que existe demanda no setor madeireiro, o madeireiro e o pecuarista entendendo que existe uma demanda no setor ambientalista, e tem espaço para isso, o senhor aponta um caminho, que é o zoneamento, que tem que se tornar um espaço de negociação completamente abastecido de informação técnica. Se a gente não mudar para isso — e é isso que estou falando de sair do discurso e ir para a prática —, sentar em volta da mesa para conversar, as coisas não vão andar, continuaremos com devastação e com a falta de documentação nas políticas públicas. Acho que a gente precisa sentar em volta da mesa e trabalhar.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Enquanto nós não temos o zoneamento, que não se faz do dia para a noite, o que está ocorrendo hoje é o seguinte: o colono não está podendo vender a sua madeira para o madeireiro. Eu posso lhe falar isso de cátedra, porque tenho ido toda semana ao Ministro do Meio Ambiente e ao Presidente do IBAMA buscar uma solução. Falta um decreto, porque tem a instrução normativa, tem não sei o quê, a lei número tal. E o resultado? Quem está tentando reflorestar hoje também não está podendo reflorestar, porque o convênio que havia entre eles, através de uma instrução normativa, foi firmado o



seguinte convênio: para cada árvore derrubada, seriam replantadas seis. Hoje o IBAMA não dá mais essa licença, entendeu? O setor está parado. Hoje, na Amazônia, ninguém consegue fazer reflorestamento por causa de uma filigrana jurídica. Como agora está em fim de mandato, já cheguei à conclusão que eu e todos os colonos estamos sendo levados com a barriga para entregar a bomba na mão do companheiro Lula e da companheira, como é?, a Senadora Marina Silva. Talvez até aí nós possamos falar o mesmo idioma e conseguir essa licença que durante mais de um ano e meio nós estamos lutando e não conseguimos. Veja bem: o que eu quero mostrar é o desencontro das políticas governamentais. Aí, Sr. Presidente, eu quero deixar a sugestão e encampar também a sugestão dela. Temos de fazer um simplificação da legislação.

A SRA. ANA CRISTINA BARROS - Não foi sugestão minha, Sr. Deputado. O senhor me desculpa.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Essa é minha. Porque essa legislação dificulta, transforma o cidadão em vilão. Não é porque ele queira, é porque o órgão não está capacitado para fornecer a legislação que habilite o colono a trabalhar, que habilite o madeireiro a trabalhar, e quem quer que seja que trabalhe no setor florestal. O IBAMA hoje não tem condições de atender a todos. Volto a dizer: Marabá tem advogado para despachar processo? Não. Se não tem recursos humanos, como pode ser criada uma gerência com competência para gerir um patrimônio imenso? Recursos financeiros nem se fala, só vem na hora de multar. Aliás, eu gostaria de fazer uma pergunta à senhora — a senhora não pode saber, porque não é do IBAMA, só para trocar uma idéia —: qual o total de multas que foram expedidas neste País e qual o percentual recebido? Tem de mudar essa legislação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Deputado, V.Exa está transformando a pergunta nesse pedido de informações...?

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Quero saber se ela tem conhecimento disso? Quando alguém do IBAMA vier aqui, farei novamente a pergunta. Vou parar por aqui (*risos*), porque vamos ouvir os outros companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Ainda temos uma resposta da Dra. Ana Cristina Barros ao Deputado Antonio Feijão. Qual a sua formação?



A SRA. ANA CRISTINA BARROS - Sou ecóloga por formação. Fiz uma especialização em análise institucional de sistemas de Governo e de políticas públicas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Nesse terreno a senhora está realmente navegando com tranqüilidade.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Me desculpe o desabafo, mas não é do Deputado, mas do amazônida, que vê tudo acontecer, somente proteção, através de medidas que não são as reais, necessárias e indispensáveis para a solução dos problemas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Existe uma resposta da Dra. Ana Cristina Barros a ser dada ao Deputado Antonio Feijão. Gostaria que a senhora a respondesse agora.

A SRA. ANA CRISTINA BARROS – Responderei ao Deputado Antonio Feijão de forma sucinta, voltando à Terra do Meio. Hoje o mogno no seu preço paga o acesso a essas áreas, ainda que não haja o asfaltamento da Cuiabá-Santarém. Temos frentes de exploração na Transamazônica, inclusive com a Transiriri, que cruza uma área indígena, tem frentes de acesso através de São Félix do Xingu por uma estrada que quase leva até Cuiabá-Santarém. E a proposta discutida hoje não faz parte de um apenas um bloco. Ela parte do princípio de que a região possui altíssima diversidade biológica e de baixíssima densidade populacional, porém com potencial econômico. Então, ela tem trazido uma discussão sobre os diferentes tipos de unidades de conservação. Há uma parte de florestas nacionais ou de florestas públicas. Nessa categoria, onde é permitida a exploração, tem reservas de desenvolvimento sustentável e um trecho central que é um reserva biológica, que é intocável, em razão das peculiaridades locais. É uma área mínima, uma área bastante pequena. Há uma profundidade até de discussão em relação à estrada, que hoje é uma estrada terciária, não é nem uma estrada secundária, que vai de São Félix do Xingu em direção a Santarém-Cuiabá. Existe uma discussão se vale a pena essa estrada ser mantida ou não. Eu imagino que isso seja um elemento que ainda vai chegar à pauta e que deve ser considerado entre os atores. Mas a diversidade de propostas de ordenamento territorial ali é bastante ampla, pega praticamente todo o espectro do núcleo, incluindo APAS em regiões onde já tem



ocupação agropecuária grande e por aí vai. Quanto à forma dessa decisão, nós não temos o poder dessa decisão. O poder dessa decisão é do Ministério do Meio Ambiente e do Presidente da República. A metodologia de trabalho que nós temos, que o IPAM e o ISA têm defendido, é uma metodologia de diálogo, abastecido com as informações técnicas. Então, a gente tem informações técnicas de campo e agora tem que confrontar isso com as demandas dos diferentes setores. Então, imagino que esse seja um caminho diferente do caminho que eu não acompanhei em relação ao Parque do Tumucumaque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Deputado Antonio Feijão.

O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO – Sr. Presidente, estou satisfeito, senão iremos discutir muito aqui. Mas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O que é uma pena, não é?

O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO – Vou só dar uma idéia rapidamente, mesmo porque quero ouvir o pessoal. É apenas uma idéia, repito. Para mapearmos uma área, de dois quilômetros por cinco, levei dois anos e meios com picadas de cem em cem metros. Cansei as panturrilhas subindo e descendo serra faz dois anos e meio. Uma área dessas é como se ela saísse lá do sul da França e viesse aqui na ponta da Península Ibérica todo o dia, indo e voltando, para ela estudar. Para se ter uma idéia, eles conseguem falar, eles devem ter um pacto e um *e-mail* de Deus que eles aprendem essas coisas em dois passeios dentro da floresta. Então, o que me assusta é essa capacidade e essas conexões com Deus para eles aprenderem tão rápido. Para eu mapear uma área de dois quilômetros por cinco eu levei dois anos e meio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Uma terra para fazer mapa?

O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO – Só para conhecer o solo,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Para conhecer o solo.

O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO - ...os sedimentos de corrente, fazer algumas sondagens, para dizer se tinha ali alguns elementos químicos. Imagine se fosse estudar a árvore, macaco que está na árvore, a formiga que está no chão, imagine quantas dezenas de ano eu levaria para estudar essa área. Então, o que eu tenho medo é que nesses espasmos de escala, dos conhecimentos que vocês adquirem na Amazônia, que cometam, às vezes, exageros, como foi no caso do



Parque do Tumucumaque. O projeto original era uma área, depois o cara disse: não, mas vamos fazer o contornozinho aqui. E o pior é que nós não podemos dar umas bordunadas nessa turma depois. O bom seria trazê-los de volta, botar as comunidades lá, porque fecharam várias garimpos, vários cidadãos hoje não têm emprego no Amapá, porque disseram que não tinha ninguém. Então, acho que, por exemplo, sobre essa estrada — e vou até dar uma sugestão para você —, eu sei o que é abrir uma picada de machado na floresta. Vocês, que são cientistas, precisam dela. Então, já coloquem a estrada dentro de um tratado, onde ela não poderá, por exemplo, sofrer nenhum tipo de ampliação, que ela será uma estrada que vocês vão usar muito. Não é fácil ter uma estrada numa floresta, de julho até novembro que vocês vão usá-la. Vai ser de grande valia. Agora os garimpeiros vão usar, os madeireiros vão usar. Tem que saber se vão andar de carro e dar uma definição para ela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Bom, como não houve pergunta na observação do nobre Deputado Antonio Feijão, na realidade o que eu gostaria, aproveitando a senhora mais um pouquinho, que foi tão difícil conseguirmos conversar, mas aproveitando a presença de S.Sa., repito, minhas perguntas serão bastantes simples e rápidas, sem emissão de conceitos. O IPAM está recebendo quanto por mês por conta deste trabalho que vem fazendo na Amazônia? Qual o aporte de recursos do IPAM?

A SRA ANA CRISTINA BARROS – O trabalho de todo o Instituto?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Do IPAM nesse aspecto específico que recebeu do...

A SRA. ANA CRISTINA BARROS – Para a Terra do Meio?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – A senhora só está trabalhando para a Terra do Meio?

A SRA. ANA CRISTINA BARROS – Não. São 114 funcionários trabalhando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – A senhora recebeu de um outro instituto?

A SRA. ANA CRISTINA BARROS – Não. Nós temos uma relação com um outro instituto para o trabalho na Terra do Meio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Na Terra do Meio.



A SRA. ANA CRISTINA BARROS – É um dos vinte e oito projetos do IPAM.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Vinte e oito projetos. Todos eles bancados pelo Governo Federal?

A SRA. ANA CRISTINA BARROS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Pelo Governo Federal?

A SRA. ANA CRISTINA BARROS – Por volta de 30% do Governo Federal, através do PPG-7.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Quanto que se recebe?

A SRA. ANA CRISTINA BARROS – Vamos falar num valor anual que deve chegar em 300 mil/400 mil reais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Trezentos mil a quatrocentos mil reais. Acho uma quantia muito pequena — não é? — para se fazer um levantamento desse tamanho.

A SRA. ANA CRISTINA BARROS – Posso ser... Se eu fizer algum... Não. Nós não recebemos todos os valores e posso fazer aqui um cálculo rápido da estimativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não, não há necessidade. Agora, deixe só continuar as nossas perguntas, até buscando esse flanco de debate muito interessante, que é um cerne, porque quando no início do discurso está-se fugindo do assunto. Muito pelo contrário. Acho que o cerne do assunto tráfico — e a senhora deve ter visto, por exemplo, o Sr. Leonardo Dias preso agora, com conexões em Brasília, onde ele usava madeira para colocar a droga dentro dela, mandava a droga e aproveitava a madeira depois. A madeira também era aproveitada. Quer dizer, e nós estamos a todo o momento encontrando conexões do tráfico de plantas e animais com o tráfico de drogas. No Alto Solimões, a mesma coisa. Só que na questão aí foi peixe, que é exportado. A senhora já deve até ter ouvido falar porque gosto de falar muito sobre isso. A cidade de Letícia tem vinte mil habitantes e tem 25 casas de câmbio. Então, a todo o momento nós encontramos pontos de contato entre as atividades ilegais, ou seja, a ilegalidade. E, olha, é maior do que nós possamos imaginar. Estou indo amanhã, não vou poder ficar aqui o dia inteiro, para poder não fazer um flagrante, porque este não é o objetivo da CPI, nem meu — não tenho esse estilo —, mas para descortinar como se é feito o tráfico de



animais. Vai ser a primeira oportunidade que a CPI terá... Então, vamos deixar aqui a reunião sendo presidida por outro nobre Deputado, porque haverá muita gente para expor. Então, irei até lá nesse Estado brasileiro, que não é aqui, não é um Estado da Amazônia, mas só tem pássaros amazônicos, por exemplo, desta região. Nós conseguimos saber sobre esses pontos de conexão que também estão envolvidos com o tráfico de drogas, que também tem contato com o tráfico de drogas. Mas... Daí a importância que, e coloco para a senhora, enquanto não houver definições, é o que o Deputado Asdrubal Bentes e a senhora estão falando a mesma coisa só que com palavras diferentes, com pontos de partida diferentes. Mas é a mesma coisa. O nosso objetivo é simples. Se tenho um órgão... Aproveito para fazer uma outra pergunta a V.Sa.: a senhora que vem se comunicando a todo o momento com a sociedade organizada de vilarejos, de assentamentos, a senhora poderia dar um grau hoje de corrupção na Amazônia, em termos de, por exemplo, IBAMA, de Polícia Federal, ou de algum órgão? Eles falam isso? Porque se for grande, mesmo se a senhora não perguntar, eles vão falar.

A SRA. ANA CRISTINA BARROS – Nós não investigamos a corrupção. Nós buscamos tratar da ineficiência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ineficiência.

A SRA. ANA CRISTINA BARROS – Teoricamente a corrupção pode ser um indicador dessa ineficiência...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Da ineficiência. Isso.

A SRA. ANA CRISTINA BARROS – ...mas nós medimos a ineficiência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – A ineficiência. E qual o grau? V.Sas. fazem um percentual de uma escala de zero a dez? Como é que medem essa ineficiência?

A SRA. ANA CRISTINA BARROS – Não é um estudo objetivo do Instituto, mas, baseado nos argumentos que falei no início, se perguntarmos ao IBAMA qual o volume de madeira explorado na Amazônia hoje, dependendo da resposta nós temos o grau da eficiência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – De zero a dez...

A SRA. ANA CRISTINA BARROS – Ou qual é a área de autorização de desmatamento na região?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – De zero a dez, doutora, o que a senhora imagina, numa escala de zero a dez, com a sua experiência que a senhora bem demonstrou aí. Eu acho que o Deputado Antonio Feijão foi claro na sua exposição, mas também digo que existem equipamentos técnicos, ferramentas que não existiam no tempo em que S.Exa. cavucou até os cem metros de picada, e hoje existem conhecimentos e tudo o mais, quer dizer, as ferramentas que naquele tempo não existiam, concordando com ele e com a senhora, mas de zero a dez o que representa, numa escala de valor, a perda na Amazônia, mensalmente com as ilegalidades de madeira que a senhora tem contato permanente. A senhora tem essa idéia? Eu posso lhe dar um dado objetivo. Tivemos conhecimento de um esquema imenso de exploração ilegal de madeira na Terra do Meio, exploração ilegal de madeira na Terra do Meio, essa terra que a senhora fala que só lá tem aquele pedacinho que não pode ser de maneira nenhuma, exploração ilegal de madeira, com nomes, endereços, telefones de todo o mundo e todo o esquema, que por ano, aproximadamente cinqüenta mil metros cúbicos de mogno saem daquela região. Então, é uma agressão absolutamente importante. Pela falta de política que a senhora vem reparando, pela falta de discussão que a senhora bem nos colocou, a senhora acha que é a causa da ilegalidade, ou é próprio desses seres que vêm aqui para buscar especificamente, para levar e retirar as riquezas do Pará? Ou a não-observância, ou a não-emolduração de um cenário legal de políticas concatenadas, ou mesmo de definição, porque até hoje, pelo que reparei nesse pedacinho, pelo menos na parte da manhã, nunca se fez, e até agora não se fez, mas antes, com certeza, não se fez para que serve a Amazônia — quer dizer, não há uma definição para que serve a Amazônia. O que é essa não-definição do que é a Amazônia e para que serve a Amazônia representa na ilegalidade ou no tráfico. A senhora tem idéia? É muito, é pouco, ou é mais ou menos?

A SRA. ANA CRISTINA BARROS – Eu diria que a representação da ilegalidade, na exploração da região, é majoritária. Subjetivamente eu diria que....

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Essa é a impressão, né?

A SRA. ANA CRISTINA BARROS – É. Entre setenta e oitenta por cento do que se explora na região não tem controle.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – A solução... Então, vamos lá para a solução. A solução seria só o concatenamento, como defende o Deputado Asdrubal, de políticas a nível municipal, estadual e federal, seu alinhamento e simplesmente definição de legalidade, ou então uma coisa mais ampla que envolva, o zoneamento, mas de intenções políticas, o zoneamento, primeiro, as intenções políticas, e depois o zoneamento das intenções políticas. Seriam as duas coisas, ao mesmo tempo, ou a senhora acha que só as leis resolvem. Se nós alinharmos essas leis, determinarmos qual a obrigação do Governo Federal, qual a obrigação do Governo Estadual, qual a obrigação dos vários governos municipais, nós resolveríamos o problema?

A SRA. ANA CRISTINA BARROS – Não. Eu acho que são partes integrantes da solução. Eu diria que o primeiro passo é que se construa um pacto socioambiental para a Região Amazônica, pelo seu desenvolvimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Me diga: o que é pacto socioambiental?

A SRA. ANA CRISTINA BARROS - É construir entre os atores relacionados. Estamos falando da sociedade civil, do setor produtivo, dos movimentos sociais, da classe política em volta da mesa começando a tirar o atraso do discurso. O senhor percebe, até mesmo aqui nesta sessão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Com certeza.

A SRA. ANA CRISTINA BARROS - ...um ranço no discurso que não permite que os assuntos sejam aprofundados. Se a gente perceber, em volta da mesa, que estamos todos no mesmo patamar, e que tem espaço para todo mundo, acho que a gente começa a avançar. Existe, então, esse consenso com respeito às diferentes posições. E aí eu acho que nós podemos fazer com que as leis se alinhem mais rápido e sejam implementadas, que os empresários, por percepção da oportunidade que têm, no negócio legalizado e ambientalmente saudável que eles podem ter e por aí vai...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Eu sinto um ranço também nessa questão de ONGs, um ranço antigo, nem é novo. Acho que desde que apareceu. Hoje há definição específica — para a senhora pelo menos deve haver — mas nós precisamos clarear mais esse cenário em que a ONG trabalha. É



interessante, mas precisamos. Eu tenho, como é que se fala, eu tenho uma prevenção objetiva, por exemplo, do CONAMA. Eu acho que o CONAMA usurpa minha função. Ele usurpa na medida em que, ao invés de regulamentar, ele impõe políticas. Quem faz isso é o Poder Legislativo. Quem impõe leis é o Poder Legislativo. Quem regulamenta é o IBAMA, quando solicitado pela lei que eu fiz, ou que eu não fiz. Eu ganho para isso, doutora. Eu ganho para isso. Se eu ganho para isso, eu tenho que fazer leis. Aliás, me pagam para isso. E espero ter feito minha leizinha, aquela coisinha toda, nada assim de muito, porque também eu não sou tão inteligente assim, mas faço... Eu tenho uma percepção e faço minhas leis, aquela coisinha toda. Agora, para mim, o CONAMA usurpa minha função, na medida em que ele faz as famosas, orienta os Ministros a fazer as famosas — foi falado aqui — portarias normativas. Portarias normativas que se somam, que vão numa velocidade assustadora. Que hoje para você estar atualizado com as leis você tem que ter um computador, um supercomputador mesmo, localizado lá dentro do CONAMA para saber o que está acontecendo. Eu não sei quantas leis foram votadas hoje. Tinha uma reunião do CONAMA hoje. Eu não sei quantas leis foram mudadas, alteradas, ou então não-regulamentadas, ou então regulamentadas, ao contrário do que o legislador previu. A ONG também tem esse problema. A senhora sabe que há uma percepção que algumas ONGs não são sérias, outras são. Algumas ONGs não são sérias, como tudo na vida. Há uma percepção também e investigações em andamento de desvios de dinheiro pra ONGs. Aliás, não é por ser ONG que a gente dá um atestado. Aliás, não é por ser Deputado, não é por ser Câmara, não é por ser que a gente se dá o atestado de absoluta fidelidade, aquela coisa toda, parará, parará. Que há desvio de dinheiro em ONGs, que é isso, que é aquilo. Para mim, o que falta — eu reparei aí, e por isso que eu estou tentando estimular a discussão, embora não tenha sido capaz de fazê-lo — é despertar essa discussão sobre o papel da ONG. Quer dizer, a senhora explicou. Realmente para mim ficou absolutamente claro qual é o seu papel em todo esse intrincado. Não sei também se o que a senhora está fazendo vai ser levado em consideração pelo próximo Governo, mas eu acho uma tentativa válida, porque a partir do momento em que você contrata uma ONG — uma ONG que já tenha prestado... aquela coisa toda —



você a contrata justamente para romper as barreiras burocráticas, pelo menos é o que eu imagino, não é?

A SRA. ANA CRISTINA BARROS – Então, é isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Pois é, usar até um potencial técnico que o Governo não tem, mais aprimorado, e tudo mais. É necessário também — eu vejo na questão ambiental — esse aprimoramento do que é uma ONG, essa definição mais efetiva do que é uma ONG, para que ela é necessária, porque muita gente não sabe, doutora, e a olham como eu olho o CONAMA — usurpador. Entendeu? Usurpador. E eu gostaria que a senhora enviasse a essa Comissão, por favor, até para esclarecer as dúvidas do Deputado Antonio Feijão, toda a ferramenta que a senhora está usando, além de trabalho de campo, os trabalhos e as ferramentas — não sei se a senhora usa fotografia de satélite, não sei o que a senhora usa. Então, só para esclarecer ao Deputado Feijão, esse instrumental que a sua ONG chega às conclusões, ou pretende chegar às conclusões, e qual o papel real do IPAM nesse caso específico mais instrutivo, doutora, para gente, mais instrutivo. É o papel específico. E, por favor, mantenha essa Comissão informada dos seus, das informações não-estratégicas. Eu não sei se nas estratégicas existe alguma dificuldade. Mas os principais entraves que levam à ilegalidade nós precisamos saber. E a senhora está lá, eu não estou. Aliás, daqui eu vou para outro lugar. Volto à Amazonas, eu não volto, a Comissão não volta mais ao Pará. Então, vamos levando aqui, doutora, nós vamos levando aqui denúncias gravíssimas, gravíssimas. Nós vamos levando aqui uma realidade que eu não estava — eu estou dizendo para senhora com tranqüilidade —, eu não estava preparado para saber. Eu não estava preparado, imaginando que fosse tão grave o que eu já escutei. Só hoje, não falo nem ontem, eu falo hoje, só hoje, em meia hora de conversa que eu tive aqui. Eu não imaginei que fosse tão grave. Agora, por favor, eu faço essa solicitação, essas solicitações são mais, eu acho, que um esclarecimento definido, definitivo de qual o papel de uma ONG na concepção de Amazonas, o que se quer com o uso das, para que se usa uma ONG, usam-se ONGs, para concepção de políticas na Amazônia. E também os pontos de gargalo, doutora, que a senhora reparar, por favor, o que a sua ONG reparar, passe para esta Comissão, porque de repente nós vamos poder propor políticas, aí sim, usando



a função da CPI, propor políticas efetivas para atingir o gargalo. É lá que nós temos que atingir. Essa historinha de ficar “oh, vou te prender, oh você vai...” Isso aí não interessa para gente. Interessa propor. Nesta CPI, a gente está imprimindo esse ritmo propositivo. Interessa-me saber uma quadrilha que usa, por exemplo, o IBAMA, ou a Polícia Federal, não sei, mas que tenha estrutura para poder mostrar que existe. O povo brasileiro precisa saber. Eu acho que é um direito do povo, ele tem que saber que existe isso: máfias de contato, pontos de contato entre tráfico de madeira, no caso, tráfico de animais e o tráfico de drogas. A sociedade brasileira precisa saber. Isso é importante. Isso a CPI vai fazer e vai mostrar. Mais importante do que isso, mais importante do que prender cinquenta, mais importante do que denunciar quadrilhas, mais importante do que denunciar políticos, mais importante do que isso tudo é propor realmente matéria legislativa eficiente para os gargalos, que provocam a ilegalidade. É isso que eu vou pedir à senhora. Se a senhora tiver mais alguma coisa a falar.

A SRA. ANA CRISTINA BARROS – Em nome da hora, a gente encerra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Eu gostei muito da sua exposição. Quero dizer que gostei muito da sua exposição. Pena que nós não conseguimos conversar antes, mas gostei muito da sua exposição. É uma posição absolutamente — vamos chamar assim — democrática e real, do quadro, pelo menos do que está sendo pintado a cores vivas a todo o momento, desde o momento que nós colocamos os pés no Pará.

A SRA. ANA CRISTINA BARROS – Eu agradeço e reitero a minha disposição de colaborar. Pena que foi só esse o encontro. Eu poderia ter ido a Brasília e estar aqui novamente — teriam sido duas conversas. Eu lhe agradeço pelo elogio, espero ter colaborado com a CPI e mantenho a nossa disponibilidade. Vou buscar o envio do relatório, ainda que preliminar, sobre o estudo da terra do meio, para os senhores, vou precisar buscar isso com a nossa instituição parceira e, possivelmente com a autorização do contratante, que é o Ministério do Meio Ambiente, mas eu acho que isso não vai haver problema, e imagino poder mandar uma breve carta sobre a nossa visão do papel da ONG e até algumas idéias sobre como diferenciar ONGs na resposta breve, é o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Vai ser difícil, não é?



A SRA. ANA CRISTINA BARROS – O bom político aparece, a boa ONG aparece.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Eu também acho que é isso. É o tempo.

A SRA. ANA CRISTINA BARROS – O bom profissional aparece, os outros caem por terra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É verdade. É o tempo. Doutora, muito obrigado. E eu já convoco, eu já convido para tomar assento o Sr. Paulo Barreto, do IMAZON. (*Pausa.*) Depois desse breve recesso de um minuto, solicito ao Sr. Paulo Barreto... O senhor vai começar a apresentação aí, de uma vez? Então, podemos descer, vamos então até lá. Sr. Paulo, o senhor tem 20 minutos. Não, não, Sr. Paulo, o senhor não está convocado não, aliás, eu acho que o senhor está convocado. Está convocado, o senhor vai ter que ler. Por favor, a parte em negrito. O som aqui para esse microfone.

O SR. PAULO BARRETO – Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Então, vamos descer para sua apresentação.

O SR. PAULO BARRETO – Bom, eu sou Paulo Barreto. Obrigado pelo convite. Eu sou pesquisador, trabalho no IMAZON, que é um instituto de pesquisa que existe há 12 anos, trabalha estudando problemas e soluções em relação ao uso de recursos naturais aqui na Amazônia. E eu vou concentrar aqui a apresentação pensando principalmente na extração madeireira, que é um grande tema aqui na região e que tem uma relação muito forte com o tema da CPI em termos de tráfico e ilegalidade. Eu vou então tentar fazer uma apresentação bastante breve, concentrando uma primeira parte breve em problemas e pensar um pouco em soluções, como já foi ressaltado. É um enfoque da CPI no final das contas. E tenho um pequeno documento que preparei que apresenta parte dos dados e referências em relação a isso. E a apresentação também eu posso deixar uma cópia. (*Segue-se exibição de imagens.*) Eu acho que é bastante importante entender, primeiro, a importância desse setor na região, do setor madeireiro. São cerca de 2.500 empresas. Isso vem de trabalhos que o IMAZON tem feito com base nos dados de



produtividade e demanda de mão-de-obra. A gente estima cerca de 600 mil empregos diretos e indiretos. A renda bruta anual é de cerca de 2 bilhões de dólares nesse setor, isso falando da Amazônia inteira, de toda a Amazônia Legal. Este mapa mostra a localização dos pólos madeireiros, e isso vem de um trabalho também do IMAZON que fez o mapeamento dos pólos de processamento de madeira. Esses pontos vermelhos são cerca de 72 pólos de processamento. Geralmente é uma cidade, é uma vila, com uma grande concentração de fábricas, de processamento de madeira, serrarias, fábricas de laminado e de compensado também. E dá para ver, tem uma certa correspondência ali em relação ao chamado Arco de Desmatamento. Pará, Mato Grosso e Rondônia são os principais Estados produtores sim, quase 80% da produção. Essas cores que há no mapa — amarelo e as outras cores — é um trabalho de modelagem que mostra quais seriam as áreas economicamente viáveis para exploração de madeira, baseado na infra-estrutura e no acesso que tem por água. A gente atualizou esse modelo agora, mas dá uma idéia. Somente não seria acessível explorar madeira nessas áreas verde-escuro, não seria economicamente viável, baseado na infra-estrutura que tem hoje e o acesso aos rios. Então, esse mapa, além de mostrar a localização, mostra a área potencial de extração nos próximos anos, ou seja, é uma área bastante grande na Amazônia, seria acessível para exploração, baseado na infra-estrutura que já existe agora e no acesso aos rios. Se novas estradas forem abertas e houver outro tipo de infra-estrutura, como hidrovia, esse acesso seria aumentado. Então, ele dá a entender a importância geográfica dessa atividade atualmente e o potencial no futuro. Um tema que é bastante polêmico em relação à exploração de madeira tem sido o que é legal, a ilegalidade, e aqui eu vou apresentar os dados sobre a origem da madeira no ano 2000 e 2001, o que foi autorizado pelo IBAMA. Isso são dados que vêm de relatórios do IBAMA que foram publicados e eles estão disponíveis na Internet para o ano 2000 e 2001. Então, a autorizada aparece ali em roxo e o outro, em branco, é o total estimado. Esse total estimado é o total de exploração de madeira na Amazônia com base nos levantamentos que o IMAZON fez, uma espécie de censo, naqueles pólos madeireiros nos mapas que eu mostrei. Então, em 2000, o que o IBAMA autorizou, tanto em projetos de manejo florestal e desmatamento legalizado, foi cerca de 9 milhões que davam em torno de 33% do total. O total da produção é de cerca de



28.3 milhões de metros cúbicos por ano. E, em 2001, aumentou esse volume autorizado, quase 15 milhões, sendo que mais ou menos 9 milhões e pouco foram de projetos de manejo e 5 milhões e pouco de desmatamento. E ali, então, dá cerca de 53%. Então, para o ano de 2001, o que seria ilegal? Você faz o desconto ali autorizado e que é o total, seria em torno de 47% da madeira, não tem uma origem, não têm autorizações. Resta saber, e não têm bons dados sobre isso, se desse 47% que vem de desmatamento, que vem de exploração seletiva, não existe uma boa estatística sobre isso. E, autorizados os dados do IBAMA, permitem saber o que foi autorizado de desmatamento e o que foi autorizado de exploração em projetos de manejo florestal. Bom, a exploração legalizada pode ser tanto de desmatamento quanto de projetos de manejo florestal. E ambos os casos, teria um processo que é bastante complexo que o Sr. Deputado tem reclamado ali, há burocracia e tudo isso. Então, isso é um fluxo baseado na legislação desse procedimento para legalizar desde lá em cima. Vocês não precisam entrar nos pequenos detalhes de tudo isso agora, mas desde em cima, da entrada de um plano de manejo ou um pedido de desmatamento, passando por avaliações técnicas e jurídicas dentro do IBAMA ou dentro dos órgãos estaduais do meio ambiente, vistorias de campo, emissão de pareceres e tudo mais e autorização. E depois ainda, da autorização há fiscalização de acompanhamento, depois da exploração e também durante o transporte. Então, há vários momentos de checagem, ou teria, não é, e também se não forem aprovados têm voltas dos processos para serem reavaliados. Então, há um processo bastante complexo legal e administrativo que é estabelecido, conforme resoluções, parte tem a ver com o CONAMA, mas também há a legislação de licenciamento. Então, esse faz parte aí então da tentativa de controlar. No caso de madeira, há um esquema aqui bastante simplificado, que vou apresentar, o de tentar controlar o volume que é explorado, que tem a finalidade ambiental, mas também tem uma finalidade ligada à cobrança da reposição florestal. Quem usa madeira que não é de manejo florestal teria que pagar uma reposição florestal. Então, há uma espécie de contabilidade do volume. Quem tem a exploração legal ganha um crédito e depois ele vai descontando esse crédito à medida em que ele transporta essa madeira. E depois é feita uma contabilidade final para checar se está tudo conforme foi colocado. Então, o IBAMA ali emite esse ATPF, que é uma autorização de transporte



para os projetos de manejo ou de desmatamento legal. E esse documento é usado no transporte, tem que ir junto com a carga do caminhão ou dos barcos até a empresa. E depois é feita uma checagem, uma contabilidade disso. O projeto de manejo teria que, no campo, você ter também uma vistoria de campo para ver o volume que seria autorizado. Agora, o que aconteceu nos últimos anos, em relação a... Aqui este gráfico mostra uma espécie de histórico dos Planos de Manejo. Um dos grandes problemas tinha a ver com fraude desses planos e que o IBAMA começou a detectar mais fortemente a partir do final dos anos 90. Então, esse gráfico mostra, desde 72 até o ano 2000, o número de projetos que o IBAMA tinha de manejo florestal. Então, tem um crescimento bastante grande a partir, ali de 86. Em muitos casos, esses planos eram feitos de forma fraudulenta, não refletiam de fato o que existia no campo. Havia grande número de denúncias, Amigos da Terra, *Greenpeace*, várias campanhas, por exemplo, e também trabalhos como a EMBRAPA que mostrou, em 96, um relatório que eu cito aqui, que boa parte do que era prometido nos Planos de Manejo não era implementada. Então, o IBAMA passou a fazer revisões bastante mais detalhadas. E teve uma parte de treinamento também de contratação de funcionários temporários para revisar esses planos. E aí tem esse decréscimo bastante rápido ali, a partir de 98, e essa queda no número de projetos tem a ver com a suspensão ou o cancelamento dos planos que eram aprovados anteriormente. E dá pra imaginar o tipo de crise que isso gerou em termos sociais e denúncias de corrupção e tudo isso. Logo depois, foi então trocado o superintendente — até o Bispo falou da Selma, por exemplo, que veio para cá, foi num momento que teve uma intervenção, houve uma troca de superintendente. O mesmo aconteceu no Mato Grosso. E não é de se espantar os dois Estados principais em produção de madeira. Então, pelo próprio trabalho do IBAMA, identificando que essas duas áreas eram bastante problemáticas e precisavam, então, trocar as gerências. E teve a ver com, então, esse trabalho de revisar esses planos e identificava as fraudes e tudo mais nesse projeto. Estes relatórios do IBAMA, 98 e 2000, tem bastante detalhes. Eu acho que seria um documento interessante para vocês consultarem, um tipo de trabalho em detalhe que eles fizeram. Eles listam lá, por exemplo, qual foi a causa do cancelamento, da suspensão desses planos, há uma longa lista. De fato, eu cito aqui essa lista que



vem desse relatório que eles fizeram. Bom, baseado no que a gente vê no relatório que vem da imprensa, a gente pode então ter uma montagem do esquema que acontecia para legalizar essa exploração, parte da exploração ilegal. Então, lá embaixo tem o esquema do que seria do controle normal, como foi colocado, e surge ali em cima, então, um esquema para, como eu mostrei antes, se agora tem cerca de 47% de madeira que é ilegal, parte disso tem que ser legalizado de alguma forma. Então, uma forma, que era bastante comum no passado, era superestimar o volume que existiria nesses projetos de manejo, naquele bloco verde ali embaixo, gerar créditos adicionais que poderiam receber as ATPFs, que são essas autorizações, e transferir, de fato, vender. É bastante conhecido na imprensa e tudo mais o mercado negro das ATPFs que eram vendidas para essas operações ilegais ou desmatamento ilegal. E, no final, poderia, o que tem sido chamado de esquentar essa madeira que vem de origens ilegais. O transporte, no final, da madeira ilegal parece legal, porque ele pode ter esses documentos que vieram desse tipo de situação. O trabalho que o IBAMA tem feito mais recentemente tem ajudado bastante a reduzir a geração desses créditos fictícios ou fraudulentos, mas ainda, pelo que a gente tem nos relatórios mais recentes, ainda isso é um problema que permanece. E o outro problema, então, de checagem lá do transporte. Bom, aqui eu queria passar agora, isso aqui é uma coisa bastante sumarizada de relatórios bastante extensos. Eu não vou entrar nos detalhes de tudo que está por trás daqueles números. Mas aqui eu queria, então, passar para uma segunda fase que é, assumindo que a legislação que está aí é boa, o que a gente poderia fazer para melhorar esse controle? Acho que têm três pontos principais que, um, é reduzir a geração desses créditos falsos, monitorar as áreas exploradas; outro, controlar o transporte de toras. Aí eu vou passar como é que poderia ser cada uma dessas áreas poderiam ser tratadas. Para reduzir esses créditos falsos, acho que é bastante importante ter auditorias técnicas independentes. Quando a gente vê aquele gráfico do IBAMA de um grande número de projetos sendo aprovados ao longo do tempo, não existia nenhuma checagem independente. Era o próprio IBAMA emitindo o seu certificado, e nem amostralmente não havia ninguém de fora, fora as ONGs indo lá e dizendo que estava errado, não tinha nenhum procedimento interno de checagem. Por exemplo, em 96, a EMBRAPA, como eu falei ainda há pouco, fez um desses



levantamentos e mostrou que grande parte do que era prometido nos planos não era feito. E isso teve um impacto muito grande na EMBRAPA, como órgão governamental, de mostrar isso. E parte dessas revisões teve muito a ver com esse próprio relatório da EMBRAPA. E várias instituições participaram. A Faculdade de Ciências Agrárias, a EMBRAPA e outras instituições participaram, por exemplo, da revisão de Planos de Mogno agora em 2001. Então, esse tipo de auditoria independente, eu acho, é um caminho bastante importante para ter certeza e evitar uma expansão desses procedimentos ilegais. Outra parte — aí é uma área mais tecnológica — que hoje é possível monitorar as áreas exploradas. Então, se a gente quiser realmente controlar a exploração, hoje é possível, com o uso de imagem de satélite, fazer uma boa monitoração das áreas exploradas. Eu vou explicar em partes. Aquela imagem lá em cima. Aqui mostra uma imagem de satélite que é difícil perceber nela que houve exploração de madeira. Isso é uma imagem de satélite sem uma análise mais detalhada. A novidade é que agora houve extração lá em cima, exato.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – É seletiva?

O SR. PAULO BARRETO – Seletiva. Agora, com uma análise mais detalhada, que é possível fazer hoje, a gente pode identificar. Isso é a mesma imagem, ela ressalta as áreas de solo exposto na floresta, que são os pátios de estocagem de madeira que são essas áreas aqui dentro da floresta. Se você vê a outra imagem com mais detalhe, são aqueles pontos, são os pátios de estocagem de madeira na floresta. Então, com esse tipo de tecnologia, hoje a gente pode ter um mapeamento muito rápido da exploração. E o passo seguinte é marcar, então, ali em cima, usando um outro tipo de tecnologia, que é usar sistema geográfico de informação. São programas de computadores que a gente pode marcar os pontinhos que são esses pátios e criar uma área em torno dele que a gente sabe, com base nos levantamentos de campo, qual é a área que cada pátio serve, cada pátio. As madeiras puxam cem, duzentos, trezentos ou “x” metros a partir de cada pátio em cada região. Então, com base nisso, a gente consegue estimar com boa precisão, isso feito checagem de campo, com mais de 80% de precisão, dessas áreas que são exploradas. Então, é uma tecnologia que está disponível. Se a sociedade confirma que a legislação que a gente tem agora deve ser cumprida, essa tecnologia está



disponível e poderia ser usada. Uma coisa que seria bastante interessante com esse tipo de tecnologia é que você pode aplicar, usar esse tipo de análise sobre as imagens de satélite, ao longo do tempo, e aí você faz uma monitoração rápida, porque isso tudo é automático esse tipo de análise que você faz. Então, o que mostra aqui é um exemplo para Macelândia, no Mato Grosso, uma imagem de satélite feita em três anos, 92, 96 e 99. O Verde é floresta; rosa é desmatamento. As outras cores são os vários anos em que aconteceu a extração nessa área. Se não tivesse nenhuma análise sobre a área explorada de madeira, a gente só ia ter essa leitura do que era desmatado e o resto apareceria como floresta, a atividade madeireira não aparecia aí. Mas dá para ver nessa imagem final aqui, 99, que uma área bastante grande, teve extração de madeira numa área bastante grande também em vários anos. Então, esse tipo de monitoramento dá para detectar isso. Numa análise mais detalhada, dá para ver também que algumas áreas que foram exploradas foram depois desmatadas. Mas isso aqui é para mostrar que esse tipo de tecnologia está disponível e poderia, então, ser utilizada para monitorar. Um outro ponto que é importante, se quiser controlar, é eliminar. Coloca ali um “x” em cima daquela transferência das ATPFs de operações legais para as ilegais. E aí, a pedido do IBAMA, há um projeto dentro do IBAMA chamado PROMANEJO, que é apoiado pelo PPG-7, programa do Governo brasileiro com apoio do G-7, para identificar, para promover manejo com várias atividades. Uma é apoiar o manejo que está acontecendo em algumas áreas, e uma outra é tentar melhorar o controle. E aí, com base nesses estudos, o que a gente tem proposto é criar um sistema que facilite essa contabilidade dos créditos. Hoje o sistema é mais ou menos como se fosse uma conta bancária, cada ATPF é como se fosse um cheque em branco que ele recebe e vai com cada carga de madeira quando ele tira da floresta. Basicamente o sistema que a gente propôs para o IBAMA é transformar a ATPF como se fosse um sistema eletrônico, como se fosse um saque eletrônico, instalando em cada caminhão esse tipo de equipamento, que é um terminal móvel de comunicação que permite comunicação *on-line* seja lá onde for. Você instala no veículo. E além de permitir a transparência dos dados, que seriam referentes à ATPF, você tem o rastreamento, a localização em tempo integral desses veículos. Aqui é o desenho do esquema. Você teria localização da serraria, da floresta e teria esses equipamentos



instalados nos veículos credenciados para explorar a madeira e faria o monitoramento via satélite, e o gestor ambiental teria esses dados bastante rápido. O IBAMA já usa esse tipo de equipamento nos veículos de fiscalização, mas não está instituído isso para usar nos veículos que transportam a madeira. Aqui é o exemplo do equipamento que pode ser usado, então, ali para entrar os dados, por exemplo, os dados referentes aos volumes de madeira e tudo isso, as mesmas informações que entrariam numa ATPF. A vantagem bastante grande, adicional é a localização. Esse tipo de programa permite o rastreamento em tempo integral do transporte. Então, a conclusão é que, em geral, o controle tem melhorado. Como eu falei há pouco, é uma notícia que é má e boa ao mesmo tempo a revisão dos planos de manejo do próprio IBAMA, reduzindo enormemente o número de planos. É uma notícia ruim mas é bom ao mesmo tempo, porque a gente sabe de fato com um pouquinho mais de clareza o que é que está acontecendo, mas o controle ainda continua frágil. Vendo os números de 2000 e 2001, a quantidade de madeira que viria de fontes não- autorizadas é bastante alta. Aí acho que a outra mensagem principal é que é possível melhorar. Há agora as tecnologias disponíveis tanto de geoprocessamento, que é o uso de imagem de satélite, quanto essa de rastreamento. Há necessidade de novos procedimentos como as auditorias independentes. Um ponto importantíssimo é a qualificação profissional, que os técnicos sejam capazes de usar essas novas tecnologias. Acho que um outro que não é... que tem também que ser tratado, que o Deputado aqui tem insistido bastante: se quer controlar, realmente você tem que dar condições para o setor privado ser controlado, tem que ter realmente bastante capilaridade nessas instituições, alguém, progresso, quer dizer, em qualquer lugar da Amazônia tem que ter gente do IBAMA. Se não tem condições de fazer esse tipo de investimento, realmente vai ser muito difícil controlar, porque ficaria bastante caro para o setor privado se adequar a toda essa legislação, se o órgão não está presente nos vários locais da região. Então, essa seria a apresentação. Como eu falei, eu tenho aqui um documento que resume um pouco disso com as citações da literatura — e eu posso passar também essa apresentação aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Agradecendo ao Sr. Paulo Barreto, iniciamos agora — e solicitando a ele que deixe em poder da CPI cópia de



sua apresentação, aqui tem seu *e-mail*, está tudo certinho —, o período de perguntas. O Deputado Antonio Feijão, que vai viajar, mas vai voltar amanhã para estar presente junto com o Deputado Asdrubal Bentes, vai fazer as perguntas. Então, vamos fazer no pingue-pongue, está? Ele vai fazer as perguntas, o senhor, por favor, responda.

O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO – Bom, eu já tenho, nas minhas andanças, citado os resultados dos trabalhos que o IMAZON tem feito e com uma novidade que se torna agora moda: não só faz a pesquisa mas como socializa a informação. Isso é muito importante, porque a grande maioria dessas informações é adquirida com o dinheiro público ou com a instituição pública capitaneando recursos federais. E o IMAZON faz isso com clareza, disponibiliza na Internet, faz publicações, faz debates e tem crescido muito com isso. As perguntas vão ser mais do ponto de vista da sua análise, não é?

O SR. PAULO BARRETO – Certo.

O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO – Nós estamos aqui com IBAMA sendo colocado no purgatório. Uma hora o Bispo diz que ele pode ir para o céu; outra hora o Bispo diz que ele veio do inferno. Uma hora o Deputado Asdrubal Bentes diz que ele, nem com as orações do Papa, entra no céu. Aí, de repente, o Dr. Paulo Barreto diz que ele pode ir para o céu. Você acha que o IBAMA fica no inferno, a gente cria um purgatório ou ele vai para o céu? É a primeira pergunta.

O SR. PAULO BARRETO – Bom, acho que vai depender do que o Poder Público vai querer fazer com ele. Acho que vai ser essencial ter alguma instituição que faz gestão ambiental. Eu acho que a estrutura do IBAMA hoje não é boa, ela tem funções demais, ela faz desde regulamentar, fiscalizar e depois, em processo administrativo, julgar e punir. Isso não existe em lugar nenhum do mundo. Não há uma instituição com todos os poderes ao mesmo tempo. Acho que é necessário uma agência que tenha o poder de fiscalizar. Acho que o IBAMA, ou outro nome qualquer, deve ser essa instituição. Para isso o IBAMA teria que ser bastante reformado com esse enfoque. Bom, o enfoque é a fiscalização. Então, nós vamos fazer essa fiscalização. E concordo em relação a, por exemplo... O Ministério do Meio Ambiente e os Deputados, então, teriam o papel de formular a política de instruções normativas e tudo isso. O IBAMA faz tudo isso ao mesmo tempo e, em



muitos casos, como está no debate lá na fronteira, às vezes, quer passar a ter outra função também de extensão e outras coisas. Então, é muito difícil uma única instituição querer ter todas as funções ao mesmo tempo. Agora acho que isso é um problema um pouco da falta de governo nessas fronteiras também, que você tem uma instituição só que vai desde quase que controlar, ser polícia e ser extensão. Então, é difícil você ter uma instituição com todas essas funções ao mesmo tempo.

O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO – Bom, de início, a gente vê que muitas vezes o IBAMA faz tudo. Até aí não nos preocupa. Preocupa-nos é quando ele de tudo não faz nada, não é?

O SR. PAULO BARRETO – É.

O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO – Tudo que ele tem de atribuição e não faz nada. O Deputado Gilney Viana, que se tornou bastante conhecido quando, ao capitanear uma CPI, Comissão Externa, anunciou — na época, o Jungmann estava fazendo um consórcio, uma sociedade com Deus para ver quem era mais importante na face da Terra — quem mais desmatava era a reforma agrária. Ele acabara de dizer uma coisa que todo o mundo já sabia no campo, mas que ninguém queria ouvir em Brasília, não é? Então, o Gilney Viana acabara de contestar algo importante. E essa semana ele devolve com uma sugestão em que ele especificou bastante, dizendo que era importante que o IBAMA se afastasse da questão do gerenciamento das instituições fundiárias florestais, dos parques nacionais etc. Além dessa sugestão do Deputado Gilney Viana que, com muita felicidade fez essa para oposta, que outros setores, na sua experiência do AMAZON e desses encontros que eu sei que você tem participado, nós poderíamos desencravar de dentro do IBAMA? Isso é um pedaço da pergunta e com o segundo pedaço. O IBAMA está se tornando aqui o que a CIA se transformou nos Estados Unidos: os americanos não sabem mais o que fazer com a CIA. Ela não prende o bandido na esquina, ela não faz mais a investigação correta na Venezuela, dá informação errada, mas em todo o canto que você imaginar da vida do americano, quando a coisa dá errada, a certeza é que a CIA está dentro dela. Então, o IBAMA sempre está numa desgraça social na Amazônia, ou passiva ou ativamente. Quais, na sua opinião, são os setores do IBAMA que nós poderíamos descentralizar para co-gestão: as instituições paritárias para o Município e para o Governo?



O SR. PAULO BARRETO – Bom, como eu falei, eu acho que tem que ter uma instituição, e pode ser o IBAMA com outra estrutura, que funcione com essa função de fiscalização e só com essa função mesmo de fiscalizar. Aí pode ser o IBAMA. Então, isso implicaria tirar várias das funções agora. Tem essa que eu falei de editar portarias, instruções e tal. Eu acho que isso tudo deveria sair e ficar mesmo no núcleo de Ministério. E tem essa questão das unidades de conservação que eu acho que é outra função. Tem que ter, para mim, um outro núcleo, que não o IBAMA, porque acho que confunde também que tem, em outros países, a função de gerenciar parques e todas essas. Deve ser uma função também separada. Acho que isso é bastante importante fazer. A segunda parte da pergunta...

O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO – Que mais setores dele nós poderíamos tirar e que parte dele nós poderíamos descentralizar...

O SR. PAULO BARRETO – Ah, tá.

O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO – ...Estados e Municípios e também a co-gestão das agências paritárias e ONGs.

O SR. PAULO BARRETO – Tá. Eu acho que, na função de gestão ambiental, que envolve desde licenciar, dar as licenças e depois fiscalizar tudo isso, eu acho que teria que ter um tipo de arranjo, inclusive nesse documento que eu fiz e que não está aqui, mas para o IBAMA, para esse Projeto PROMANEJO, eu acho que a gente poderia mais ou menos imitar o que é feito na área de trânsito. Você tem uma co-gestão, tem uma participação federal, do Estado e tem dos Municípios, o que permite, por exemplo, que, no caso de Belém, quem fiscaliza o tráfico é a Prefeitura; quem credencia todo mundo é o Estado. Você tem o DETRAN — o Departamento Estadual de Trânsito, que coloca todo mundo no sistema, que credencia os motoristas e que faz as pessoas estarem licenciadas. Agora, na hora de fiscalizar no Município, quem faz isso é um órgão municipal. Então, separa a função também e, por exemplo, na hora de cobrar multas, e tem uma repartição de recursos. Eu acho que é esse tipo de arranjo que teria que ter. Hoje quem quiser se licenciar, pegar licenças ambientais, tem duas coisas: autorização e uma licença que tem mais ou menos a mesma função, mas são diferentes, são duas origens legais diferentes: Há o Código Florestal e a Lei de Licenciamento Ambiental. Você tem que se registrar e cadastrar nos dois lugares. Então, seu registro está em dois lugares. No caso de



Mato Grosso agora tem um conflito muito grande em que o IBAMA dá a autorização que não é registrada no Estado, e o Estado melhorou a forma de fiscalizar, vai fiscalizar, não está registrado nos seus arquivos, mas ele diz: “*Não, mas eu já fui ao IBAMA*” e realmente tem no IBAMA. Então, há dois cadastros ao mesmo tempo. Então, há um conflito forte agora entre quem quer fazer, entre os Estados e o Governo Federal. Isso é um ponto bastante grave. Há um desperdício de recursos enorme nessa área. A minha sugestão é que tenha esse tipo de arranjo, e eu para procuraria estudar um pouco mais em detalhe isso, sugiro isso, um sistema que fosse similar ao que é feito na área de trânsito. Há uma repartição de funções que tem as funções bem diferenciadas e já previsto de antemão repartição de recursos também. Então, no caso de multas, “x” por cento, por exemplo, de trânsito vai para o Estado que financia parte desse cadastramento e licenciamento. Acho que esse é um caminho a seguir.

O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO – Sr. Presidente, estou bem sucinto. Esta é a última pergunta que eu vou fazer, passando o microfone...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não lhe permito que seja a última pergunta.

O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO – ... para o Deputado Asdrubal Bentes. Eu queria saber...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não estou permitindo. O senhor vai fazer duas perguntas então.

O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO – O que podemos fazer para acabar com a angústia desses eleitores do Deputado Asdrubal Bentes, lá de Marabá, que não conseguem essas ATPFs ou as licenças de desmatamento, ou seja, o que fazer com o passivo que nós temos na agricultura familiar? Que destino, na opinião de vocês, que mecanismos nós podemos criar ou com as Prefeituras ou com as agências distritais do Estado ou com a União, ou seja, vamos socorrer os eleitores do Asdrubal Bentes de que forma?

O SR. PAULO BARRETO – Você está falando do passivo ou daqui para frente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Do passivo, do passivo.

O SR. PAULO BARRETO – Quem já foi multado...



O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO – *(Intervenção inaudível.)*

O SR. PAULO BARRETO – Ah, está.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Só naquela região são 60 mil.

O SR. PAULO BARRETO – Tá. Bom, aí acho que tem uma questão que é mais complexa e que não vai resolver só com comando e controle, que é o que eu falei aqui, quando eu enfoquei a questão aqui no controle. Há um outro trabalho que eu estou fazendo que vai mais amplo, que aí acho que a gente tem que pensar em reformas e em outras coisas. No caso de reforma agrária, primeiro começar com a parte indo para frente, eu acho que a reforma agrária é inadequada, como está feito agora, em dar para propriedades muito pequenas que são inviáveis, se a gente quer manter a cobertura florestal. Então, se a Lei Florestal diz que tem que manter 80% como floresta, essas famílias teriam que ter áreas maiores do que cem hectares. Eu fiz um cálculo rápido esses dias para ver. Se você quiser que uma família tenha uma renda de 300 reais por mês, baseado em economia florestal, ela teria que ter, vender, por exemplo, 15 hectares de floresta por ano. E para que isso fosse sustentável, ela teria que ter, só de floresta, cerca de 500 hectares. Isso daria oito a dez vezes maior, dependendo do cálculo que você faz. Aliás, quatro a oito vezes maior do que é dado hoje. Você dá 100 hectares — a média —, dependendo do Estado; quer dizer, de 50 a 100 hectares. A média fica em torno de 70. Então, teria que, para o futuro, se quiser fazer reforma agrária na Amazônia e quiser cumprir a lei como ela está agora, tem que aumentar a área que é dada às famílias e aí ter todo um sistema de apoio, de assistência técnica e tudo o mais, facilitar o licenciamento e tudo isso para que seja viável essas famílias cumprirem a lei e terem uma vida decente. Isso eu acho que é o caminho, falando do que está colocado para assentamento, que tem esse problema do passivo que você falou. E aí tem outras políticas que eu acho que têm que entrar — de compensação, que tem a ver com... No caso das famílias que já têm esse passivo, eu acho que vai ser muito difícil cobrar delas. Acho que aí teria que ter associações. Por exemplo, com quem comprar madeira, que tem dinheiro; com a reposição florestal, que tem que pagar. E aí, por exemplo, favorecer reflorestamento. Tem que fazer reposição? Tem que plantar. Então quem compra, financia.



O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – É justamente isso aí, Paulo, é justamente isso que estava acontecendo. Simples de resolver, fácil, mas, lamentavelmente, não sei por que há um entrelaçamento entre INCRA, IBAMA e o próprio Ministério, e não sai a solução. Acredito eu para deixá-la de barriga, na bandeja para o companheiro Lula.

O SR. PAULO BARRETO – Eu acho que, bom, pensando assim um pouco mais geral, foi colocado aqui pela companheira Marina. Eu acho que este Governo vai ter uma sensibilidade muito maior para futuro para resolver esse tipo de problema. E eu acho que tem que sentar imediatamente com a Marina e equipe...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Ela estará na quinta-feira na CPI.

O SR. PAULO BARRETO – E tratar seriamente disso, começando com essa reforma que eu estou propondo do mecanismo de licenciamento e tudo isso, uma reforma também da abordagem de reforma agrária. Se não fizer isso, eu acho que a gente vai continuar... E aí vai ter um jogo estratégico de quem quer ter acesso a recurso, de favorecer grilagem, de jogar as famílias para invadirem terras e todo esse jogo que vocês já conhecem. E vai ser uma coisa infundável, porque se os mecanismos institucionais não acontecerem, isso vai continuar. Tem que priorizar isso em torno da política mesmo.

O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO – É importante nós estarmos, Sr. Presidente, com o instituto que faz pragmatismo — esse, o que eu chamo o inventário da realidade amazônica, porque é a coisa mais difícil hoje. A Amazônia se transformou tão fortemente em 30 anos que nós não temos nenhuma fotografia desta transformação. Nós estamos, primeiro, recuando cientificamente há 30 anos para conhecer o que aconteceu, para iniciar a dar soluções mais harmoniosas dentro desse conceitual de sustentabilidade. Eu sugeriria ao IMAZON... Eu vi todas as entrevistas da Marina, saí praticamente escaneando todo o pensamento dela, porque já tivemos muitos debates, e ela colocou duas coisas que marcaram bastante. Primeiro, a transversalidade que o IBAMA ou o Ministério do Meio Ambiente tem que buscar, ou seja, quem vai fazer desenvolvimento agrícola tem que entender que o meio ambiente é o espaço onde ele planta, mas ao mesmo tempo o Ministério da Saúde tem que entender que o meio ambiente é o espaço onde estão



os doentes. Então, esse negócio de que o Ministério do Meio Ambiente não tem verba, isso é uma balela de quem não conhece administração pública. Todos os Ministérios têm responsabilidade ambiental, porque a base é o flagelo social. A sugestão seria o seguinte. Eu fui defensor da reforma agrária, depois fui lá para o CDS estudar, depois vim para o campo aqui em Macapá, acompanhei o assentamento de 5 mil e 200 famílias. Dediquei os oito anos dos meus dois mandatos a tirar um descargo de consciência, colocando, pelo menos, a infraestrutura de energia, de postos médicos, para eu poder dormir sossegado. Ao ler aquele trabalho sobre as relações de viabilidade de agricultura e pecuária com a pluviometria, que já me intrigava, eu passei a aprofundar mais aqueles estudos lá. E aí foi que eu cheguei realmente a mudar e a me conceituar de que a reforma agrária tem que ser florestal e a agricultura uma conseqüência pontual do processo da reforma agrária. Ora, como é que nós vamos fazer isso se nós temos, só no Estado do Pará, em torno de cento e noventa e poucas mil famílias assentadas? Já tem a Igreja, o MST, o prefeito, um ou dois Deputados Federais — depois eu digo o nome — que estão sempre em volta...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – O senhor vai dizer agora ou vai mandar por escrito?

O SR. DEPUTADO ANTONIO FEIJÃO – Vou mandar por escrito. Sempre estão em volta desse passivo social. Então, a minha sugestão para o IMAZON é a seguinte. Nós sugerimos um projeto que criava o salário ambiental. O agricultor, quando perde uma safra assegurada, ele recebe o seu dinheiro; o pescador tem o seu defeso. Este passivo social ou ele toma, ou nós tomamos a ele uma responsabilidade *ad eternum* ou eles vão liquidar o resto que eles ainda têm de patrimônio. É só fazer o compensatório, se vale a pena deixar ir até o fim e virar as costas, ou se a União toma uma decisão e metaboliza uma solução que humanize o espaço e dê outras alternativas econômicas. Então, a reforma agrária florestal — não no conceitual romântico, mas uma reforma agrária em que o cidadão vá fazer a agricultura para ter suas dez matrizes leiteiras lá. Tudo tem espaço. —, mas com conceitual de Governo de que a floresta é espaço econômico, e não a terra. Levei muito tempo, precisei assistir a um trabalho que eu fiz, precisei vê-lo ser derrotado para depois tomar esta consciência. Então, eu uma vez disse para o Ministro



Jungmann, ele falou que tinha colocado um assentamento no Juma. Aí eu me lembrei que, em 1984, eu fui conhecer um garimpo do Acari. Duas horas de vôo, de Manaus, pousava nessa coisa, e eu recebia os agricultores, no verão, com um saquinho de farinha e um saquinho de sal e umas espingardas de soque. Eles eram agricultores do Juma. Eu digo: *“Espera aí, esse Juma é um que tem lá perto do Sucuduri?”*. Ele disse: *“É”*. Eu digo: *“Então o senhor vai promover a primeira ‘desantropização’ constitucional da reforma agrária”*. *“O que é isso?”*. *“O senhor vai lá pagar para tirar esses homens para Manaus e dar uma casa para eles e um salário, porque leva 18 dias para um saco de farinha chegar de lá, de carro, aqui em Manaus”*. Então, existem certos momentos que nós vamos ter que tomar, na Amazônia, de desantropizar determinadas áreas. Então, a minha pergunta é a seguinte: o IMAZON já chega a esse pensamento exagerado ou não chega ainda?

O SR. PAULO BARRETO – “Desantropizar” a Amazônia? (*Risos.*) Bom, eu acho que a Ana tocou um pouco no trabalho que a gente fez, que é o trabalho que você leu, da Amazonas sustentável, que traz esse conceito de que, em várias áreas da região, a economia realmente que pode ser sustentável é uma economia florestal. Então, acho que para grande parte da região esse é o conceito. Acho que se não tiver... Em outras áreas é viável a agricultura, principalmente nas regiões que são dentro das regiões pouco mais secas, e aí favorecer alguma ocupação mais intensiva, e nessas outras áreas que são mais úmidas, realmente tem área florestal. Eu acho que têm áreas que vai ter que ter uso até mais leve ainda, que cabe menos gente — ecoturismo, essas outras atividades. Sobre “desantropizar”, a gente não pensou ainda. Certamente vai ter... É um tema bastante polêmico. Agora, com certeza, eu acho que não vale a pena promover ocupação pesada em boa parte da região. Acho que isso, pelo seu depoimento agora, falando dessas 5 mil famílias, acho que é essa a conclusão que você está chegando de várias áreas. Acho que a promoção dessa ocupação vai ser desastrosa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É tão polêmico como o autor da pergunta. Com a palavra, para suas perguntas... A “desantropização” é tão polêmica quanto o autor da pergunta, que fique registrado em ata. Com a palavra então, para suas perguntas, o Deputado Asdrubal Bentes, que hoje recebeu — não está ainda em ata da Comissão —, uma comenda do Ministério Público do Tribunal



de Contas do Estado, e quero deixar registrada a minha impressão de S.Exa. ter sido o mais aplaudido de todos aqueles que receberam tal comenda. Com a palavra, então, o Deputado Asdrubal.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Sr. Presidente... Paulo Barreto, em primeiro lugar, quero parabenizá-lo pelo trabalho que vem realizando e sempre voltado para a defesa do meio ambiente. E sobretudo também para o nosso desenvolvimento sustentável. Eu quero me congratular também, porque na Assembléia Nacional Constituinte, quando se discutiu o Capítulo de Alienação de Terras Públicas, eu tive de me debater com Mário Covas, com Fernando Henrique, José Serra e esses tucanos todos que àquela altura ainda eram do meu partido, o PMDB, porque queriam diminuir a alienação de terras públicas no País inteiro a 500 hectares. Eu até exagerei da tribuna, dizendo que na minha região, na Amazônia, 500 hectares era o fundo de quintal, que ninguém ia sair do Sudeste, do Centro-Oeste, do Sul para aqui investir, qualquer que fosse a atividade, em uma área de apenas 500 hectares, onde a metade já era reserva legal. Naquela época, eram 50%; hoje, já são 80% de reserva legal. E o que está acontecendo? Vejam novamente a tecla... Eu volto a bater na mesma tecla: o desacerto das políticas governamentais. O INCRA, malgrado o permissivo constitucional, que hoje seriam de 2.500 hectares, tem uma instrução normativa que proíbe a alienação de terras superior a 100 hectares. O que é um absurdo. Absolutamente, inconstitucional. E eu fiquei feliz quando ouvi você falar que realmente o ideal para a área de colônia seriam 500 hectares para fazer o manejo sustentável, não é verdade, dentro do permissivo constitucional, levando em conta também a reserva legal e tudo mais. Então, vejam, depois de quinze anos, eu encontrei alguém que pense como eu. Eu acho que, se nós procedermos assim, aí, sim, nós estaríamos protegendo a floresta. Não é com a criação de grandes parques, de grandes reservas e tal. Eu acho que a pessoa, o proprietário que tiver uma área desse tamanho tem muito mais condições de preservá-la do que essas vastíssimas extensões territoriais em que se chega a voar uma, duas, três horas de monomotor para chegar até o seu limite. Então, não tem quem consiga dominar isso aí. Aí, chegam os aventureiros, invadem a área, e, quando alguém quer aproveitá-la racionalmente, aproveitar a sua riqueza



racionalmente, ela já se exauriu. Mas eu queria fazer algumas perguntas objetivas, dado o adiantado da hora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Mas a hora não está tão adiantada, Deputado. Podemos continuar o debate.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Paulo, o que você acha dos projetos de manejo, principalmente no Estado do Pará?

O SR. PAULO BARRETO – O que eu acho em termos de quê? Se está funcionando, se é viável?

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Você não acha que é — como eu costumo dizer, vou repetir — o IBAMA tentando enganar alguém que queira praticar atividade florestal, e, vice-versa, alguém querendo enganar o IBAMA? Vou lhe explicar. O funcionário do IBAMA não é obrigado a analisar se o documento é legal ou ilegal. O Princípio Geral de Direito é o de que o que prova a propriedade do imóvel é o registro no Cartório de Registro de Imóveis, certo? Então, chega alguém, um colono, um fazendeiro, ou um empresário, com um projeto de manejo, fundamentado numa Certidão de Registro de Imóveis. Aí, eu vou defender o funcionário do IBAMA. Ele não é obrigado a ir buscar a origem. Aquele documento tem fé pública. Ele nem pode duvidar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Nem pode. Era isso que eu ia falar.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Nem se pode duvidar do documento. Então, tudo começa por aí. Daí por que eu pessoalmente entendo, dado o caos fundiário que nós temos instalado no Estado do Pará, edifícios de vários andares sobre uma mesma área, que os projetos de manejo são extremamente difíceis. Na realidade, é como falou a Cristina: esquentam o papel, são legais no papel, mas na prática não funcionam, porque eles dão lá uma determinada área, numa determinada gleba, e na realidade a madeira é extraída de uma reserva indígena ou de um parque florestal, seja lá do que for, entendeu? Então, eu creio que nós temos que encontrar uma outra forma que possa equacionar o problema. Eu, sinceramente, me inclino muito pela reposição florestal, pelo reflorestamento. Agora, é preciso que comecemos a falar uma língua só, porque, hoje, quem quer reflorestar não tem conseguido se habilitar junto ao IBAMA por filigranas jurídicas.



Então, não é possível. Será que o IBAMA está aí apenas como órgão arrecadador, que quer multar para arrecadar dinheiro? Aliás, eu gostaria de perguntar: você tem uma idéia de quantas mil multas já foram expedidas no Brasil, com base na nova Lei de Crimes Ambientais, e de quanto é o percentual de recebimento desses valores?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Eu quero esclarecer que eu já transformei isso num pedido de informação da própria CPI.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Eu lhe agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Mesmo sem seu consentimento, eu presto tanta atenção no que o senhor fala, que imediatamente eu solicitei...

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Eu lhe agradeço, porque isso é importante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – É importante. É um dado importante.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – É importante, até porque, na função que V.Exa. me outorgou, eu quero usar esse argumento para tentar modificar a lei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Com certeza. É verdade.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Você acha que há necessidade de alguma modificação nessa legislação ambiental para melhorar, para unificar, para, digamos, desburocratizar? Na criminalização, você não acha que a função social da pena não é... Como está hoje, a pena principal é a privação de liberdade, mas o sujeito vai lá, paga a fiança e vai embora, nem vai preso. Se nós fôssemos prender tantos quantos fossem os infratores, nós não teríamos presídios. E há outro agravante: se fôssemos colocar nos presídios que temos, com a falência do sistema penal, nós iríamos colocá-los na universidade do crime, eles iriam sair PhDs; entrariam primários e sairiam PhDs. Então, você não acha que seria melhor, que se atingiria o objetivo se a pena principal fosse a recuperação do meio ambiente degradado? Concordo plenamente com a divisão, que você sugeriu, de atribuições. E começa logo pela regulamentação do artigo da Constituição, que até hoje não foi regulamentado e não se sabe de quem é a competência administrativa: se é estadual, e a judicial também, se é da Justiça Comum ou se é da Justiça Federal. O



Supremo está a nos indicar a Justiça Federal em vários julgados ultimamente. Então, essa é outra questão que nós temos de debater, porque é fundamental estabelecer logo essa competência: quem é que vai cuidar. Por falar em competência, já não no sentido jurídico, mas no sentido vernacular, o Governo do Estado também tem que cumprir a sua parte, porque é muito fácil deixar tudo para o IBAMA. Segundo o companheiro Feijão, não se sabe se está no purgatório, no céu ou no inferno. Mas nós não estamos aqui para condenar ninguém. Nós estamos aqui para buscar soluções. Então, eu gostaria de ouvir, Paulo, algumas sugestões para que a gente possa incluir no nosso relatório e até receber de você, por escrito, proposições, para que a gente possa analisar com o colegiado e transformar, quem sabe, em lei. A sugestão que eu dei há pouco à Cristina repito: você não acha também que nós precisamos simplificar essa legislação? Em 750 a.C., Lao-Tsé já dizia que, quanto maior o número de leis, maior é o número de infratores, e hoje há uma parafernália de leis ambientais, de decretos, de portarias, de instruções normativas conflitantes. Eu imagino o pobre colono, o pobre caboclo lá do longínquo Rio Xingu, ou lá do Baixo Amazonas, como é que ele vai cumprir isso se não está lá o órgão para ensiná-lo, para orientá-lo, para educá-lo. Tudo é um processo, e essa transformação foi abrupta. Criou-se uma lei, mas não se deu tempo para educar o povo. Então, eu creio que temos que partir, inclusive, da prevenção, através da educação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Aí, nós entramos numa outra atribuição dada ao IBAMA atualmente, a de fomento. Ele agora também tem essa atribuição.

O SR. PAULO BARRETO – Bom, foram vários comentários e perguntas, eu vou tentar seguir aqui. Em relação, mais geral, à forma de ocupação, eu falei em reformular essa abordagem de reforma agrária e que, para cumprir a legislação agora, teríamos que fazer uma reforma agrária florestal, porque temos áreas maiores. Acho que isso é um ponto-chave. Agora, ao mesmo tempo, é necessário ter espaço para, quer dizer, além de uso como floresta, pecuária e outras coisas, tem que ter um espaço também para outros tipos de unidades de conservação, para preservação mesmo da biodiversidade. A biodiversidade vai ser uma grande fonte de renda no futuro. Agora, em geral, as pessoas vêm como um obstáculo, mas



pode ser uma grande fonte. Então, como papel estratégico do Estado de conservar áreas que podem ter esse valor futuro... A idéia de valor futuro dessa biodiversidade eu acho que é bastante importante. Então, as unidades de conservação são também bastante importantes. Eu acho que a gente está em uma situação privilegiada, porque na Amazônia há espaço para tudo isso: para ter a reforma agrária, por exemplo, florestal, e ter essas outras unidades de conservação. Tem um trabalho que a gente fez — eu tenho aqui uma cópia, vou deixar para vocês, para a Comissão — que faz uma avaliação mais ampla desse tema. Sobre o manejo florestal, eu acho que há dois aspectos. Fazendo um comentário um pouco mais geral, um problema hoje que está acontecendo com o IBAMA é que o IBAMA, de certa forma, está sendo um órgão público como se fosse a porta de formalização de várias coisas na Amazônia que são informais. Então, o IBAMA exige o cumprimento de várias regras, incluindo demonstração de posse de terra e tudo isso. Só que, em geral, na Amazônia, há uma informalidade muito grande, um caos fundiário extremo, pessoas sem documentos pessoais e várias coisas. E o IBAMA, pela gestão ambiental, passa a exigir a formalidade dessas pessoas que são amplamente informais. Então, tem um problema que não é do IBAMA, que é um pouco mais geral, de presença do Estado mesmo nessa fronteira, de falta de documentação fundiária, caos fundiário, falta de documentos pessoais, tudo isso. E tudo isso acaba desembocando, ou entrando, na porta do IBAMA. Então, o IBAMA sofre, porque todos esses outros problemas se manifestam ao mesmo tempo lá. E aí, tem isso que o senhor acabou de falar, esse problema de questionamento de documentos de terra, que já deveriam ser considerados, ter fé pública, mas não têm. Os cartórios são também bastante confusos. Há várias denúncias de corrupção com relação também aos cartórios. Então, eu acho que tem um problema, que é um pouco mais genérico, de completa ilegalidade em vários setores, e que acaba o IBAMA sendo a porta de entrada disso, aí dificultando a atividade produtiva. Então, para resolver essa questão, não é só tratar do IBAMA, mas colocar o Estado presente, mesmo, em todos esses outros setores: fundiário, documentação das pessoas e tudo isso. Então, para resolver essa questão de ilegalidade, tem que, de fato, ter uma estratégia, que é um pouco mais ampla, que é de desenvolvimento regional mesmo, e tratar dessas outras questões. Foi por isso que eu falei que acho que a Senadora



Marina Silva, que vai entrar no Ministério do Meio Ambiente, pode ter essa visão de incorporar essas outras agendas com mais força do que foi feito nesse último Governo. Em relação... O IBAMA, em relação ao manejo, tem essa parte de ilegalidade, que vem mais da questão fundiária e outras questões. Tem outra questão, que é técnica: se é viável ou não a qualidade desse manejo. Felizmente, hoje já tem vários exemplos de empresas que estão fazendo bem, tem até certificados ambientais. Então, acho que hoje já tem bons exemplos que podem ser copiados em escala maior na parte técnica.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - No macro. E no micro, no pequeno?

O SR. PAULO BARRETO - Bom, essas técnicas, boa parte delas, são também possíveis de ser aplicadas pelo pequeno desde que se tenha essas condições que falei. Com 100 hectares é difícil ele ter um ciclo sustentável. Teria que ter uma área maior, porque tem a demanda de ter renda ao longo do tempo; ele vai querer fazer pecuária, ou, então, liquidar todo estoque de madeira que tem. Para o pequeno, primeiro, tem que ampliar a área dele — com 100 hectares dificilmente vai ser viável — e incorporar a parte técnica, porque é preciso assistência técnica. Treinamento é um fator-chave. Quantidade de multas, não tenho esse número. Tenho grande curiosidade para ter. É difícil a gente capturar isso, ter fontes.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Por incrível que pareça, nem o IBAMA tem, ou não quer fornecer. Requeiro, Presidente, que seja solicitado ao IBAMA...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Já fiz, Deputado. Presto atenção ao que V.Exa. fala.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Reitero, então, o requerimento. Preciso saber qual o número de multas, o valor dessas multas e qual o percentual efetivamente arrecadado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - No *Jornal do Brasil* de domingo há um número lá, um número que não posso afirmar seja o número oficial, de 354 milhões de reais em multas e arrecadados 174 milhões. Até agora não lhe respondi, também V.Exa. não fez a pergunta a mim, mas o único dado que tenho é o



de um jornalista, que também por várias vezes, o flagrei colocando dados de qualquer maneira.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Desculpe a mudança de direção, mas veja a minha preocupação. Existia o Fundão. O senhor lembra do Fundão, não é? Aquela verba que, quem quer que mexesse com a atividade florestal, tinha que pagar ou para uma reflorestadora ou para o próprio IBAMA, e ia para o tal Fundão com o objetivo de reflorestar. Todos que trabalhavam com atividade florestal pagavam para aquele Fundão. Até hoje não sei para onde foi esse dinheiro, honestamente. Até que era uma coisa boa a gente procurar saber, mas é ruim desencavar defunto; não vai ter jeito, o dinheiro não vai voltar. Nós precisamos é pensar daqui para a frente. Porque aquilo era para reflorestar, e não vi esse reflorestamento. Pelo menos na Amazônia, não conheço nenhum reflorestamento decorrente do que era recolhido ao Fundão do IBDF. Isso é só para mostrar o porquê da minha preocupação com as multas que foram impostas, se foram arrecadadas e em que foram aplicadas.

O SR. PAULO BARRETO - Sobre o reflorestamento, acho que tem o seguinte. Reflorestamento é caro. Você vai gastar quase 2 mil reais por hectares para plantar. É muito bom saber que vai ter madeira garantida no futuro, mas é caro. Então, tem uma resistência, mesmo dos empresários, de investir. Tem um começo de investimento, mas ainda é um problema. Acho pouco provável que tenha investimento substancial em reflorestamento enquanto a gente tiver essa oferta demasiada, e fácil, de floresta nativa. Já está lá, por que a pessoa vai plantar? Em muitos casos é terra pública e tudo isso. Então, tem esse problema de visão mesmo de longo prazo de investimento. Outro problema que existe, na Amazônia principalmente, é que mesmo o reflorestamento não é uma coisa tão certa, porque o nível de investimento em pesquisa para replantio garantido, que se vai ter corte futuro na Amazônia, é muito pequeno. Então, é ainda um negócio de risco plantar. Na medida em que se vai plantar e para ser competitivo tem que ter tecnologias eficientes e uma garantia das técnicas silviculturais, e na região há risco de doenças, tudo isso pode ser bastante alto. Então, se a decisão for séria de plantar, acho que do plantio boa parte não vai acontecer aqui; vai acontecer em outras regiões do Brasil, onde já tem tecnologia desenvolvida, crescimento, produtividade bastante



alta, investimento em genética, em recursos humanos. Na hora em que se falar seriamente em reflorestamento, e o mercado consumidor... Uma coisa que não falei aqui: 85% da madeira extraída da Amazônia vai para o próprio mercado nacional — muita gente pensa que é para o exterior, mas não é, é para o próprio mercado nacional. Então, o consumidor está na região mais populosa. Ainda tem algumas áreas com terras que teriam rendimento marginal para pecuária que se pode ter plantios no Sul, Sudeste, parte do Nordeste, Bahia, por exemplo. Na hora em que se falar sério em reflorestamento, boa parte do reflorestamento acredito que não vai acontecer aqui, mas em outras áreas.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Você conhece algum projeto de reflorestamento aqui no Pará?

O SR. PAULO BARRETO - Conheço.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Qual a sua opinião a respeito?

O SR. PAULO BARRETO - Tem um que tem sido bastante comentado, em Paragominas, de um grupo que tem trabalhado na área de lâminas e compensados e tem, até agora, ido relativamente bem. Têm surgido algumas doenças, mas não tenho acompanhado em detalhe como está sendo feito o tratamento disso. Mas aí tem que se considerar também que, na hora de plantar, aqui a tendência vai ser plantar espécies que sejam usadas para laminação, que crescem muito mais rápido. A grande produção hoje é de madeira serrada. Plantio para madeira serrada o ciclo de corte, o tempo para maturação, vai ser muito mais longo. O investimento, talvez, não fique tão atrativo. Também tem esse tipo de problema na hora de se pensar nas plantações. Hoje está se falando aqui em alguns casos... A espécie eleita na maioria dos casos é chamada paricá, que cresce bastante rápido, mas é para laminação. A grande produção da região é madeira serrada.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Tem uma outra espécie que começa no sul do Pará a aparecer bem, que é a teca. Tem notícia de alguma experiência com a teca?

O SR. PAULO BARRETO - Não tem grandes plantios. Tem tido, em algumas áreas... Provavelmente, hoje o maior plantio seja no Mato Grosso, e volta essa questão que foi tratada, o clima. A teca é uma espécie que precisa de uma época seca bem determinada para que as folhas caiam para ela refazer o seu processo de



crescimento. Em algumas áreas da Amazônia tem havido problemas, porque o nível de chuvas é muito alto. Então, os melhores plantios na Amazônia são no Mato Grosso e nas regiões mais secas. Até agora, o que tenho melhor informação é sobre o paricá. O que queria dizer sobre o reflorestamento é que não vai ser uma solução tão fácil e num curto prazo. Tratar do manejo vai ser essencial, porque grande parte da produção é de madeiras que seriam interessantes economicamente...

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Aí a minha preocupação, Dr. Paulo, porque já estamos na UTI e não vejo nenhum medicamento tão rápido que seja capaz de propiciar ao Governo do Estado do Pará, ou ao INCRA, regularizar a situação fundiária. E aí, o que vai acontecer? Não vai haver manejo. Vai haver mais clandestinos. Estou sendo muito realista, porque convivo no dia-a-dia com essa dura e triste realidade. Na verdade, não tem como o INTERPA titular, o INCRA por incompetência, simplesmente. Veja bem, Dr. Paulo, o senhor conhece bem o campo. Existem pessoas que estão há 15, 20 anos numa área, morando na área, vivendo daquela área, e não têm o documento da sua terra. Ora, esse para mim é o verdadeiro cliente da reforma agrária, porque está lá, sem nenhum financiamento, sem crédito de alimentação, sem crédito de habitação, sem crédito de fomento, sem coisa nenhuma e se mantendo e tornando a terra produtiva. Então, qual seria o trabalho dos organismos fundiários estaduais ou federais, conforme a jurisdição? Chega lá, quem é que está? É o Dr. Luiz Ribeiro? Ele trabalhou a terra? Quantos hectares ele tem? Demarca, titula e pronto, começa a vida, e é um problema a menos para o Poder Público. Lamentavelmente, isso não ocorre, e repercute onde? Em cima do IBAMA, do meio ambiente, porque não se pode fazer o projeto de manejo. Essa a minha grande preocupação, Dr. Paulo.

O SR. PAULO BARRETO - É, eu acho que é uma preocupação bastante legítima. Eu gostaria, então, de separar a questão técnica de reflorestamento e manejo, a parte de viabilidade técnica e econômica de uma outra, que é essa questão fundiária. E, realmente, pensando mais geral, não só de legalidade e tráfico, para ter desenvolvimento decente na Amazônia, vai se ter que tratar da questão fundiária. Se não se tratar, vai ser muito difícil porque, nessa situação de ilegalidade, tudo isso, de falta de clareza de propriedade da terra, se é pública se não é, o que é



e tal, não tem desenvolvimento. Isso aí é dito e certo, vai ser difícil. Mas é importante separar a questão técnica dessa questão fundiária. A Comissão poderia até sugerir...

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - A questão é técnica mas, no fundo, elas são inseparáveis, porque a origem de tudo é a terra; é lá que está a madeira, em cima da terra, e é lá que precisa do documento para expedir o projeto de manejo, então, não tem como separar. No meu entender, elas são inseparáveis, tem é que solucionar agora. Agora, outra coisa, com relação ao transporte do produto. Há um derrame de ATPFs. Só da Bahia, vieram para cá mais de 10 mil ATPFs que estão esparramadas aqui, gerando filhos, filhotes e netos, infelizmente. Parece que o IBAMA tomou uma decisão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Parece que as ATPFs estão até prenhes.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Estão mudando agora para selo, não é? O senhor tem conhecimento disso?

O SR. PAULO BARRETO - Tenho.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Tem?

O SR. PAULO BARRETO - Do selo?

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Sim. Qual a sua opinião a respeito disso?

O SR. PAULO BARRETO - Eu acho que ele não resolve, no final das contas. Aquelas propostas que eu coloquei ali na apresentação, e que tem um documento que detalha quais são, como poderia fazer, eu acho que elas são melhores.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Praticamente, não tenho dúvida de que aquelas seriam bem melhores. Agora, na prática, como realizar isso aqui na longínqua Amazônia, onde esses camaradas adentram quilômetros e quilômetros de vicinais com aqueles caminhões que a gente vê em Tailândia, aqueles mostrengos, não sei como adaptar aquele aparelho lá... A coisa é difícil. Nossa realidade é diferente, infelizmente.

O SR. PAULO BARRETO - No caso do selo, o risco desse tráfico e o derrame que o senhor comentou agora, ele existe também e, de fato, no caso em que ele foi aplicado em Minas, tinha uma contaminação. As pessoas usavam o selo para legalizar a exploração ilegal no cerrado na Bahia. Então, usavam o selo e



conseguiam fazer isso. Então, é uma mudança que eu acho que ainda não vai resolver. Então, eu ainda insistiria em outro tipo de ferramenta. Bom, continuando nas outras perguntas, sobre a legislação ambiental, a forma de penalizar, a legislação ambiental já prevê as formas alternativas. Tem um item que permite, por exemplo, suspender as multas. Bom, ela permite, em boa parte, usar penas não de reclusão mas...

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Existem as penas alternativas, Paulo, porém, o que ocorre é o seguinte: isso só vai acontecer já na esfera judicial. A transformação que eu pretendo seria uma simplificação de forma que, quando o infrator fosse autuado, ele já assinasse um termo de compromisso e o prazo ficaria suspenso. Ele não estaria absolvido, não; ficaria suspenso; teria que cumprir o projeto dele num prazo de dois anos, e nós desobstruiríamos o Ministério Público, a Polícia Federal ou Estadual, conforme quem ficar com a competência, e o próprio Poder Judiciário. Nós mataríamos na esfera administrativa o problema. Se o camarada não cumprisse, não fizesse, aí, sim, nós iríamos para o processo criminal na Justiça. E veja o que ganharíamos com isso? Certamente, ganharíamos geração de trabalho, porque seria gente para plantar; geração de renda porque, em função do trabalho, ele iria ganhar o seu salário; e geração de matéria-prima, a reposição da floresta degradada. Eu acho que essa, sim, era a pena que vinha ao encontro dos anseios da sociedade brasileira e particularmente da nossa aqui.

O SR. PAULO BARRETO - Eu acho que o senhor tem razão em relação a acelerar o processo administrativo. Na minha experiência com o IBAMA e outras instituições, tem um baixíssimo entendimento, por exemplo, da possibilidade do termo de ajuste de conduta. Então, quando a gente vai conversar com os técnicos como é que seriam os termos de ajuste, eles têm pouco conhecimento. Se tem, então, a edição da lei, depois o decreto que regulamenta a Lei de Crimes Ambientais, mas tem um baixo treinamento das pessoas do IBAMA e, de fato, dos OEMAs também sobre como é que se aplica esses mecanismos de penas alternativas e tudo isso. Isso poderia ser acelerado para até beneficiar, por exemplo, estimular plantio. Então, se já desmatou uma área tem que replantar em vez de ter pena de prisão, esse tipo de coisa. Bom, o que é relacionado, então, sobre a pergunta sobre simplificar a legislação, eu acho que a simplificação tem que ser até



mais genérica, como eu já coloquei. Existe espaço para simplificar desde a origem da legislação até os procedimentos e o espaço institucional. Há hoje uma confusão entre Estado e Governo Federal. Isso é terrível, um desperdício de recursos, e são escassos os recursos no Brasil nessa área. É triste. Então, organizar para que o trabalho seja simplificado e muito mais eficiente, porque não é só a legislação; é a forma de as instituições operarem, e também a legislação. Tem muita gente fazendo legislação ao mesmo tempo: tem CONAMA, tem o IBAMA, tem o Ministério...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Tem a Câmara, que é a última falar sempre, e não consegue... *(Risos.)*

O SR. PAULO BARRETO - E cada IBAMA regional tem poder também de dar instruções, o Estado... Isso tudo tem que ser grandemente simplificado para a gente ter como objetivo final uma gestão ambiental mais eficiente.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - E temos um Código Florestal por medida provisória.

O SR. PAULO BARRETO - Exatamente.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Realmente, é uma coisa difícil. Mas, Paulo, agradeço a participação e vou aproveitar para explorar um pouco mais. Quero lhe pedir uma ajuda efetiva com sugestões escritas para essas questões que eu coloquei aí. Nós temos o dever de, até o dia 31 de janeiro, apresentar um relatório que pelo menos indique aquilo que na próxima gestão possa ser feito em favor do meio ambiente. Dada a exigüidade do tempo, não tenho a veleidade de achar que vamos concluir estes trabalhos com projetos de lei, emendas constitucionais. Vai ser muito difícil. O tempo é exíguo e o problema é amplo. Acho até que devemos deixar as sugestões para uma nova CPI, num novo Governo, para complementar as medidas que ficarem propostas, para implementar, melhor dizendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) - Bom, deixa eu tentar... A coisa melhor do mundo é você ser do Rio de Janeiro na Amazônia, não é? Tudo é novo, tudo é interessante, e você consegue raciocinar algumas coisas assim, até com uma certa clareza, que talvez aqueles que estejam com o problema nas mãos... Eu tive uma conversa muito grande, com bastantes detalhes, sobre a questão dos selos do IBAMA. Eu acho que o selo, antes de ser julgado como ineficiente, ele me parece



ser o conjunto do possível. Ou seja, já que não dá para colocar em todos os caminhões aquele negócio do satélite, colocar-se-iam, então, os selos com o mesmo critério de créditos. Esse selo, ele vai vir, é uma tinta francesa, de bancos, é uma tinta específica francesa; quando você coloca, a autenticidade é imediatamente comprovada; você coloca e comprime esse selo, a cor vai desaparecer; quando se tira o dedo, ele tem quinze segundos para voltar a cor. É uma coisa bastante moderna, mas acoplada com sistemas de levantamento por satélites. Ou seja, para se ter o selo, você vai ter que entrar com plano de manejo, com projeto de manejo. Esse projeto de manejo, com levantamento por satélite, cobre aquela dificuldade que o Deputado Asdrubal Bentes colocou, a questão dos cartórios. Então, por coordenadas geográficas, o satélite vai mostrar onde é a propriedade daquele que está solicitando os selos, e depois o acompanhamento também por satélites. Seria um meio termo entre o que você está apresentando, entre o que o IMAZON está apresentando, *versus* o possível. Então você ganharia através de satélite, controle também por satélite. E em todos os pontos de controle, por leitura de barra ótica do selo, por leitura daqueles símbolos óticos do selo, você teria, então, a história dele porque, também acoplado ao sistema de satélites, haveria, haverá principalmente nos automóveis do IBAMA, que já têm, como o senhor falou, e agora de maneira mais efetiva, porque vai ser por legislação, ou você com aqueles códigos de barra você sabe de onde veio a madeira, para onde vai, se está autorizada e se o satélite programou, confirmou que o plano de manejo está implementado e se aquela propriedade corresponde à área. Nós tivemos histórias absurdas, tipo um cara conseguiu autorização para desmatar 150 mil, entrou com um plano de manejo numa área de 150 mil hectares; quando se foi conferir as coordenadas, era dentro de uma cidade no Amazonas, era uma cidadezinha pequenininha, e o terreno nem dele era. Então, esses absurdos que as pessoas buscavam crédito. Eu acho que acoplando... Quer dizer, pelo menos a princípio, tem uma falha gritante, que é a questão do pequeno proprietário. Não se resolve o problema do pequeno proprietário, mas dá a possibilidade de acompanhamento dos grandes carregamentos, dá a possibilidade de acompanhamento dos caminhos trilhados por essa madeira e dá, por esse controle imediato, o que falta ao IBAMA, que é a informação *on-line*. Porque mesmo com toda falha de legislação possível, mesmo



com toda essa legislação falha, essa questão que eu até coloquei aqui, guerra entre os órgãos federais, algum dia vai acontecer. Alguém do IBAMA vai dar um tiro no cara do INCRA ou um cara do INCRA vai dar um tiro na cara do IBAMA porque é tão confuso! São áreas limítrofes tão confusas e tão imprecisas que, daqui a pouco, pode acontecer tudo. E se daqui a pouco uma bela idéia aparecer dizendo assim: agora, daqui para frente, o INCRA vai poder multar e a FUNAI vai poder multar; vai levar o dinheiro quem chegar primeiro. E aí, doutor? Pode acontecer. Por que não pode acontecer? Acontece tanta coisa! Então, a questão do selo tem essa falha que precisa ser resolvida. Inclusive, eu chamei a atenção do responsável pela fiscalização que está iniciando, o Dr. Luciano, que está começando a implementar, a testar com calma o selo. Eu acho que a gente não pode descartar imediatamente, mas pode, sim, observar a questão principalmente do pequeno produtor, que continua, e que corresponde aproximadamente... A gente imagina que 40% do que chega na madeira vêm desses pequenos produtores que gravitam em torno dela, de 30% a 40%. Pode ser um pouco mais ou um pouco menos, mas dependendo da posição da madeira e da floresta, ela tem um aporte entre 10% a 40% que vem da população do entorno, até pelas dificuldades que o senhor mesmo colocou, porque é uma coleta, normalmente, seletiva, tem aqui mas ali não tem, mas dentro daquela área tem, vai por aí fora. Eu acho, aí discordando dos dois, que, para mim, crime é crime. O crime, como qualquer crime, envolve as duas vertentes que não se anulam: a vertente criminal e a vertente cível. Olha, se você propuser a uma grande madeira o seguinte: olha, você vai ter que fazer um plano de manejo naquela área. Mas aquela área já degradou, ela vai para outra, a madeira vai embora. Para ela é mais barato fazer, manter um plano de reflorestamento, válido ou não, mas manter ali, naquilo que ele já foi, mas ela quer ir adiante. Então, não sei se isso será encarado pelas grandes madeiras como uma só, essa questão que poderíamos discutir como cível, uma reparação cível, mas uma reparação ambiental, mas crime continua sendo crime. A gente tem que ter a idéia clara do que é crime. Não pode ser como hoje. Hoje uma pessoa que for presa com um passarinho e outra com 150 passarinhos da mesma espécie no aeroporto vão pagar a mesma coisa, ou seja, dez cestas básicas, e vão embora. Não é possível que um cara vá ficar com 150 passarinhos dentro de casa. Então, você... Aquele que trafica, que faz o tráfico,



comete crime e tem que ser punido, sim. Que vá para universidade do crime mesmo, se for o caso. Não podemos discutir na... Quando nós colocarmos as questões de legislação, a questão crime é penitenciária, não é nosso momento de criar isso. Nós temos que definir e manter que crime é crime, sim senhor, e a pessoa que comete um crime tem que pagar por ele. Eu gostei muito dessa sua comparação da questão da madeira, principalmente da madeira, e a questão do trânsito. É muito legal porque você tem o CONATRAN em cima, que vai regulamentar as leis que o Legislativo propôs, embaixo as regulamentações estaduais. Lá funciona porque todo mundo ganha dinheiro. (*Risos.*) Funciona porque o Município ganha dinheiro; funciona porque o Estado ganha dinheiro; funciona porque o Governo Federal ganha dinheiro; senão também não funcionaria, ia ser como antes. Aí surge a discussão da destinação. Mais importante saber do quanto foi é para onde foi. O IBAMA recolhe 100% dessa multa a nível dos Estados. Ele recolhe e, vamos imaginar... Eu garanto para o senhor que, se for verdade o que está escrito naquele *JB* que eu li no domingo, um pouco do superávit brasileiro também vem por causa dessas multas. Porque muita gente pagou a multa, até porque eram grandes madeireiros e precisavam estar aptos para outros projetos. Então, resolveram pagar para poder tocar a vida. E muita coisa ali da recuperação de superávit primário foi também das multas do IBAMA. Mas o caminho dessa multa... O que acontece com essa multa? Ela vai para o IBAMA. O que o IBAMA faz? Aí é que está a grande discussão, aí é que começa a grande discussão. Se nós conseguirmos fazer... Porque, como o senhor falou, agora está num jornal hoje aqui de... Qual o nome do jornal que você comprou? Bom, um jornal do Estado do Pará, uma descrição que foi até comentada pelo Deputado Bentes, que falava que o cara foi lá, o IBAMA foi lá, apreendeu isso, apreendeu aquilo numa ilha, apreendeu uma porção de coisa e depois um curso de... O IBAMA deu um curso de plano de manejo mínimo sustentável simplificado. É aquilo que eu estou falando e vem ao encontro do que o senhor diz: além de todas as funções do IBAMA, ele ainda tem que ensinar, ainda vai ter que ensinar a fazer um plano sustentável comunitário simplificado, uma coisa assim. Deve ser esse ou parecido. E, pelas quantidades apreendidas, que parecem grandes... Eu soube, por exemplo, na semana passada, que o mercado de carne de jacaré é um mercado extremamente rentável. Carne de jacaré, que ninguém fala, mas existe um mercado



de exportação de carne de jacaré extremamente rentável nessa região, por exemplo, e eles apreenderam 10 quilos de carne de jacaré realmente lá naquela... E, depois disso, deixaram esse plano. Quer dizer, mais um fator complicador para aquele que tem que fiscalizar, e é por isso que eu tenho conseguido até hoje não transformar esta CPI na CPI do IBAMA. Eles têm que fiscalizar. Eles têm dificuldade em descobrir onde é cometido o crime, por causa desse mundaréu que é o nosso Brasil, principalmente a Amazônica, as dificuldades de chegar...; têm dificuldade em descobrir; têm dificuldade em chegar ao local do crime; têm dificuldade em apurar quem fez; têm dificuldade em multar — multar dentro da lei — e, depois, não se sabe se essa multa vai ser...O fiscal não sabe. E o mais grave ainda: a Procuradoria do IBAMA não acompanha os processos de multas administrativas, o que fará dos criminais? Porque tinha que... O IBAMA encaminha o crime ao Ministério Público, mas ele tinha que continuar acompanhando o processo. Ele simplesmente se desliga do processo e não quer saber; fez a parte dele. Ora, como nós vamos incutir num órgão, dizer que ele é corrupto, se a ponta é a que mais sofre? Soube de uma coisa impressionante. Pontos longínquos do IBAMA ficam às vezes duas semanas sem contatar com Brasília. Sem contato com o mundo exterior, porque não tem como. Vai por avião, malote. Eles se comunicam por malote, às vezes, na maior parte das vezes. Então, a gente não pode também cair nessa que é culpa do IBAMA. O IBAMA é um órgão que recebe toda carga da ineficiência das legislações federais e estaduais. É o órgão que recebe, na sua carne e sofre na sua carne, a ineficiência de um Estado que não quer cumprir suas obrigações. E nós temos que fazer uma crítica no Amazonas, sim, o que o Estado tem feito? Ou o Estado trabalha parecido com os outros órgãos, só quer saber do EIA-RIMA e receber suas taxas para poder autorizar, sem saber o que está autorizando? Ou será que o Estado tem uma polícia realmente eficiente, uma polícia que, além de reprimir, previna? Porque também é responsabilidade do Estado isso. Nós estamos falando do IBAMA, mas nós temos de falar do Estado, sim. E, aqui, essa CPI tem que avançar na legislação, pelo menos regulamentar a responsabilidade do meio ambiente. O senhor sabe que existem Estados brasileiros que não têm Secretarias de Meio Ambiente? O senhor sabe disso? Existem dois Estados brasileiros que não têm Secretaria de Meio Ambiente. Existem, dos cinco mil quinhentos e poucos Municípios, quase 32% não



têm Secretaria de Meio Ambiente, quando muito diretorias, mas não têm. E também a gente tem que descer a esse nível, esclarecer para o próprio Prefeito qual é o papel da Prefeitura do Município — aliás, no nosso sistema federativo atual, o Município é o ser supremo, é onde se inicia tudo. É no território do Município que se inicia o crime. E não se fala do Município. Não se fala nas atitudes municipais que poderiam também, não digo coibir, mas pelo menos poderiam servir de pontos sensores de alarme. Não se fala no Município. Eu acho que, nesse tipo de sistema, se o Município fosse o alarme; o Estado, a repressão e a esfera federal, a fiscalização; puxa, ficaria tudo muito mais simples. Não sei nem se a gente precisaria de selo de satélite, nem sei se a gente precisaria realmente disso. Estaríamos debruçados sobre um problema que parece extremamente simples. Não é? Parece extremamente simples. Puxa! Como é? Eu quero que você... Eu vou cortar cinquenta árvores, você corta cinquenta árvores. Vou fiscalizar que você cortou as cinquenta árvores e está tudo certo. Parece simples, não é? Essa sua ajuda, pedida até pelo Deputado Bentes, será muito bem-vinda. Eu, até para lhe liberar, que já está tarde, agradeço e também sempre com a recomendação da CPI, se souber de alguma coisa importante que ache e que julgue mais tarde relevante que não tenha sido perguntado ou alcançado pelas perguntas, por favor, nos informe. Se souber de alguma coisa também, nesse período, porque nós estamos centrando a questão do tráfico. Precisamos saber qual a responsabilidade do Município, qual a responsabilidade do Estado, qual a responsabilidade federal no tráfico, que hoje leva bilhões, a terceira atividade ilegal mais rentável do mundo não só do Brasil, mas do mundo. E, no Brasil, encostado nas armas, quer dizer, o que se leva de madeira, o que se leva de patrimônio genético, o que se leva disso tudo, do tráfico da flora e fauna já chega próximo às armas, já chega próximo ao quanto rende o mercado de armas. Quadrilhas, como eu falei e volto a falar, pontos de conexões evidentes entre tráfico de madeira e tráfico de drogas. Pontos de conexões de tráfico de animais e tráfico de drogas. Lógico, eles têm que ajudar a mesma gente, porque têm que passar por barreiras, têm que passar por controles que são idênticos aos dois. São comuns aos dois. Então, um está se aproveitando do outro. Quem tem a ... Nós tivemos um depoimento do Sr. Nei, um cara magrinho, mais magro do que o senhor, branquinho, tremia para dar o depoimento. Fiquei até



com pena dele. Daqui a pouco, toca o telefone: “Olha, ele está envolvido com a quadrilha do Sr. Leonardo”. Você está me entendendo? Quer dizer, o esquema dele de passagem da madeira, no caso lá do sul da Bahia, o pau-brasil, é o mesmo da droga. Eles estão agora somando esforços, porque o caminho tem que ser o mesmo. Então, essa sua colaboração é importante. Vamos pensar nessa questão Municipal, Estadual. Tentar realmente equacionar a responsabilidade, tentar mostrar que existe, se a gente ver... Eu acho que isso é uma coisa boa para se avançar, a CPI pode indicar isso, que o Município pode fazer um pouquinho mais, que o Estado pode fazer um pouquinho mais. Não é só o IBAMA. Chega de ser só o IBAMA. Não adianta, é um órgão que não consegue fazer. Ele já provou que não consegue fazer. Ele faz o que pode, mas não consegue fazer. Então, essa sua colaboração vai ser muito importante. E, como o senhor já está convocado, eu ainda quero dizer que ainda podemos lhe solicitar, a qualquer momento, enquanto a CPI estiver em funcionamento. Mas será sempre uma agradável surpresa. Já estou torcendo para que nós precisemos da sua presença. Muito obrigado, então, ao Sr. Paulo Barreto, do AMAZON. É... Eu gostaria muito de agradecer uma pessoa, ao Sr. Peter, que já está aqui há duas horas. Ele está com problema e veio assim mesmo. Veio assim mesmo com dificuldade inclusive de falar. Está aqui. Coisa, Sr. Peter, o Sr. Rosmalen lá do... que está muito melhor que o senhor, que tem mais de... tem três fazendas, tem várias casas, mora numa mansão, eu estive lá para ver — não, a mansão dele, para ver os macacos que ele guarda nessa mansão — que tem dois barcos, que tem oito carros, não fez. Ele não apareceu para depor na CPI. O senhor está aqui, eu quero lhe agradecer e já lhe liberar e pedir desculpas, inclusive, não é? O senhor vai se tratar primeiro e depois, quando nós estivermos próximos, nós vamos lhe chamar, né, vamos lhe chamar quando estivermos próximos. Talvez, quando nós estivermos aqui no Amazonas ou mesmo em Pernambuco, nós vamos lhe solicitar, vamos mandar passagem para o senhor prestar seu depoimento que também é importante para esta CPI.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Pode, se o senhor quiser, ótimo, ótimo. Eu estou tentando... Pois não. Está liberado.



O SR. PAULO BARRETO – Eu queria agradecer e acho que a Comissão pode ter um papel chave nessa situação em relação ao IBAMA, por exemplo, e outras questões. Eu vou mandar um relatório que faz uma análise que é essencial dessa repartição de divisões de tarefas e também de recursos. Como o senhor falou, no trânsito funciona porque todo mundo tem quinhão ali e tem responsabilidade. Isso hoje não é bem dividido. Eu acho que isso vai ser um ponto a dividir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Não é bem dividido, não. Não é dividido.

O SR. PAULO BARRETO – Não é dividido. (*Risos.*) Então, parabéns e bom trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Sr. Peter, já que o senhor está querendo falar alguma coisa, sem assinatura, inclusive, do termo, mas... De qualquer maneira, como o Sr. Peter Mann de Toledo, do Museu paraense Emílio Goeldi se dispôs a falar alguma coisinha, vamos deixá-lo à vontade. Então, para... Quando o senhor sentir que pode, o senhor pode continuar; depois, nós pararemos, daremos o *stop* para o senhor poder se tratar.

O SR. PETER MANN DE TOLEDO – Está certo. Está bom. Agradeço a oportunidade e a lembrança da nossa instituição como um dos atores na produção do conhecimento sobre biodiversidade na Amazônia. Eu queria dar pelo menos uma breve introdução no que é a nossa instituição e deste primeiro passo colocar também não só o diretor, mas também todo o corpo de pesquisadores e técnicos à disposição do Congresso, da CPI, para esclarecer sobre a produção do conhecimento da biodiversidade da Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Saiu hoje uma reportagem do IBAMA, uma reportagem na *UOL*, que eu li, que, de 237 animais em extinção, a lista passou para 663 — não sei os números exatos.

O SR. PETER MANN DE TOLEDO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Isso no período de doze anos. O seu museu também trabalha com essas perspectivas? Quer dizer, o senhor acompanha isso?

O SR. PETER MANN DE TOLEDO – Na verdade, um dos nossos pesquisadores estiveram neste grupo de trabalho coordenado pela Biodiversitas,



que tem a função de criar o livro vermelho de animais ameaçados de extinção. Ele passou uma mensagem hoje. Ele estava lá em Minas, que tinha se iniciado este trabalho, acho que ontem, o mesmo foi divulgado rapidamente na televisão, que a lista de espécies triplicou em doze anos. Esse é um fato preocupante, principalmente por nós que estamos da Amazônia onde o esforço do conhecimento da biodiversidade na região não cobre nem 40% da área em termos de um levantamento mínimo da biodiversidade. Se nós estamos falando aqui neste momento

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Se colocar que era 12%, quer dizer, seria, nós não estaríamos tão mal assim, porque seria só a partir de 12% e não de 16% ou de 20%, nós estaríamos abaixo, mas como a gente conhece pouco, talvez a gente esteja num nível bem maior quando percebermos.

O SR. PETER MANN DE TOLEDO – Sim. Só a título de exemplificar, este mês o pesquisador que está com a gente há um pouco mais que dois anos, nos primeiros seis meses, ele trabalha com aranhas, descobriu três espécies novas e duas delas, espécies novas de aranha, foram encontradas no bosque Rodrigues Alves, que é um bosque dentro da cidade, três vezes maior do que o parque zoológico do museu, mas ele descobriu duas espécies novas de aranhas neste bosque. Só para ter uma idéia da dimensão da riqueza da biodiversidade e a necessidade que a gente tem de investir em formação e conhecimento. Mas estou muito confiante dentro desse processo. Ouvei os comentários aqui da questão ambiental. Na Amazônia, ela avançou muito nesses anos, principalmente na questão de identificação e proteção de áreas, mesmo que as florestas nacionais ou áreas de proteção ambiental no papel, estivessem só no papel, sem uma pesquisa e ação oficial, real, só o fato de ela estar sendo criada, ela impede um avanço ou pessoas temem um pouco o avanço em áreas protegidas. O segundo passo agora é justamente tentar regulamentar e, como foi colocado também pelos dois que me antecederam, um processo de ocupação racional dentro da questão do desenvolvimento sustentável. Concordo muito com o que o Deputado falou. A questão da propriedade da terra ainda é o ponto principal. Também outro ponto colocado aqui, que instituições do sistema do Governo Federal não se conversam, entram em contradição e têm justamente, acarretam os problemas...por exemplo, na



gestão de uma área, se é a FUNAI, se é o IBAMA, se é o INCRA e, com isso, quem perde? Perde, neste caso, a sociedade brasileira, que o patrimônio genético vai se perdendo, porque as pessoas precisam se alimentar, precisam viver dos recursos naturais. O que precisa, no meu entender, uma vez que já se garantiu que... por exemplo, o PPA, o Plano Plurianual, do jeito que ele é concebido, ele começa a ter uma certa horizontalidade nas ações do Governo, algumas ações ligadas à questão ambiental também deveriam ser horizontais. Eu faço parte deste conselho de acesso ao patrimônio genético, como representante da instituição, e vemos o potencial, e é interessante a questão de acesso ao patrimônio genético, que vai desde a Fundação Palmares, do Ministério da Cultura, até a questão ou do Ministério da Defesa ou do Ministério das Relações Exteriores. É um tema transversal, que todos nós temos a aprender, a discutir, a colocar as nossas ações, as nossas missões como um organismo do Governo Federal e se tenta resolver as ações dentro do âmbito de Governo. O problema é que, devido à complexidade do assunto e à diversidade das instituições, isso leva tempo e, é claro, que a velocidade de motosserra é muito mais rápida do que um processo de análise correta e de avanço científico na região.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Ribeiro) – Eu já lhe agradeço, mas nós temos uma dificuldade e eu gosto sempre de confessar essa dificuldade. Existe um pensamento errôneo que, quando você manda um animal, você está só destruindo uma geração daquela espécie. Mas você também está mandando patrimônio genético para fora. Quer dizer, é um crime duplo, na realidade. Por exemplo, essa questão do patrimônio genético, da biopirataria específica de substâncias, tem preços exorbitantes, até porque economizam muito para os laboratórios, visto que o conhecimento dos indígenas sobre que aquela plantinha faz bem para determinada doença já diminui o custo específico para quando alguém, um mochileiro vier aqui, um ecologista falso vier aqui pegar a plantinha e levar lá para terra de onde ele veio, eles já vão diretamente ao assunto. Eles já sabem para que aquela plantinha faz bem, para que aquilo faz bem especificamente, e é uma economia de milhões de dólares, uma economia bastante importante. E nós não qualificamos, embora a ABIN, como o senhor falou, é transversal no Governo, é um interesse transversal. A ABIN, inclusive, tem uma ... aliás, qual o órgão de repressão ou qual o órgão de inteligência que não tem o seu departamento de meio ambiente? Todos eles têm. E



sempre com um funcionário e dois serventes. É raro o órgão... a diretoria de meio ambiente da Polícia Federal de Brasília tem um delegado e dois serventes. Tem que pegar os agentes de outras diretorias para poder fazer então suas operações. Apesar do interesse, realmente cortar de maneira transversal o Governo você não vê essa... até porque o crime não é qualificado como deveria. Hoje, um crime de patrimônio genético tem que ser, para mim, pelo menos no meu entendimento, tem que ser classificado como espionagem, porque é uma espionagem, ele vem, pergunta para o índio para que faz bem a plantinha, leva a plantinha, descobre o remédio, depois vende para o índio e vende para os outros, para aquele país. Leva do país e vende para o país. Quer dizer, foi atrás do conhecimento que está no país, desenvolveu, melhorou e mandou em pílulas ao invés de mato. Então, falta essa qualificação também do que seria crime contra o patrimônio genético. Uma qualificação, criminalização e também... aí, sim, eu acredito que o interesse passe a ser estratégico, que hoje não é.

O SR. PETER MANN DE TOLEDO – Eu acho que....o senhor falou com razão. A economia, não estou com os números aqui, mas a economia, que tem uma indústria farmacêutica ou de prospecção, ela tem simplesmente com uma informação de uma população tradicional ou uma população indígena para que serve aquela determinada planta ou aquele determinado elemento animal, reduz em milhões de dólares em investimentos em pesquisa na questão de uma triagem da essência do material. Acho que estamos aqui com um problema um pouco mais grave quando estamos falando em formação de conhecimento e formação de conhecimento ligada à questão de ciência e tecnologia. Não sei se é do conhecimento dos senhores, mas existe um grande desnível em investimento em ciência e tecnologia, e não só isso, em termos de quem produz informação em ciência e tecnologia na nossa região especificamente, na Amazônia. Os recursos destinados à pesquisa científica na Amazônia giram em torno de 1 a 3% em relação ao total aplicado no País. Um a três por cento de uma região que é quase 50% desse território nacional. A outra se diz também que o investimento ligado à questão de números de pesquisadores também estão relacionados de 1 a 3% com relação à comunidade científica do País. Nós temos cadastrados na Amazônia 900 doutores nas instituições públicas e privadas. Novecentos doutores. Esse é o número que o



Sul e o Sudeste formam a cada quatro meses. A força de produção de pesquisadores desses 900 doutores não chega a 45 doutores/ano na Amazônia. O que nós estamos vendo? Estamos vendo que a taxa de reposição dos doutores na região é menor do que a taxa de aposentados. Nós estamos sentindo um decréscimo na produção de cérebros na região e aumentando o desnível entre quem produz informação e conhecimento. Se nós vamos atrelar isso com relação à biodiversidade, ao assunto aqui, só existem três institutos no Ministério da Ciência e Tecnologia ligados à biodiversidade que não contam com uma força maior do que cem pesquisadores ligados a inventário e produção de conhecimento sobre a biodiversidade. Então, por um lado, entendo que estamos falando de tráfico. Nós estamos falando no saber, nós precisamos também, de outro lado, ter um controle, um investimento maior na produção de conhecimento através de investimento em cientistas nas instituições em projetos de pesquisa para poder tentar minimizar essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Peter, além dessa perda dos cérebros na região em função de aposentadoria, morte, afastamento, existe também pela concorrência de mercado?

O SR. PETER MANN DE TOLEDO – É muito mais esse mercado interno do País do que realmente externo. Há um problema de fixação de recursos humanos na região. Este é um outro ponto. Não existem vagas suficientes. Não existe uma política de formação e fixação de pesquisadores na região, e é claro que o número de universidades, centros de pesquisa no Sul e Sudeste são maiores. Não existe incentivo, inclusive, para se fixar gente. Ou seja, quando se identifica alguma pessoa aqui que transpõe aos demais, justamente as instituições do Sul e do Sudeste tendem a fixar os salários melhores e condições melhores de trabalho, porque lá se tem maior infra-estrutura e o fluxo entre cientistas é maior, o que facilita o cotidiano da pesquisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Então, a solução seria o quê? Seria legal, no caso, para a criação de um maior número de vagas? Essa demanda poderia ser atendida até por cérebros de outras regiões que poderiam vir para cá?



O SR. PETER MANN DE TOLEDO – O senhor sabe quantos doutores têm no Estado do Amapá?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Não sei, não sei não.

O SR. PETER MANN DE TOLEDO - Nove. Desses nove, seis estão na Universidade Federal do Amapá. Então, nós temos uma crise. Precisamos de justamente vagas nessas universidades, incentivo à infra-estrutura da universidade, incentivo a projetos de pesquisa, que é onde se vai, por um lado, tentando produzir conhecimento desses mais de 60% da área da região amazônica que ainda precisa ser identificada em termos de biodiversidade. Por outro lado, acho que os senhores têm que apresentar mecanismos de desenvolvimento sustentável, como tem sido colocado aqui, o IPAM e o IMAZON estão trabalhando nessa área de apresentar soluções, mas em que a informação e o conhecimento da ciência tem que ir junto com as políticas públicas das questões ambientais e questão da melhoria de qualidade de vida da população. São os dois caminhos. Agora, o investimento na ciência e tecnologia é muito menor do que o investimento necessário para conter a questão ambiental. Então, vale a pena o incremento em salários diferenciados, aumento de vagas e aumento em disponibilizar recursos, porque, por exemplo, o PIB da região amazônica é quase de 7 ou 8% da região nacional e nós recebemos não mais do que 3% dos recursos de investimento para ciência e tecnologia. Se pelo menos fosse igual ao PIB, já seria mais... o que triplicaria a quantidade de recursos. Eu falo: “É só dinheiro?”. Não, não é só dinheiro, é um projeto de formação de recursos humanos. Nós estamos falando aqui: o que se precisa é criar uma rede. E estamos num momento muito feliz em termos de dar a todas as instituições. O que os senhores falaram: o IPAM, IMAZON, Museu Goeldi, universidade, INPA/Manaus, todas estão em sintonia na criação de redes de pesquisa. Nós fazemos parte de vários projetos em comum. Não estamos mais trabalhando isoladamente. Essa é uma questão importante. Cada um encontrou o seu nicho. Nós estamos atacando um problema. Eu queria colocar, por exemplo, que há quatro semanas o Presidente do Banco Mundial, Dr. Wolfensohn, esteve aqui no Museu Goeldi e teve uma reunião com os Governadores eleitos, políticos, e foi muito interessante que eles ouviram de nós todos que a ciência, o conhecimento e os saberes estão trabalhando em sintonia. Nós estamos trabalhando em sintonia. Não estamos competindo por



nenhuma faixa diferencial do mercado. O que nós precisamos é apenas de um sistema indutor para esse ponto. Nós temos parceria, por exemplo, com o IBAMA. O Museu Goeldi, não sei se os senhores sabem, tem um controle de 33 mil hectares da floresta nacional de Caxuanã, onde, por um convênio com o IBAMA de trinta anos, nós estamos trabalhando na produção do... funcionamento de ecossistemas amazônicos. Nós temos um parque zoológico que é tradicional, é claro que o senhor sabe, o parque tem 107 anos. Só um exemplo para os senhores: é que espontaneamente, e é claro que isso não é uma atividade legal, mas é espontâneo da sociedade, nós recebemos 280 animais doados até agora no ano. Duzentos e oitenta animais. São animais que as pessoas compram no Ver-o-Peso e vêm entregar ao museu ou encontram na estrada e espontaneamente vêm entregar ao museu. Só para mostrar que existe ainda, primeiro, um trabalho de educação ambiental...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Está-se criando uma consciência ambiental.

O SR. PETER MANN DE TOLEDO – Exatamente. E também foi comentado que os Estados...o Estado do Pará tinha a CIPOMA, que passou a ser um batalhão. Nós, em parceria com o Estado..., e acho que isso deveria ser incentivado não só no Estado do Pará, mas também no Amazonas, que as instituições de pesquisa científica trabalhem juntamente com quem faz a fiscalização. Esse ano nós demos três cursos aos soldados que fazem, lá na ponta, a fiscalização e identificação. O que ganhamos com isso? Eles sabem melhor identificar a fauna e a flora, fazem o levantamento e inventário, é uma informação que nós, como detentores da informação e conhecimento da biodiversidade, nós ajudamos até no aumento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Então, acho que a iniciativa privada deveria participar, porque, no caso, por exemplo, lá de Parauapebas, a CIPOMA está lá, tem apoio, através de convênio, com a Vale do Rio Doce e isso facilita o trabalho. Precisa haver uma melhor integração da sociedade com os órgãos não-governamentais e governamentais, para que possamos alcançar esse objetivo, até porque, em termos mesmo de pesquisa aqui, eu até, honestamente, me revolto quando vejo o percentual de recursos destinados à pesquisa...



O SR. PETER MANN DE TOLEDO – Gostaria de colocar que o nosso orçamento é de 4 milhões de reais. Quatro milhões de reais para custeio num ano para uma instituições que tem no seu acervo, o terceiro maior acervo de herbários da Amazônia, a maior coleção de mamíferos da região amazônica, 25 mil exemplares, 15 mil exemplares na nossa coleção de aves e posso ir seguindo item a item, mais de um milhão de insetos, e o nosso desafio é manter essas coleções, há mais de 136 anos, em perfeito estado de conservação. Além do mais, temos um parque zobotânico, que é um zoológico junto com um jardim botânico e é um exemplo da necessidade maior de investimento. Se não só na questão de políticas públicas, mas pelo menos das instituições públicas que trabalham na produção do saber tradicional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Dr. Peter, quando esteve aqui a Comissão Externa de Biopirataria, o senhor foi ouvido?

O SR. PETER MANN DE TOLEDO – Não, não fui convocado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Quem deve ter sido ouvido? O Guilherme?

O SR. PETER MANN DE TOLEDO – Quando é que foi?

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Acho que foi em 99, por aí.

O SR. PETER MANN DE TOLEDO – Não, eu estava na direção do...

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Foi antes, em 97. Vou até requerer o que foi relatado àquela altura para nós possamos estabelecer um paradigma e ver que de lá para cá nenhuma providência foi adotada.

O SR. PETER MANN DE TOLEDO – Não.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES – Temos que reclamar a adoção dessas providências, não foram tomadas, mas que precisam ser tomadas, sob pena de continuar tudo como dantes no quartel de Abrantes.

O SR. PETER MANN DE TOLEDO – Acho que um ponto importante que foi reconhecido aqui, quer dizer, a ABIN tem um programa nacional de produção de conhecimento. Existe um mapeamento dessas questões da rota do tráfico. É claro que, se nós estamos trabalhando aqui com o terceiro maior produto de exportação, quer dizer, ilegal, mas a gente pode observar que as redes certamente são as mesmas. As redes são as mesmas e eles estão trabalhando numa ação com a



biodiversidade. Nunca foi ponto. A biodiversidade é tão rica, e o brasileiro sempre teve culturalmente uma afinidade com a natureza... Ter um passarinho... Lembra? Ter um passarinho na nossa casa era uma coisa interessante e tal... O brasileiro tem uma simpatia por coisa silvestre. Então, a gente não consegue se identificar como causando um crime. As pessoas trazem 270 animais para o Museu Goeldi, achando que eles estão fazendo um bem, ao invés de deixar o bicho na estrada e deixar... Para que trazer para o Museu Goeldi? O brasileiro tem essa simpatia com a vida selvagem, e é por isso que, certamente, nós não enxergamos isso como crime. E quem sabe muitas coisas são passíveis, são testemunhais, mas a gente sabe que não é. Então, eles aproveitam esse sistema...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Eu próprio vou lhe citar um fato que aconteceu comigo. Eu comprei uma chácara lá em Marabá, e nesta chácara tinha uma arara. Ela não sai de lá. Está solta, vive lá no arvoredo, no pomar. Nunca eu peguei na arara. Ela está lá, mas não sai de lá. Impressionante!

O SR. PETER MANN DE TOLEDO - É, mas isso é típico do animal. Acho que é interessante isso. Ela se acostumou. As araras têm uma facilidade, todos os psitacídeos têm uma facilidade de domesticação. É como os felinos, têm uma certa independência, mas elas sabem conviver muito bem com o ser humano. Mas eu acho que o ponto importante é que ainda nós precisamos investir muito em educação ambiental. Eu queria colocar aqui um depoimento à CPI. O Museu Goeldi, o parque zoológico, principalmente, é um reflexo desse comportamento, principalmente do caboclo. Nós recebemos, nesses últimos quatro anos, por exemplo, três filhotes de peixe-boi, um animal ameaçado de extinção, e a gente sabe que ele ainda está sendo morto, caçado pela população tradicional, sem nenhuma necessidade de tráfico, mas por uma questão de proteína animal. Há necessidade de um investimento na qualidade de vida, educação ambiental, outras alternativas para busca de proteína. Isso vai minimizar um dos únicos mamíferos típicos da região amazônica brasileira. Este, sim, junto com a ariranha, são as duas espécies típicas da nossa região e que nós estamos presenciando o seu caráter de extinção. É perda da nossa biodiversidade, patrimônio genético também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Dr. Peter, nós queremos agradecer pela sua presença. Foi uma honra tê-lo conosco e, certamente,



gostaríamos de contar com um projeto sobre... que o senhor nos apresentasse um anteprojeto do que deve ser feito para nós podermos melhorar até as condições de pesquisa, principalmente de pesquisa, que é fundamental não só para a nossa região, mas para o Brasil, dada a importância da nossa biodiversidade e a riqueza da nossa biodiversidade.

O SR. PETER MANN DE TOLEDO – É. Nós, por exemplo, só pra mostrar que tecnicamente nós enxergamos 23 Amazônias, não uma só, em termos da sua consistência de ecossistemas. E algumas dessas 23, pelo menos três dessas 23 Amazônias, que parte estão no arco de florestamento, têm índice de desmatamento e de biodiversidade maiores que a gente presencia na Mata Atlântica. Como isso está dissipado na região, a gente não enxerga o grau de ameaça e alteração do meio ambiente. Essas informações eu vou passar aos senhores para que pudesse subsidiar, pelo menos contextualizar, hoje, o nível de conhecimento da biodiversidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – É o que ocorre com o nosso peixe. Nós temos determinados tipos de peixe que, aqui na Amazônia brasileira, só pode ser comercializado a partir de um determinado tamanho ou peso, mas que lá na Colômbia, por exemplo, fronteira ali... Aí, o que ocorre? Eles buscam o peixe aqui e exportam via Colômbia.

O SR. PETER MANN DE TOLEDO - O senhor sabe que a piramutaba, esses grandes bagres no nosso estuário, eles vão desovar nos Andes?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) - Sim.

O SR. PETER MANN DE TOLEDO - São peixes migradores que se criam lá e vêm passar a vida adulta aqui, mas retornam para procriação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) - Procriação. Então, nós queremos agradecer a sua presença mais uma vez.

O SR. PETER MANN DE TOLEDO - Eu que agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – E contar com o seu apoio, se necessário, para novos contatos e novas informações, de modo a melhorar o nosso relatório final.

O SR. PETER MANN DE TOLEDO - Tá bom, então.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Asdrubal Bentes) – Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, convoco reunião a realizar-se, amanhã, dia 14, às 9 horas, neste mesmo local. Agradeço a presença de todos. Declaro encerrada a reunião.